

ORGANIZADORES

Ilton Garcia da Costa
Rogério Cangussu Dantas Cachichi
Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

COORDENADORES

Luiz Gustavo Boiam Pancotti
Marlene de Fátima Campos Souza
Vania Erica Herrera

PAZ, INICIATIVA PRIVADA & GESTÃO CONTÁBIL

AUTORES PARTICIPANTES

Driely Lidiane da Silva Manoel
Letícia Yumie Sasazima
Lucas Coutinho
Luís Fernando Manfrim
Luiz Fernando Batista da Silva
Mariana de Oliveira da Silva
Marguit Neumann Gonçalves
Marlene de Fátima Campos Souza
Rogério Canaciro
Romina Florencia Cabrera
Rosemary Antonia de Oliveira
Santhiago Ferreira de Lima
Silvana Festa Sabes
Vânia Érica Herrera

Instituto Memória

**|| COLEÇÃO
DIREITO E PAZ**


**ITAIPU
BINACIONAL**

CARTA DE MARÍLIA PELA PAZ MUNDIAL

Os organizadores e participantes do Congresso Latino-Americano de Paz, reunidos na cidade de Marília, São Paulo, Brasil, de 19 a 22 maio de 2016, no Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM, mantido pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, recordando o dever e a alegria de trabalhar para a paz, transformando ameaças e atitudes violentas em diálogo e respeito, espadas em arados e lanças em foices; reconhecendo que a paz está simbolizada na oliveira; acordaram convocar, com firmeza, respeito e afeto fraterno, a todas as autoridades e aos cidadãos do mundo, para a prática diária dos dez mandamentos para lograr a paz e a justiça duradoura:

1. Renovar a fé em que o amor, o respeito, a gratidão e o cumprimento dos mandamentos do Ser Supremo que nos deu a vida são a base da paz, da realização e da felicidade pessoal e social.
2. Recordar que todas as pessoas participam de uma única família humana e, portanto, devemos agir fraternalmente uns em relação aos outros.
3. Proclamar, promover e cumprir, com firme convicção, o princípio de que o respeito à pessoa humana e a defesa de sua dignidade constituem o objetivo supremo de todas as Nações e Estados.
4. Ser conscientes de que a atenção a princípios e valores morais; o respeito pela identidade, cultura e autodeterminação dos povos; e o cumprimento de deveres e direitos humanos produzem os frutos da liberdade, da justiça e da paz.
5. Compreender que não corresponde à inteligência, à bondade e à prudência humana, em tentar construir novos Estados e sociedades mediante métodos de ódio, violência e terror; tampouco combater tais métodos com mais violência, senão apenas com as armas da lei, da razão e da justiça.
6. Reafirmar que o direito e a justiça obrigam-nos a respeitar as autoridades e os cidadãos; comprometendo-nos com a solidariedade em favor daqueles que sofrem com miséria, abandono e discriminação; sem deixar de considerar o respeito aos direitos humanos de todas as pessoas, sem nenhuma exceção.
7. Reafirmar que o respeito à vida, à dignidade, à liberdade, à segurança, ao meio ambiente, à propriedade, à família e a outros direitos humanos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); bem como que os tratados internacionais que defendem os Estados Democráticos de Direito e os regimes democráticos representativos e participativos são a base para a paz e para a justiça.
8. Reconhecer que na família fundamenta-se a formação moral das pessoas; e que a educação deve ter como finalidade principal o livre desenvolvimento da personalidade, a prática das virtudes, o pluralismo, a tolerância, a ciência, o respeito às crenças e o aprendizado da via de solução pacífica dos conflitos.
9. Recordar que todas as pessoas e instituições têm a obrigação moral e legal de viver pacificamente; e que uma das maneiras mais eficazes para o cumprimento de dito propósito é orar todos os dias, acalmar-se, estudar e trabalhar com dedicação, para que reine a justiça e a paz em nossos corações, na família, na sociedade e nos Estados.
10. Convencer-se que é possível o mútuo perdão de erros e dos danos do passado e do presente; e reafirmar a esperança de que se pode alcançar uma conversão e restauração humana, orientada por respeito mútuo, pelo espírito de fraternidade, pela compreensão e pela paz individual e social.

UNIVEM / UENP / UCSS



UCSS
Universidad Católica
Sedes Sapientiae

ORGANIZADORES

Ilton Garcia da Costa
Rogério Cangussu Dantas Cachichi
Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior

COORDENADORES

Luiz Gustavo Boiam Pancotti
Marlene de Fátima Campos Souza
Vania Erica Herrera

PAZ, INICIATIVA PRIVADA E GESTÃO CONTÁBIL

AUTORES PARTICIPANTES

Driely Lidiane da Silva Manoel
Letícia Yumie Sasazima
Lucas Coutinho
Luís Fernando Manfrim
Luiz Fernando Batista da Silva
Mariana de Oliveira da Silva
Marguit Neumann Gonçalves
Marlene de Fátima Campos Souza
Rogério Canaciro
Romina Florencia Cabrera
Rosemary Antonia de Oliveira
Santhiago Ferreira de Lima
Silvana Festa Sabes
Vânia Érica Herrera

1ª Edição - Curitiba - 2016

Instituto Memória
15 anos

CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE

© Todos os direitos reservados

Instituto Memória Editora & Projetos Culturais
Rua Deputado Mário de Barros, 1700, Cj. 117, Juvevê
CEP 80.530-280 – Curitiba/PR.

Central de atendimento: (41) 3016-9042

www.institutomemoria.com.br



Editor: Anthony Leahy

Projeto Gráfico: Barbara Franco

**Conteúdos, revisão linguística e técnica
de responsabilidade exclusiva dos próprios autores.**

ISBN: 978-85-5523-093-6

CACHICHI, R. C. D.
COSTA, I. G. da
LEÃO JÚNIOR, T. M. de A.

Paz, Iniciativa Privada e Gestão Contábil. Organizadores:
Ilton Garcia da Costa, Rogério Cangussu Dantas Cachichi, Teófilo
Marcelo de Arêa Leão Júnior. Coordenadores: Luiz Gustavo
Boiam Pancotti, Marlene de Fátima Campos Souza, Vania Erica
Herrera. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da
Contemporaneidade, 2016.

165 p.

1. Direito Constitucional 2. Direito Empresarial
3. Direito Econômico 4. Paz I. Título. II. Congresso Latino
Americano da Paz

CDD: 340

APRESENTAÇÃO

O Congresso Latino-Americano da Paz, realizado nos dias 19 a 22 de maio de 2016 no campus da UNIVEM situado na cidade de Marília/SP, constituiu marco importante na reunião e organização de espaço público de diálogo interdisciplinar; contou com o apoio governamental, acadêmico e institucional de respeitáveis entidades, além de centenas de pesquisadores, estudantes, autoridades e cidadãos em torno do tema da PAZ. Atualmente um tanto esquecida outro tanto incompreendida, a paz é algo que urge debater. Buscar consensos é antes uma obrigação moral de todos, notadamente da academia. Nesse sentido a UNIVEM, a UENP e a UCSS cumpriram esse desiderato com especial distinção e louvor. Mercê de esforço comum, milhares de pessoas tomaram conhecimento dessa iniciativa de multiplicação da cultura da paz, do amor, da compreensão, da tolerância, produzindo já impactos relevantíssimos na comunidade política.

Intensa atividade intelectual, social e artística constou da programação do evento. Conferências, debates, grupos de trabalho, teatro, música e muitas outras manifestações próprias do recôndito humano afloraram em prol da interlocução acadêmica e social direcionada à união da América Latina para fortalecimento da cultura, da justiça e da paz.

A propósito, o leitor tem nas mãos valioso produto resultante desse caminhar obstinado e comprometido. Um ideal pautado e arrimado em torno de virtudes como justiça, fraternidade, coragem e, sobretudo, paz. Cuida-se de obra que congrega trabalhos científicos de profissionais, pesquisadores e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento humano que coloriram, a mais não poder, o espaço democrático de discussão durante o Congresso. À evidência, não se poderia esperar um livro exclusivamente jurídico ou filosófico; paz não se resume a nenhuma área específica. Paz sobretudo é assunto humano e, nessa condição, assume também toda a complexidade e vastidão de temas próprios da humanidade, desde o indivíduo em particular até a sustentabilidade global.

Assim, o Congresso não nos legou um, senão vários livros, organizados todos de acordo com as respectivas temáticas, amplas e multifacetadas, dos grupos de trabalho: GT Paz, Constituição e Políticas Públicas; GT Paz e Teorias do Estado; GT Paz e Teorias da Justiça; GT Paz, Educação e Liberdades Religiosas; GT Paz, Direito e Fraternidade; GT Paz, Direito e Política; GT Paz, Iniciativa Privada e Gestão Contábil; GT Paz, Ética Empresarial e Administração; GT Paz, Inovação e Sustentabilidade.

Além dos estudos de doutores, mestres, especialistas, profissionais e estudantes de múltiplos campos, segue-se publicada nesta edição a "*Carta de Marília*", documento que reúne importantes diretrizes para consecução da paz em nosso continente e no mundo.

Por outro lado, imprescindível que é, jamais há de ser esquecida a atuação de líderes da paz como o prof. Dr. Lafayette Pozzoli, prof. Dr. Teófilo Marcelo de Arêa Leão Júnior, ambos da UNIVEM, do prof. Dr. Ilton Garcia da Costa da UENP e do prof. Dr. Edgardo Torres López da UCSS. Consigne-se, ainda, por imperativo de gratidão, o apoio dos magníficos reitores da UNIVEM Dr. Luiz Carlos de Macedo Soares, da UENP Dra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan e da UCSS Monsenhor Lino Paniza, o Bispo de Carabayllo. Desnecessário dizer ter-se a comunhão de todos entremostrado condição de possibilidade para que tudo isso fosse factível. O mesmo se diga do excepcional trabalho da Editora Instituto Memória; e fica o registro das homenagens ao editor prof. Anthony Leahy.

Com grande satisfação apresentamos portanto ao público em geral o fruto deste belo e árduo trabalho, e fazemos votos de que se multiplique e percuta positivamente em nossa América Latina.

Em nome das entidades de apoio e da Comissão Organizadora do Congresso Latino-Americano da Paz,

Antônio César Bochenek

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE

Rogério Cangussu Dantas Cachichi

Membro da Comissão de Organização

PREFÁCIO

Um Congresso pela Paz, organizado por três Universidades da América Latina e realizado no *campus* do Univem - Marília, transformando a cidade na capital latino-americana da Paz. O evento é fruto de discussões entre professores e alunos indignados com uma realidade social que comumente avilta a dignidade humana.

É muito triste saber que a intolerância campeia as mais diversas áreas das relações humanas, assim como é triste tomar conhecimento dos conflitos sociais, das guerras e dos dramáticos atentados terroristas, em que bombas atingem grupos de pessoas inocentes, na maioria das vezes distantes de sectarismos ou de preconceitos que, na visão dos seus algozes autores, justificam a natureza bruta dos seus atos.

Não importa o credo, as crenças, a cor da pele ou os limites territoriais que separam homens e mulheres por raças, países e continentes, estando sob esta ou aquela bandeira de uma nação, mas sim o fato de que somos todos habitantes do grande planeta azul Terra, onde há recursos abundantes para saciar a sede e a fome de todos. Passamos por um momento histórico em que as forças das circunstâncias nos obrigam a tomar uma atitude mais proativa e a abrir os olhos para o que acontece além dos nossos pequenos mundos, em que muitas vezes nos encerramos por comodismo ou por falta de vigilância própria. A condição da consciência individualista, da disputa do poder, da indiferença social, deve, agora, ser substituída pela tomada de consciência coletiva.

Avançamos muito nas questões tecnológicas, não há dúvidas sobre isso. Tomamos conhecimento em segundos de fatos que ocorrem do outro lado do planeta e este imediatismo virtual deveria ser uma grande alavanca dos nossos sentimentos mais profundos, fazendo aflorar mais a nossa afetividade e a solidariedade. É triste ver que ainda temos nações em que os direitos das mulheres não são respeitados, em que as condições básicas de saúde e sanitárias

ainda perecem no tempo, favorecendo a proliferação de doenças que já podiam ter sido extirpadas da nossa sociedade.

Além destes pontos, sabemos que há muitos outros fatores que podem ser trabalhados em conjunto, e por estas e outras razões as três entidades organizadoras do Congresso Latino-Americano da Paz unem esforços para debater questões que afetam a todos os cidadãos do mundo. Temos em comum a promoção da pesquisa como ferramenta da inovação e da transformação social, temos a missão de encaminhar jovens com visão mais humanista, formar profissionais sensíveis aos movimentos constantes das sociedades, mais atentos aos recursos finitos da natureza e com visão da sustentabilidade que abrange o meio ambiente e a condição da dignidade humana em todos os territórios habitados.

Temos um norte comum que é a fé que alimenta os seres humanos de bem e organizamos neste cenário um espaço no formato de Congresso para promover ideias que vão semear novos campos do conhecimento e incentivar que outros façam sempre mais e melhor. A Paz é uma condição que desperta no espírito, na intimidade de cada um, e vai contagiando aos que estão em nosso redor.

Dáí a importância de mover forças para despertar a consciência mundial de que não existem países ou pessoas mais ricas ou mais pobres, não há credos ou valores mais importantes ou menos importantes. Na verdade, somos o uno que se reflete no verso e, quando entendermos isto de uma vez por todas, estaremos próximos de alcançar a Paz mundial. Façamos a nossa parte neste momento.

Fátima Aparecida da Cruz Padoan

Reitora da Uenp

Luiz Carlos de Macedo Soares

Reitor do Univem

Edgardo Torres López

Membro da Comissão CONPAZ

SUMÁRIO

1 A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR – UM ESTUDO DE CASO : ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR	11
<i>Marlene de Fátima Campos Souza</i>	
<i>Vânia Érica Herrera</i>	
2 A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO CAPITALISMO MODERNO NA VISÃO DE MAX WEBER	36
<i>Silvana Festa Sabes</i>	
<i>Rogério Canaciro</i>	
3 A IMPORTÂNCIA DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS	43
<i>Mariana de Oliveira da Silva</i>	
<i>Luis Fernando Manfrim</i>	
4 PLANEJAMENTO E ANÁLISE FINANCEIRA – FERRAMENTAS INDISPENSÁVEIS PARA SUA GESTÃO E RENTABILIDADE	61
<i>Luiz Fernando Batista da Silva</i>	
<i>Marlene de Fátima Campos Souza</i>	

**5 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO:
UMA ABORDAGEM DA INCLUSÃO DOS ESTUDOS ÉTNICO-
RACIAIS E CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR** 79

Vânia Érica Herrera

Silvana Festa Sabes

**6 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM
PARÂMETRO SOBRE A REAL SITUAÇÃO ECONÔMICA E
FINANCEIRA DE UMA ORGANIZAÇÃO** 92

Driely Lidiane da Silva Manoel

Letícia Yumie Sasazima

Rosemary Antonia de Oliveira

7 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO 108

Santhiago Ferreira de Lima

Luís Fernando Manfrim

**8 PAZ Y SEGURIDAD CON RESPETO A LOS DEBERES Y
DDHH** 129

Romina Florencia Cabrera

**9 EDUCAR E DISCUTIR A PAZ: O DESAFIO DESTES TEMPOS A
PROPÓSITO DO CONGRESSO DA PAZ DE MARÍLIA** 132

Romina Florencia Cabrera

**10 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE VALOR AOS FUNCIONÁRIOS
SOB A PERSPECTIVA DO RELATO INTEGRADO À LUZ DA
TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*** 134

Lucas Coutinho

Marguit Neumann Gonçalves

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR – UM ESTUDO DE CASO : ENTIDADE DE ENSINO SUPERIOR

Marlene de Fátima Campos Souza¹

Vânia Érica Herrera²

1 INTRODUÇÃO

A expressão Terceiro Setor ainda é pouco conhecida e utilizada no Brasil; no entanto, é sabido que sua tradução vem do inglês (third sector) e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos.

1 Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014-2018). Atualmente, é Pró-Reitora Administrativa do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) e Coordenadora do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis em organizações empresariais com atuação na área do Terceiro Setor.

2Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-201). Atualmente é docente e pesquisadora da Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração da Produção, atuando principalmente nos seguintes temas: administração da produção, competitividade, estratégia, agronegócio e logística.

No Brasil, o trabalho das entidades que compõem o Terceiro Setor passou a ser mais conhecido e divulgado a partir dos anos 90, quando se nota que o papel desse setor na sociedade torna-se, cada vez mais, relevante, isso em decorrência, principalmente, da ineficiência do Estado em cumprir com suas obrigações, daí o dever de o Terceiro Setor promover a solidariedade social.

Um conceito mais amplo que se destaca é o de Barbieri (2008, p. 57), segundo o qual o Terceiro Setor pode ser conceituado como: "o conjunto de organizações ou instituições dotadas de autonomia com objetivo principal atuar à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento".

Assim como em outros países, no Brasil, as atividades do Terceiro Setor vêm sendo consideradas de extrema importância para uma grande parcela da sociedade usuária dos serviços, podendo ser equiparadas aos demais setores:

Primeiro Setor, que tem suas ações representadas pelo governo, por meio de recursos públicos, que podem ser repassados nos âmbitos municipal, estadual e federal. **Segundo Setor**, que representa a sociedade empresarial mercantil, sendo composto pelas empresas com a finalidade de lucros.

Em geral, sua finalidade social está prevista na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) nº. 8.742/93, que é o atendimento à criança, ao adolescente, ao idoso; a proteção de famílias carentes nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Cidadania e do meio ambiente, prestando serviços em prol da sociedade como um todo.

O **Terceiro Setor**, representado pelas entidades consideradas beneficentes de assistência social, mesmo não possuindo finalidade lucrativa, movimentam um grande volume de recursos, obtêm isenções e imunidade tributária garantidas pela Constituição Federal e, tendo, assim, obrigatoriedade de prestação de contas e acompanhamento pelos órgãos fiscalizadores e certificadores, que realizam os processos de aferição das informações para fins de renovação das certificações.

As entidades do Terceiro Setor ainda carecem de profissionalização na gestão e no processo contábil, por desconhecimento de formas adequadas de documentação fiscal regular, evidenciação da informação contábil, formas de segregação de Receitas, Custos e Despesas, gerando problemas nas

informações no momento de prestação de contas junto aos órgãos fiscalizadores.

Mediante as dificuldades de Prestações de Contas das Entidades do Terceiro Setor, claramente identificadas pelo estudo realizado sobre os motivos de indeferimento, conforme informações no quadro a seguir, bem como a identificação do mesmo problema na instituição escolhida para realização do Estudo de Caso, a presente pesquisa procurará responder à seguinte questão: **“Como a Contabilidade contribui na melhoria do processo de Prestações de Contas nas entidades do Terceiro Setor, sendo estas responsáveis por promover a dignidade humana, a cidadania e a paz social?”**

Com a finalidade de evidenciar a relevância do problema abordado nesta pesquisa, apresentamos um estudo realizado a partir das informações publicadas em Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). De acordo com a pesquisa, atualmente, 6.821 instituições possuem o registro de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Os dados apresentados apontam que nos últimos 5 anos (de 2005 a 2009), foram indeferidos 1237 processos de renovação do CEBAS, o que representa 18% do total das instituições certificadas.

A tabela abaixo foi elaborada pelos autores deste trabalho e apresenta um resultado detalhado por motivos de indeferimentos de processos de renovação do CEAS.

As informações foram extraídas e tabuladas após leitura minuciosa de 161 Resoluções expedidas pelo CEBAS, no período de 2005 a 2009.

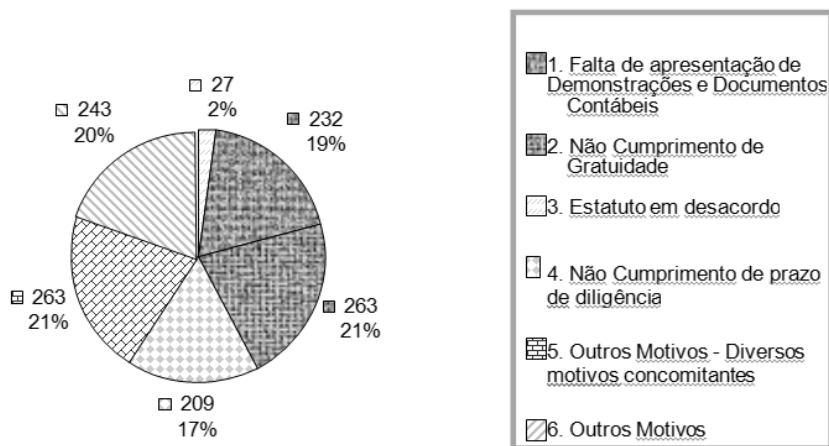
Tabela 1 – Processos Indeferidos no Período de 2005 a 2009

Motivos – CNAS	22005	22006	22007	22008	22009	tTotal
1. Falta de apresentação de Demonstrações e Documentos Contábeis	117	666	1130	119	--	2232
2. Não Cumprimento de Gratuidade	660	443	1138	222	--	2263

3. Estatuto em desacordo	--	--	227	--	--	227
4. Não Cumprimento de prazo de diligência	--	1168	441	--	--	2209
5. Outros Motivos – Diversos motivos concomitantes	227	559	1138	339	--	2263
6. Outros Motivos	118	113	1111	772	229	2243
Total Geral	1122	3349	5585	1152	229	11237

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Gráfico 1 - Demonstrativo de Processos Indeferidos - 2005 a 2009



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Os dados levantados na pesquisa apontam que dos 1237 processos indeferidos, 232 são por falta de apresentação das demonstrações contábeis, 263 pelo não cumprimento de gratuidades, totalizando 495 processos. Assim, tais motivos representam aproximadamente 40% do total geral de processos de renovação Certificado de Entidade de Assistência Social.

Ressaltamos que no ano final do ano de 2009 ocorreu uma grande alteração na legislação das entidades do terceiro setor no que tange às entidades beneficentes de assistência social, com a edição da lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 que alterou as disposições sobre as certificações das entidades beneficentes de assistência social e regula novos procedimentos de isenções.

Podemos considerar, naquele momento, a alteração mais relevante dentre outras foi a alteração da competência de concessão e renovação dos certificados das entidades beneficentes de assistência social que deixaram de ser de responsabilidade do CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social e passaram a ser de responsabilidade dos ministérios, em conformidade com suas respectivas áreas preponderantes de atuação.

Conforme prevê o art. 21 da Lei 12.101/2009:

Art. 21. A análise e decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos certificados das entidades beneficentes de assistência social serão apreciadas no âmbito dos seguintes ministérios:

I – da Saúde, quanto às entidades da área de saúde;

II - da Educação, quanto às entidades educacionais; e

III - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quanto às entidades de assistência social.

Após a edição da lei 12.101/2009, outras alterações ocorreram como a edição da lei 12.868/2013 e demais alterações posteriores;

Em decorrência da alteração ocorrida e a mudança de competência de renovação de certificados para o MEC- Ministério da Educação e a falta de estrutura e de pessoal qualificado para análise das prestações de contas das entidades até o presente momento não foram apreciadas as prestações de contas desde a edição da respectiva lei, assim não foram expedidos os certificados das entidades educacionais.

As entidades estão valendo-se dos protocolos que comprovam os envios das respectivas prestações de contas para comprovações quando necessário, ocorre, porém, que em casos de fiscalização por parte da RFB- Receita Federal do Brasil a mesma não acata o protocolo com efeito de Certificado.

As entidades sem fins lucrativos beneficentes de assistência social tem sido alvo de autuações por parte da fiscalização federal, visando assegurar a prescrição dos créditos tributários das contribuições que as entidades em princípio e por força de lei são isentas das contribuições social patronal, isso vem causando muito desconforto e prejuízo para as instituições no âmbito financeiro e legal institucional.

O Avanço da pesquisa sobre indeferimentos ficou assim prejudicado, pois até o presente momento não foram analisados processos de prestações de contas amparados na lei 12.101/2009. Afirmamos também que a instituição objeto deste estudo encontra-se nesta situação, ou seja, até o momento sem apreciação de suas prestações de contas desde da alteração da legislação.

Vale ressaltar que a lei 12.101/2009, trouxe ainda maiores exigências sobre os requisitos para fazer jus à isenção, conforme descrevemos a seguir, e para as prestações de contas para fins de concessão de requerimento do CEBAS.

Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

– não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; [Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015]

II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§1º. A exigência a que se refere o inciso I do **caput** não impede: (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

§2º. A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o **caput** deste artigo; e (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

§3º. O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013)

Art. 30. A isenção de que trata esta Lei não se estende a entidade com personalidade jurídica própria constituída e mantida pela entidade à qual a isenção foi concedida.

Seção II

Do Reconhecimento e da Suspensão do Direito à Isenção

Art. 31. O direito à isenção das contribuições sociais poderá ser exercido pela entidade a contar da data da publicação da concessão de sua certificação, desde que atendido o disposto na Seção I deste Capítulo.

Art. 32. Constatado o descumprimento pela entidade dos requisitos indicados na Seção I deste Capítulo, a fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrará o auto de infração relativo ao período correspondente e relatará os fatos que demonstram o não atendimento de tais requisitos para o gozo da isenção.

§1º. Considerar-se-á automaticamente suspenso o direito à isenção das contribuições referidas no art. 31 durante o período em que se constatar o descumprimento de requisito na forma deste artigo, devendo o lançamento correspondente ter como termo inicial a data da ocorrência da infração que lhe deu causa.

§2º. O disposto neste artigo obedecerá ao rito do processo administrativo fiscal vigente.

As entidades beneficentes de assistência social devem manter em perfeita ordem os registros contábeis para o atendimento do artigo 29, mantendo suas demonstrações contábeis devidamente assinadas e auditadas por profissional legalmente habilitados nos conselhos regionais de contabilidade.

O objetivo principal deste trabalho é identificar como a contabilidade contribui na melhoria do processo de prestação de contas, com a apresentação de uma proposta para um Roteiro de Prestações de Contas pautada nas Demonstrações Contábeis que deverão servir de instrumento de comprovação das gratuidades junto aos órgãos certificadores.

Para fins de elaboração da proposta, será realizada uma análise de dados e informações coletadas de uma entidade, objeto de estudo, por meio de documentos, demonstrações contábeis, prestações de contas, entrevistas e aplicação de questionário para a coleta de dados, com a finalidade de obter informações sobre a gestão da entidade, sistema contábil e prestações de contas.

A entidade, objeto do Estudo de Caso, é uma entidade sem fins lucrativos, com atuação de sua atividade preponderante na área de Educação no Ensino Superior.

Os objetivos gerais podem ser atingidos por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Avaliar, por meio das informações coletadas, a estrutura do sistema de informações contábil da entidade, objeto do Estudo de Caso, quanto aos requisitos e conformidade da evidenciação e segregação da informação contábil para fins de prestação de contas;
- Identificar a realização de controle interno na instituição na área contábil;
- Analisar o Conjunto de Demonstrações Contábeis quanto à conformidade das normas e legislação aplicáveis as normas

específicas do terceiro setor e as entidades beneficentes de assistência social;

- Apresentar os resultados com a manutenção do certificado nas entidades sem fins lucrativos portadora do CEAS- Certificado de Entidade de Assistência Social.

A contabilidade estuda o patrimônio das entidades, com ou sem fins lucrativos, sendo por meio dela que as os gestores buscam gerir uma escassez de recursos no setor. Quando o assunto é o controle, a gestão, a transparência e a comprovação da aplicação dos recursos em gratuidades das entidades que atuam na prestação de serviços sociais, a contabilidade desempenha seu papel e, contribui, assim, para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dessas entidades. Por esse motivo, vários fatores exigem cada vez mais a profissionalização das entidades ligadas ao Terceiro Setor.

Este trabalho de pesquisa será conduzido pela pesquisa descritiva, os procedimentos técnicos e instrumentos utilizados na pesquisa são: pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados em sites de entidades ligadas ao Terceiro Setor, análise e interpretação da literatura, investigação de dados existentes sobre o assunto e um Estudo de Caso em uma Instituição de Ensino Superior do Terceiro Setor.

De acordo com Gil (1996, p. 48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda, de acordo com Gil (1996, p. 51):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Também, de acordo com Gil (1996, p. 59), “o estudo de caso pode ser visto como técnica psicoterápica, como método didático ou como método de pesquisa”. Esse último conceito, que é o que interessa neste trabalho, pode ser definido como:

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (YOUNG, 1960, p.269 apud GIL, 1996, p. 59).

De acordo com Yin (2005, p. 20),

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos.

Yin (2005, p. 119-120) afirma que ao realizar uma visita ao “local” escolhido para o estudo de caso, o pesquisador está criando a oportunidade de fazer observações diretas. O autor também destaca que as evidências observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico estudado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGAL ACERCA DO TERCEIRO SETOR

Terceiro Setor é a denominação utilizada para identificar entidades sem fins lucrativos (econômicos), que são constituídas sob a forma jurídica de direito privado. Tais organizações têm por finalidade corresponder ao interesse geral da sociedade, por ter uma atuação difusa e coletiva, sem qualquer limitação quanto ao atendimento de seus usuários. As entidades do Terceiro Setor, por serem de direito privado, não estão submetidas às limitações impostas ao Estado. As atividades são realizadas com base nos laços de solidariedade entre os indivíduos, no espírito de voluntariado e na busca do bem comum.

No Brasil, podemos definir o ordenamento sócio-político organizado em três setores:

- **Primeiro Setor:** No primeiro setor, estão classificadas as pessoas jurídicas de direito público e privado, ou seja, o Estado, que atende ao interesse público e geral; é denominado de máquina estatal.

• **Segundo Setor:** É o setor constituído por pessoas jurídicas de direito privado. São as entidades (empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, etc.) responsáveis pelo desenvolvimento da economia, busca lucro e geração de empregos.

• **Terceiro Setor:** Terceiro Setor é aquele que não é público nem privado, porém possui uma relação com ambos; ou seja, é composto por organizações de natureza “privada” (sem objetivo de lucro). Essas entidades são constituídas sob a forma de associações, fundações, centros, grupos, institutos, etc. Atende aos interesses de toda a sociedade. Atualmente, podemos definir o Terceiro Setor como um segmento forte, campo promissor e forte colaborador da missão do Estado.

2.1 NORMAS E LEGISLAÇÃO

Buscamos conhecer o histórico legal das entidades do Terceiro Setor movidas pelas ações de Filantropia e Assistência Social; pois, com o passar dos tempos, têm ocorrido muitas mudanças na legislação a elas relativas. Assim, destacamos as legislações específicas reguladoras, conforme seguem:

- Constituição de 1988;
- Decreto 752/93;
- Lei 8.742/93;
- Decreto 2536/98;
- Decreto 6.308/07;
- Lei 12.101/09;
- Decreto 7237/10;
- Lei 12.868/2013;
- Decreto 8.242/2014.

2.2 REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA: BENEFÍCIOS, IMUNIDADES E ISENÇÕES

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado tem o poder de impor tributação e traçar competência tributária em

sistema compartilhado entre a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com cada esfera e governo. Os tributos são criados por meio de leis que possuem as definições de regras e incidência, fatos geradores, bases de cálculos, alíquotas e os casos específicos de isenção.

A) Benefícios: De acordo com Conselho (2008, p. 37), as entidades sociais atuam em benefício da sociedade e possuem função social de grande relevância, pois suas atividades estão relacionadas diretamente a benefícios para a sociedade em geral. Reconhece-se, desse modo, que tais entidades desenvolvem papel que é de responsabilidade estatal, simplesmente pelo fato de o Estado ser inoperante e não exercer seu papel de forma satisfatória.

Com o objetivo de reconhecer o trabalho dessas entidades, o Poder Público, com o intuito de incentivar criações de novas associações, fundações e demais entidades de interesse social e, até mesmo manter as existentes, concede benefícios para viabilizar a continuidade do trabalho social.

A lei nº. 12.101/2009, em seu Capítulo I Art. 1º, estabelece a isenção de contribuições para seguridade social as entidades beneficentes de assistência social nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Para que a entidade possa usufruir dos benefícios concedidos pelo poder público, a mesma deve manter seus registros em conformidade com a legislação vigente.

B) Imunidade: De acordo com Machado (2005, p. 233), “é o obstáculo criado por uma norma da Constituição que impede a incidência de lei ordinária de tributação sobre determinado fato, ou em detrimento de determinada pessoa, ou categoria de pessoas”.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a seguinte vedação:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI – Instituir impostos sobre:

[...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições

de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Também o Código Tributário Nacional, em seu art. 14, dispõe sobre alguns requisitos que as entidades deverão atender, cumulativamente, para usufruir das imunidades:

Não distribuir qualquer parcela de seus patrimônios ou de suas rendas, a qualquer título;
Aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;
Manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

C) Isenção: A isenção é a inexigibilidade temporária do tributo, conforme previsto em lei, mesmo com a ocorrência em tese do fato gerador e em tese da obrigação tributária (CONSELHO, 2008, p. 40). A diferença da isenção para a imunidade é que a imunidade tem caráter permanente e só pode ser alterada pela Constituição Federal; enquanto a isenção é temporária, e a lei pode delimitar o prazo de vigência, pois decorre de lei.

A Constituição Federal, de acordo com o disciplinado no art. 151, II, afirma que a União não pode instituir isenções sobre tributos de competências dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.3 A CONTABILIDADE E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

O processo de prestação de Contas é considerado de grande importância nas entidades do Terceiro Setor, pois permite a fruição de direitos e deveres, sendo considerado um instrumento de transparência.

Assim, a Contabilidade contribui na geração de informações e detém instrumentos que auxiliam o processo, facilitam o entendimento das ações para a sociedade, investidores sociais e órgãos públicos certificadores. Atualmente, os principais grupos de obrigatoriedade de prestação de contas:

Administração Interna – Prestação de Contas, interna, aos mantenedores, associados e ao Conselho fiscal da instituição;

Parceiros e Investidores sociais - (públicos e privados), para cada obtenção de recursos, está embutida a obrigatoriedade da prestação de contas, quanto aos recursos recebidos para finalidade do cumprimento e execução de cada convênio ou projeto social;

Órgãos Reguladores – Com a finalidade de obtenção de certificações, a entidade tem obrigação em prestação de contas periódicas para obtenção do benefício obtido (imunidade, isenção, etc.);

Órgãos Tributários – As entidades sem fins lucrativos, mesmo sendo imunes e isentas, estão sujeitas a uma série de obrigações acessórias, sendo também tais obrigações consideradas como prestações de contas;

Órgãos Fiscalizadores – Receita Federal do Brasil, Receita Estadual, Receita, Receita Municipal, Tribunais de Contas, Previdência Social; Ministério da Justiça, Secretaria Nacional da Justiça, Conselhos Municipais e Ministério Público Federal, em caso de Fundações.

A principal função da Contabilidade, nesse processo, é fornecer informações para a melhoria das prestações de contas.

2.4 SISTEMA CONTÁBIL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Atualmente os sistemas: SICAP – Sistema de Prestação de Contas das Fundações, contêm informações consideradas relevantes, sendo que estas são pautadas em informações extraídas dos demonstrativos contábeis.

Além do SICAP e informações prestadas a RFD – Receita Federal do Brasil, atualmente, após a descentralização dos processos pelo CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social existe a obrigatoriedade das seguintes prestações de contas:

- MEC - Ministério da Educação, trienal com certificação válida para 5 anos;

- Prestação de Contas MEC - Para as entidades que possuem adesão ao ProUni - Programa Universidade para Todos;

- RFB-MPAS;

- Conselho Municipal;

- Secretaria Nacional da Justiça;

- Ministério da Justiça - Extinto em 2015 pela Lei nº 13019 de 31 de julho de 2014, que “estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação”, bem como dispõe acerca do novo Marco regulatório do Terceiro Setor (BRASIL, 2014);

- Demais órgãos.

Nesse Contexto, a Contabilidade apresenta-se como um conjunto de informações, elementos e documentos que as entidades colocam à disposição dos órgãos certificadores e de toda a sociedade, permitindo aos interessados a realização de análises de acordo com suas competências.

As Prestações de Contas a Órgãos Certificadores devem ser instruídas de informações e documentos contábeis, que comprovem todas as operações das entidades, conforme regulamentação específica e, devem apresentar os seguintes itens: Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstrativos de Resultados, DMPL, DFC, DVA, Notas Explicativas e Relatório da administração, Parecer de Auditoria Independente, Relatório de Atividades e Planos de trabalhos específicos, Cópias e documentos da entidade, Balanço Social, Informações e Comprovações de aplicação de Gratuidades e Demais documentos pertinentes da instituição, que evidenciam a aplicação dos recursos em gratuidades, de forma adequada dentro das regulamentações específicas de maneira segregada.

Comprovação de inscrição aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação da entidade.

2.4.1 Transparência

O significado de transparente, de acordo com o dicionário Aurélio, é: tornar claro, visível, perceptível o sentido ou motivo, que muitas vezes não é. Desse modo, com relação às entidades, nota-se que elas têm claros seus objetivos, funcionamento e resultados para seus dirigentes e para as pessoas beneficiárias dos serviços e

projetos. Entretanto, a sociedade não tem conhecimento de suas ações, por falta de divulgação dos resultados dos serviços prestados e sua relevância.

Nas entidades do Terceiro Setor, a transparência é fator determinante da sua sobrevivência, é preciso que essas entidades prestem contas, divulguem as informações com clareza e objetividade, evidenciem seus atos aos investidores sociais.

A transparência está ligada à prestação de Contas, denominada *accountability* que, de acordo com Nakagawa (1993, p. 17), forma uma grande cadeia de *accountability*, sendo que esse termo é definido como sendo: “[...] a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”.

Nas entidades do Terceiro Setor, a cadeia de *accountability* ocorre a partir da responsabilidade atribuída à administração das entidades em receber recursos e doações da sociedade e ter a responsabilidade de gerir adequadamente esses recursos. Os respectivos recursos geram resultados a toda sociedade, surgindo a necessidade de os gestores prestarem contas dos resultados obtidos, decorrentes da utilização dos recursos recebidos por meio de doações.

Consideramos, para fins de transparência, a contabilidade como ferramenta fundamental no processo de geração de informações, principalmente por meio da demonstração do resultado, pois se torna cada vez mais necessário evidenciar resultados, benefícios e custos.

2.5 A CONTABILIDADE APLICADA E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

A Lei 12.101/2009 traz regulamentações específicas quanto à forma de contabilização e apresentação dos relatórios e demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos, quanto das Receitas, Despesas, Custos, Gratuidades.

Dessa forma, descrevemos, a seguir, alguns conceitos amplos de Contabilidade, bem como sua aplicação às entidades sem fins lucrativos. De acordo com Marion (2009, p. 29), “A Contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que

se integram no patrimônio, em face das ações humanas [portanto, a Contabilidade ocupa-se de fatos humanos]”.

O “Patrimônio”, na contabilidade de uma empresa, com finalidade lucrativa, é definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações da entidade. Porém, diferentemente das entidades lucrativas, o patrimônio das entidades sociais, segundo Monello (2010, p. 18), “não pertence a seus associados, mas à coletividade. É um patrimônio do povo, e o povo é seu principal destinatário e seu próprio fiscal”.

Quanto à Contabilidade das entidades sem fins lucrativos, Monello (2010, p. 18) afirma que “a contabilidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social deve ser planejada, estruturada e organizada”.

A nova lei da filantropia (12.101/2009), que regulamenta as certificações das entidades beneficentes de assistência social, dispõe de procedimentos necessários para tais entidades que se beneficiam da isenção de contribuições para a Seguridade Social.

Assim, é possível avaliar a importância da Contabilidade para as entidades sociais, tornando-se indispensável para um acompanhamento econômico e financeiro, bem como uma ferramenta fundamental na utilização de prestações de contas para fins de certificações, para informar financiadores de projetos e na prestação de contas à sociedade, com maior transparência e, principalmente ao cumprimento de seu papel social e sua missão.

2.6 GRATUIDADES

De acordo com Niyama (2009, p. 269), “Gratuidade, em sua forma mais pura, está associada à entrega de produtos ou serviços pela entidade do Terceiro Setor sem que exista uma contrapartida financeira do beneficiário”

As entidades do Terceiro Setor concedem gratuidades, em troca de Isenção de Impostos e Contribuições, sendo que as mesmas devem estar certificadas junto aos órgãos competentes.

Quanto à forma de contabilização, Araújo (2005, p. 83) “sugere que esses valores sejam registrados em conta de Despesas com Gratuidades, devendo transitar pelo resultado da organização”. Araújo ainda expõe outra forma de registro das gratuidades:

Assim, compreende-se que o registro da gratuidade deve simplesmente o reconhecimento da despesa ou gasto (ou consumo de Patrimônio social), devendo seu montante ser controlado extracontabilmente e evidenciando em Notas Explicativas.

A atual legislação que regulamenta as entidades sem fins lucrativos é a ITG-2002(R1) que determina conforme segue:

Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros (MUNARO; ROMANSSINI, 2015).

A gratuidade também está prevista na ITG-2002, conforme prevê em seu artigo 27 no item de Divulgação.

2.6.1 Relatórios e Demonstrações Contábeis das Entidades do Terceiro Setor

Para Marion (2009, p. 41), relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade, objetiva relatar aos usuários da contabilidade seus principais fatos registrados em determinado período.

De acordo com o Conselho (2008, p. 81), os relatórios exigidos das entidades do Terceiro Setor são: “Balanço Patrimonial, Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social”.

Com a aprovação da lei 11.638/2007, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Porém, a NBC T 3 alterou-se, e procedeu a inclusão do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), sem obrigatoriedade de DOAR, a partir dessa alteração.

As Demonstrações Contábeis, segundo o Conselho, (2008, p. 81), somente terão validade, se elaboradas por contadores habilitados e, também, com a participação do representante legal da entidade, seguindo os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis específicas das Entidades de Interesse Social.

2.6.2 Relatórios Complementares às Demonstrações Contábeis

Apresentados os relatórios considerados complementares às Demonstrações Contábeis, tem-se uma perspectiva mais ampla das atividades que a contabilidade abrange e como ela pode ser empregada: a) Notas Explicativas; b) Relatório de atividades; c) Parecer do Conselho Fiscal; d) Relatório de Auditoria; e) Relatório da Administração.

3 ESTUDO DE CASO

A entidade escolhida para ser objeto do estudo de caso, por ser considerada beneficente de assistência social, pertencente ao Terceiro Setor, portadora do CEAS-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Na presente pesquisa, buscaremos uma análise da situação da entidade objeto de Estudo, a fim de encontrar respostas para o problema discutido, que é: **Como a Contabilidade contribui na melhoria do processo de Prestações de Contas nas entidades do Terceiro Setor, sendo estas responsáveis por promover a dignidade humana, a cidadania e a paz social?**

3.1 GESTÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL

Os dados da gestão da entidade foram obtidos em entrevista realizada com o dirigente da entidade e de acordo com a análise documental, dados coletados e demais informações, nos últimos tempos, a entidade busca a melhoria e profissionalização, no processo de gestão, com o objetivo do melhor atendimento aos cidadãos, através de inserções e canais de atendimento à comunidade, por meio de projetos sociais específicos, na área educacional, social, meio ambiente, sempre atentos às mudanças do mundo globalizado.

A gestão da entidade é composta por três áreas, denominadas área acadêmica, área administrativa e pós-graduação, pesquisa e extensão. O funcionamento das áreas é compartilhado e estas estão designadas como área meio e área fim, com a finalidade de gerir todo o processo funcional da entidade. As atividades no âmbito administrativo estão ligadas à Pró-Reitoria Administrativa (área meio) e as atividades acadêmicas ligadas à Pró-Reitoria de

Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (área fim).

3.1.1 Gestão Contábil

Para análise da gestão contábil foram analisados documentos e demonstrações contábeis.

A entidade é reconhecida de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal, e está também inscrita no conselho municipal e nos demais órgãos reguladores, bem como é portadora do CEAS - Certificado Entidade Beneficente de Assistência Social, com atuação preponderante no ensino superior.

O departamento de contabilidade participa na elaboração das prestações de contas, pois envolve diversos aspectos relacionados à área contábil e requer conhecimentos específicos das atividades da entidade, tais como as rotinas financeiras, sistemas de informações e demais processos gerados pelos diversos controles internos de áreas, que, obrigatoriamente abrangem o processo contábil.

A Contabilidade da entidade é realizada por sistema corporativo da empresa (Totvs), que mantém integração com os demais sistemas.

Os sistemas utilizados para integração de dados com o sistema da Contabilidade são:

- Gestor Financeiro – Receitas, Custos com Gratuidade, Contas a Pagar e Receber;
- Controle de Caixa e Recebimentos, Controle Bancário;
- Gestor Corporativo – Orçamento e Custos;
- Sistema de Folha de Pagamento (Totvs);
- Sistema de Controle Patrimonial;
- Sistema de Controle de Estoque e Almoxarifado;
- Sistema Contábil (Totvs).

Após a realização de um exame minucioso nas demonstrações contábeis com a finalidade de identificar a contabilização dos itens de gratuidades principalmente no

atendimento dos requisitos específicos e obrigatórios, constatou-se que a entidade atendente todos os requisitos e executa de forma detalhada e aprimorada as demonstrações contábeis tendo uma contabilidade fidedigna que garanta a transparência e atenda todos os requisitos para assegurar a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social.

3.1.2 Análise e Discussão sobre o estudo de caso e sugestões

Apresentamos uma discussão sobre o resultado obtido na pesquisa, na entidade objeto de estudo e **“Como a Contabilidade contribui na melhoria do processo de Prestações de Contas nas entidades do Terceiro Setor, sendo estas responsáveis por promover a dignidade humana, a cidadania e a paz social?”**

A pesquisa realizada e apresentada na (tabela 1) e (gráfico1), evidencia que muitas instituições tiveram seus certificados cassados nos últimos anos, por não demonstrar de forma adequada às informações e Demonstrações Contábeis quanto às aplicações em gratuidades conforme previsão legal.

As EBAS (Entidades Beneficentes de Assistência Social) devem adotar práticas contábeis para facilitar a comprovação das gratuidades, além de demonstrarem em notas explicativas as gratuidades e as isenções usufruídas, os procedimentos de contabilização também devem estar registrados em grupos e contas contábeis específicas, de forma segregada, possibilitando a comprovação dos impactos e variações patrimoniais da entidade gerados pelo certificado. A Contabilidade enquanto Ciência Social tem a responsabilidade em adotar a melhor forma de mensuração e evidenciação.

As Entidades Beneficentes de Assistência Social têm a obrigação de conceder gratuidades na forma da lei. Dessa forma, entende-se que deva evidenciar, em seus demonstrativos contábeis, no mínimo as seguintes informações:

- Informações de quantidade, proporções, percentuais ou valores de atendimentos de acordo com suas áreas de atuações conforme determina a lei 12.868/201 para cada área seja de saúde, educação ou assistência social.

- Valor das isenções usufruídas por espécie de contribuição;

- Manter controles internos adequados e atualizados para subsidiar as informações Contábeis que podem ser gerados com um sistema de informações adequado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos problemas com Indeferimentos de Prestações de Contas e o papel da contabilidade na melhoria do processo, podemos responder a questão da pesquisa: **Como a Contabilidade contribui na melhoria do processo de Prestações de Contas nas entidades do Terceiro Setor, sendo estas responsáveis por promover a dignidade humana, a cidadania e a paz social?**

A Contabilidade contribui no processo de melhoria das prestações de contas quando as demonstrações contábeis forem apresentadas pelas EBAS, de forma segregada e a fornecer informações necessárias às prestações de contas.

As Demonstrações Contábeis devem ser escrituradas e elaboradas em conformidade com os princípios e normas fundamentais da contabilidade.

Com um sistema de informações contábil adequado, controles internos específicos às EBAS, estas conseguem produzir informações necessárias à gestão dos programas sociais e às prestações de contas aos órgãos controladores e certificadores. A contabilidade contribui na melhoria do processo de prestação de contas, quando a informação contábil proporciona confiabilidade e transparência nas Demonstrações Contábeis, considerada requisito essencial exigido nos processos de prestações de contas.

As informações devem evidenciar os valores de gratuidades, custos, isenções de contribuições, bem como todas as informações detalhadas para aferição do cumprimento das gratuidades para a manutenção do certificado, conforme legislação vigente.

Acreditamos que os objetivos específicos foram atingidos após a análise do sistema de informação contábil da entidade objeto de estudo, em que foi realizada análise do sistema de informações da entidade, conforme abordadas no Estudo de Caso;

Após análise de todas as informações apresentadas no desenvolvimento da pesquisa, conclui-se, principalmente, que a

entidade objeto do presente estudo, também teve problemas de certificação, porém passou por um processo de reestruturação na área contábil, com a finalidade de profissionalizar a gestão contábil e os processos de prestações de contas, para fins de certificação.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando uma entidade que pertence ao Terceiro Setor considerada beneficente de assistência social.

O presente estudo almeja contribuir com informações destinadas às instituições do Terceiro Setor, por meio de um estudo científico da área pesquisada e, como parte do resultado da pesquisa, com a finalidade de colaborar com as entidades do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para as organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BARBIERI, Carla Bertucci. **Terceiro setor: desafios e perspectivas constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2008.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 mar. 2011.

_____. **Decreto nº 752**, de 16 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, a que se refere o art. 55, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Planalto, DF, 17 fev. 1993. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D752.htm>. Acesso em: 06 jan. 2011.

_____. **Decreto nº 2.536**, de 06 de abril de 1998. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 07 abr. 1998. Disponível em:
<<http://comasubatuba.vilabol.uol.com.br/decreto2536.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

_____. **Decreto nº 6.308**, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 14 dezembro. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm>. Acesso em: 05 nov. 2010.

_____. **Decreto nº. 7.237**, de 20 de julho de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 21 julho 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7237.htm>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Decreto nº. 7.300**, de 14 de setembro de 2010. Regulamenta o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e altera o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social. Planalto, Brasília, DF, 14 Setembro 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7300.htm>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8742.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Decreto nº 8.242**, de 23 de maio de 2014. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8242.htm>. Acesso em: 01 mai. 2016

_____. **Lei nº. 10.406, de 10 janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro (Novo Código Civil) Planalto, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Planalto, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. **Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 27 nov.2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12868.htm. Acesso em: 01 mai. 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resoluções CNAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

_____. **Conselho Federal de Contabilidade.** Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social. 2. ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://cfc.org.br/uparq/Manual_procedimentos2008.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário,** 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONELLO, Sergio. A Função social da contabilidade das entidades beneficentes de assistência Social. **Revista Filantropia & Gestão Social,** São Paulo, n. 45, p. 18-19, mar/abr. 2010.

MUNARO, Mirna; ROTA, Diogo; ROMANSSINI, Renê. Análise da aplicação da ITG 2002 – entidade sem fins lucrativos nas demonstrações contábeis de entidades do terceiro setor de Passo Fundo/RS. **Anais... XV CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL,** 26 a 28 de agosto de 2015, Bento Gonçalves-RS. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/convencao/arquivos/trabalhos/cientificos/analise_aplicacao_itg_2002_entidades_sem_fins_lucrativos790.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria:** conceitos, sistemas, implantação. São Paulo: Atlas, 1993.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

PINTO, Ivan; MONELLO, Ricardo. Principais reflexos contábeis da nova lei da filantropia. **Revista Filantropia & Gestão Social,** São Paulo, n. 45, p. 20-22, mar/abr.2010.

YIN, Robert K. **"Case Study Research: design and methods".** Tradução e síntese de Ricardo Lopes Pinto; Adaptação de Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO CAPITALISMO MODERNO NA VISÃO DE MAX WEBER

Silvana Festa Sabes³

Rogério Canaciro²

1 INTRODUÇÃO

Considerado um dos fundadores da Sociologia, Max Weber (1864-1920) apresenta, em suas obras, seu ponto de vista acerca do capitalismo, como e onde se desenvolveu, bem como destaca pontos importantes do capitalismo moderno, bem como o processo de implantação deste importante sistema econômico que havia se instalado naquela época.

Weber apresenta, com base em seus estudos, sua posição com relação ao Capitalismo e ao processo de racionalização da economia, a presença de empresas com o objetivo de geração de lucros, surgindo, naquele momento, a Contabilidade como uma ferramenta de controle do capital e do lucro.

Por meio das obras “A Ética protestante e o espírito do capitalismo” e a “História geral da economia”, Weber traz o objetivo de compreender o capitalismo e a civilização moderna do mundo ocidental, pois, em outras civilizações não se encontrava um patamar

³ Docente dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIVEM. Discente do Programa de Estudos de Mestrado em Ciências Contábeis – PUC São Paulo/SP. Bacharel em Administração pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM e Pós Graduação em Administração Gestão Empresarial e Controladoria e Finanças pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM – Marília/SP.

² Docente dos cursos de Ciências Contábeis e Ciência da Computação. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Marília e Pós Graduação em Controladoria e Finanças pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM – Marília/SP.

de racionalidade como a do ocidente. Para o referido autor, o objetivo do capitalismo era, em qualquer tempo e lugar, aumentar a riqueza, isto é, aumentar o capital.

O objetivo desse estudo é apresentar a importância da contabilidade racional nos negócios, na história do capitalismo, conforme apresentada por Weber em sua obra “História Geral da Economia”, mais precisamente, nos capítulos III e IV.

2 O CAPITALISMO NA VISÃO DE WEBER

Weber conceitua o Capitalismo como a satisfação das necessidades de um grupo humano, com finalidade lucrativa, independente de qual seja a necessidade.

Afirma, ainda, sobre o capitalismo racional, sendo a utilização do capital que é, de forma geral, controlado e gerido por empresas por meio da contabilidade moderna.

O capitalismo se apresenta em diferentes formas e em diversos períodos da história, enfatizando a satisfação das necessidades cotidianas com base em técnicas capitalistas, ou seja, a busca racional pelo lucro, sendo essa técnica peculiar no Ocidente.

De acordo com Weber (2010, p. 258; 259):

Geralmente a condição prévia para a existência do capitalismo moderno é a contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas. Por seu turno, as condições prévias dessas empresas são as seguintes:

1. Apropriação de todos os bens materiais de produção (a terra, aparelhos, instrumentos, máquinas, etc.) como propriedade de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas.
2. A liberdade mercantil, isto é, liberdade do mercado, como referência toda irracional limitação do comércio.
3. Técnica racional, isto é, contabilizável ao máximo, e, portanto, mecanizada, tanto na produção como na troca; não somente quanto à confecção, mas como referência aos custos de transportes de bens.
4. Direito racional, isto é, direito calculável. Para que a exploração econômica capitalista proceda racionalmente precisa confiar em que a justiça e a administração seguirão determinadas pautas.
5. Trabalho livre, isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas no econômico, obrigadas a vender livremente sua atividade num mercado. Luta com a essência do capitalismo, o fato de que falte uma camada social deserdada, e necessitada, portanto, de

vender sua energia produtiva e, de modo igual, quando existe tão-somente trabalho livre. Apenas sobre o setor do trabalho livre resulta possível um cálculo racional do capital, isto é, quando, existindo trabalhadores que se oferecem com liberdade, no aspecto formal, mas realmente estimulados pelo látego da fome, os custos dos produtos podem ser, inequivocamente, de antemão.

6. Comercialização da economia, sob cuja denominação compreende o uso geral de títulos de valor para os direitos de participação nas empresas, e do mesmo modo, para os direitos patrimoniais. Em suma: possibilidade de uma orientação exclusiva, na satisfação das necessidades, num sentido mercantil e de rentabilidade. Desde o momento em que a comercialização se agrega às demais notas características do capitalismo, ganha importância de um novo elemento, o da especulação.

Assim, naquele momento, ocorreram alguns fatores extrínsecos para o desenvolvimento do capitalismo como, por exemplo, a comercialização, que foi a instituição de títulos de participações em empresas e, após, a criação dos demais títulos de renda pública.

O autor destaca, ainda, que para a economia moderna, a emissão de valores é a forma racional de formar capital, representando, assim, a sociedade anônima, o capital por ações e diversas outras modalidades.

Após estudos e discussões a respeito do capitalismo, o autor conclui que:

Decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional do direito racional. A Tudo isso se deve ainda adicionar a *ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia* (WEBER, 2010, p. 321).

Nesse sentido, é possível concluir que Weber caracteriza o capitalismo moderno como um amplo e complexo conjunto de companhias ligadas entre si, que visam um trabalho baseado na prática econômica racional, e que contemplam empresas que operam com capitais em curto e em longo prazo, além da oferta voluntária de trabalho, divisão de trabalho planejado, divisão de trabalho nas empresas e distribuição de funções, tudo conforme rege as necessidades da economia no mercado.

3 A CONTABILIDADE E O CAPITALISMO MODERNO

A Contabilidade é considerada uma das ciências mais antigas do mundo. As origens primitivas da Ciência Contábil deram início à organização da vida do homem, tendo sua origem há mais de trinta mil anos.

Weber, em seu estudo sobre o capitalismo, apresenta a importância da contabilidade e como ela surgiu no capitalismo.

O comércio racional teve crescimento quando se aplicou, pela primeira vez, a contabilidade, tornando-se, assim, uma ferramenta indispensável à economia.

A necessidade de realização de cálculos exatos e de controles surgiu para os negócios que eram realizados pelas empresas. No início, quando as empresas eram de pequeno porte e operadas por um único dono, era dispensável, porém com a abertura das companhias para vários sócios, a técnica contábil e os procedimentos de forma organizada passaram a serem indispensáveis às empresas e em seu controle.

Até o início da idade moderna os processos contábeis eram imperfeitos, a princípio, o sistema de algarismos foi criado pelos indianos, adotado pelos árabes, e divulgado por toda a Europa pelos judeus. Posteriormente, a época das cruzadas passou a ser utilizada como *sistema real de contabilidade*. Esse sistema foi fundamental para a apuração dos valores das operações racionais.

O autor também relata os conflitos e problemas da época na adoção de sistemas de contabilidade, pois existia rejeição nos respectivos modelos e formas de contabilizações por serem de difícil compreensão, bem como não se apresentarem confiáveis.

O sistema de algarismos se apresentava de forma duvidosa, visto que os lançamentos nos livros comerciais ainda eram realizados em números romanos, sendo utilizados apenas os cálculos com o auxílio do sistema dos novos algarismos. O sistema de algarismos não era aceito oficialmente até meados dos séculos XV e XVI.

No ocidente, a Contabilidade surgiu com a adoção do sistema de algarismo; vale ressaltar que somente o ocidente foi o centro da contabilidade monetária, entendendo, assim, ser um instrumento indispensável às operações. Desse modo, ficou de forma contrária ao Oriente, regendo-se por uma contabilidade em espécie,

registrando de forma restrita, de maneira que registrava apenas a contabilidade do comércio de trigo do Egito.

Naquela época, a Contabilidade não era considerada completa por não contemplar todas as finalidades. Seus registros eram mais de caráter documental, tendo como utilidade servir como prova de relações jurídicas e não tinham a finalidade de controle da rentabilidade das empresas.

No século XVI, na Itália medieval, surgiu a verdadeira Contabilidade, por meio de um estudioso alemão que se desloca para a cidade de Veneza, objetivando o aprendizado das formas da Contabilidade. Os negócios das sociedades mercantis tomaram novos rumos, tendo por consequência as constituições de suas bases.

Com a constituição de suas bases, obviamente, a família, em todos os lugares, foi considerada o titular mais antigo de seus negócios e explorações de atividades mercantis da época.

No início da Idade Média, quer na China ou na Babilônia ou, ainda, na Índia, os filhos dos proprietários se tornavam sócios do pai, daí explica-se o fato de que durante muitas gerações permaneciam entre a mesma família.

Os negócios de família na época eram comuns e possuíam um cunho familiar e singelo, desprezando os controles mais complexos, caracterizando-se um negócio muito simples, em que era comum não encontrar uma contabilidade detalhada, apesar de existir, bem como adotarem a contabilidade conhecida pelos sistemas de algarismos.

Tal procedimento se apoia na realidade de que, no Oriente e na China, uma sociedade comercial era assunto de família, e não era exigida uma contabilidade regular. A região Ocidental foi pioneira em constituir companhias comerciais entre pessoas que não possuíam vínculos familiares. Nesse sentido, surgiu, então, a primeira forma de companhia, chamada de *commenda*. A continuidade dessa modalidade de contrato foi aos poucos levando a uma exploração permanente. A divulgação da *commenda* contribuiu para a criação de empresas e seu desenvolvimento. Assim, as negociações ocorridas com membros estranhos à família eram aplicadas à contabilidade, visto a separar os resultados da *commenda*.

Na Itália, o desenvolvimento do sistema ocorreu com maior rapidez comparado à Alemanha, assim, o Sul adiantou-se em relação Norte.

O grande problema da época em manter relações comerciais com membros internos e externos à família era exatamente as dificuldades apresentadas em relação a essa fusão financeira pessoal doméstica com a relação financeira da empresa comercial. Weber (2010, p. 2010), explica que: “[...] a liquidação fazia-se posteriormente e apenas para o exterior, relativo ao negócio de *commenda*, pois no âmbito interno, tudo se misturava na grande “panela” da administração doméstica comum”.

Com a necessidade de abertura de crédito, ocorreu a separação da contabilidade doméstica pessoal e comercial, incentivando, assim, o desenvolvimento das sociedades pré-capitalistas. Importante destacar que enquanto as operações eram realizadas a vista, não houve tal necessidade.

Com a nova modalidade de operação e negócios em longo prazo, passando a utilização da garantia do crédito, houve a necessidade de criar mecanismos de garantias nos processos comerciais. Em razão das respectivas mudanças, estabeleceram-se vários processos, exigindo, assim, a conservação do patrimônio da família.

Todo esse processo deu origem à legalização das sociedades entre as comunidades familiares e pessoas alheias à família que se incluíam nos negócios.

No começo do século XIV, buscou-se um meio mais eficaz e menos conflituoso de garantir o patrimônio, surgiu, então, a ideia de proceder à diferenciação do patrimônio da companhia mercantil do patrimônio dos sócios.

A contabilidade nesse momento desempenha seu papel adotando, em seus livros contábeis, todos os registros das operações, apontando as diferenças de entradas e saídas correspondentes às da família, assim como os registros da sociedade mercantil, apresentados os resultados a constituir o capital em dinheiro, dando origem ao capital social da empresa.

Tal processo se deu por diversos motivos, como, por exemplo, no Sul, pela existência de grandes comércios de família, ao

passo que no Norte também predominava um grande número de comércio de pequenas famílias e associações de comerciantes.

Na época, de acordo com as necessidades das sociedades, cada uma possuía uma forma própria para serem regidas. No Sul, o tipo de sociedade predominante é a *comandita*, que é aquela que o sócio do negócio responde pessoalmente. Esse tipo de sociedade faz apenas o fornecimento do capital e recebe de forma proporcional aos benefícios.

No Norte, era tudo diferente, os documentos se apresentavam de forma a não existir nenhuma empresa permanente, explicitando negócios confusos e isolados, sendo regidas pela contabilidade italiana (partidas dobradas), adotando duas formas, quais sejam:

1. Atribuir participação dos lucros ao comerciante que viaja com a mercadoria que lhe foi confiada;
2. Atribuir um capital com base nas negociações realizadas por seu intermédio.

Weber considera a contabilidade racional uma ferramenta que auxilia no controle das companhias mercantis e que contribui para o desenvolvimento dos negócios da época, visto que todo o processo de segregação do dinheiro das famílias e das empresas foi realizado mediante os lançamentos em livros contábeis, constituindo, desse modo, elemento essencial na história do capitalismo moderno.

4 ECONOMIA RACIONAL

Inicialmente, é possível afirmar que toda atividade está orientada economicamente. Logo, nas palavras de Weber, “Economia” é somente o exercício pacífico de um poder de disposição que, em princípio, está economicamente orientado (2010, p. 09).

A história da economia está ligada diretamente ao capitalismo, posto que as duas se fundem para um capitalismo racional. Para Max Weber, o capitalismo existe com base nos mais diversos grupos de pessoas onde quer que exista uma necessidade de troca com objetivo principal de aumentar a riqueza e o capital das empresas. No mais, o autor ainda faz sua consideração sobre o dinheiro na economia, estabelecendo uma distinção entre a *economia*

natural, que não conhece o uso do dinheiro, com a que reconhece e utiliza o dinheiro, denominada *economia monetária*.

A *economia monetária* se torna aplicável, primeiro, em uma separação pessoal e temporal dos momentos de troca; e, segundo, a necessidade de correspondência entre as coisas trocadas, criando as possibilidades de expansão do mercado, provocando uma especulação nas posições de mercado, estimando, assim, o dinheiro por meio do cálculo para as atividades de venda como as de compra.

A utilização do dinheiro possibilita a contabilidade permitindo um denominador comum que se refere a todos os bens, oferecendo uma premissa para uma contabilidade calculadora da atividade econômica, gerando “Contabilidade”.

Nesse sentido, Weber (2010, p. 14) aduz que:

Tal circunstância proporciona à “economia lucrativa” uma orientação, de modo exclusivo, pelas probabilidades de mercado, e, também, à “economia consultiva” o estabelecimento prévio de “um plano econômico” para o emprego das quantidades disponíveis de dinheiro.

No mesmo contexto, Weber define o *Patrimônio* como “a posse de bens que podem ser representados em dinheiro e que está à disposição de uma empresa para uso permanente ou fonte de renda”.

Define, ainda, a empresa como uma unidade econômica lucrativa, orientada pelo mercado, com objetivo de obter lucros. Toda empresa tem por finalidade o lucro, ou seja, visa um excedente sobre os valores econômicos aplicados na empresa.

Outrossim, tem como finalidade trabalhar com o cálculo ou conta de capital, que se apóia em um balanço, com o objetivo de obter o cálculo do lucro. O cálculo do capital representa a estimativa de dinheiro, o excedente, após o encerramento do período econômico de uma empresa.

Para Weber (2010, p.321),

Decisivamente, o Capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isso se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional da economia.

Conforme citado, o autor tem uma visão da racionalização social como a especificação da economia capitalista, podendo ser encontrado tal caráter apenas no ocidente.

A técnica capitalista que apresenta uma economia racionalizada é a contabilidade racional, ou seja, tudo é contabilizável ao máximo levando a acreditar que tudo é mecanizado, tudo se contabiliza com a finalidade de efetividade, buscando-se, assim, a aproximação do rendimento de uma máquina.

Weber afirma que existe uma nova organização na economia, onde o capitalismo moderno ocorre na apuração dos lucros ou investimentos, onde é racionalizado com base nas operações racionais de cálculo, que é muito importante e serve como base para todas as transações comerciais das empresas capitalistas.

Na busca pelo lucro, as empresas capitalistas possuem estruturas racionais, objetivando a eliminar qualquer impedimento para obtenção desse lucro, inexistindo qualquer barreira de cunho religioso ou ético. Os cálculos se aplicam mesmo em relações de comunidade familiar, onde tudo é calculável, o que significa “não existir limitação na obtenção do lucro”, sendo que o resultado é a economia regulada com um grande campo de ação para o maior lucro possível.

Assim, conclui-se que as empresas modernas possuem apenas cunho racional, eliminando-se totalmente de qualquer base na religião ou na ética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse pequeno estudo teve como objetivo abordar um capítulo obra “História Geral da Economia”, escrita pelo pesquisador alemão Max Weber e dedicada à contabilidade racional e aplicabilidade nas empresas no desenvolvimento do capitalismo.

Importante ressaltar o grau de importância da contabilidade racional nesse contexto, visto que contribui para a evolução nas

empresas frente aos controles de suas atividades e, principalmente, no cálculo do capital e do lucro.

A contabilidade foi essencial nesse período, para que as empresas evoluíssem deixando de ser apenas um grupo familiar, bem como expandir os negócios da época na abertura de crédito e no desenvolvimento de atividades de investimentos em longo prazo.

Vale considerar a extrema importância do auxílio da contabilidade para com as empresas, no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo moderno e da economia da época.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Matheus Ramos. Racionalização e modernidade em Max Weber. **Revista Humus**, Santa Catarina, set/out/Nov/dez. 2013, nº 9.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Introdução à sociologia: Marx, Durkheim e weber**, referências fundamentais. São Paulo: Paulus, 2014. Coleção Introduções.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **História geral da economia**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

A IMPORTÂNCIA DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

*Mariana de Oliveira da Silva*⁴

*Luis Fernando Manfrim*⁵

1 INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações financeiras é um conjunto de técnicas que mostram a situação econômico-financeira das empresas em determinado momento. Existem diversos fatores que podem influenciar positiva ou negativamente nessa situação, fatores esses que podem ser externos ou internos. A informação é uma das variáveis mais importantes para um processo decisório coerente e eficaz. Através dos relatórios contábeis, uma organização pode adquirir informações que irão contribuir para o seu gerenciamento, poderão ajudar a identificar as tendências apresentadas nas suas demonstrações, evidenciar a capacidade de cumprimento de suas dívidas e conseguir conhecer a estrutura patrimonial que possui. Todas essas informações, só serão possíveis com os recursos técnicos obtidos pela análise dos índices econômicos e financeiros, onde se é extraído informações que contribuem significativamente com a gestão empresarial.

O presente artigo se ateve a responder a seguinte questão: Qual a importância dos índices econômico-financeiros como principal instrumento de análise das demonstrações contábeis e financeiras? Para garantir a resposta à indagação, tem-se como objetivo geral

4 RA - 528374

5 Graduação em Ciências Contábeis – UNIVEM

abordar alguns dos principais indicadores, tornando visível a importância desse instrumento para a otimização de resultados e interpretação dos registros contábeis da empresa. Utilizando dos índices de liquidez pode-se avaliar a capacidade que as empresas possuem de satisfazer compromissos de pagamento de dívidas com terceiros, avaliando se a empresa se encontra em equilíbrio financeiro, analisar em que ponto está a rentabilidade da empresa e qual seu grau de endividamento, isto é, a participação de terceiros dentro da organização.

Para o acadêmico este estudo é de grande valia, pois é uma oportunidade de aprofundar conhecimentos específicos, podendo aplica-los no âmbito profissional, contribuindo com a organização onde trabalha e fornecendo parâmetros confiáveis de apoio, para a tomada de decisão nas empresas pra as quais presta serviços.

Para a Fundação Eurípedes Soares da Rocha- UNIVEM este estudo serve de referência para as disciplinas aplicadas ao Curso de Ciências Contábeis, possibilitando que os docentes utilizem do material para complemento das atividades e pesquisas realizadas no dia a dia das disciplinas. É uma oportunidade de demonstrar que o estudo sobre análise de demonstrações financeiras comparada com padrões proporciona resultados mais atrativos e precisos para quem utiliza destas informações demonstrando a contribuição da academia para a sociedade comum, bem como investidores da região.

A correta análise e interpretação destes indicadores tornam-se imprescindíveis aos gestores e analistas, tanto internos, quanto externos, oferecendo uma visão geral de como estão sendo realizados os processos dentro desta organização e seus respectivos retornos com base em informações precisas e seguras que auxiliarão tanto para facilitar a tomada de decisões, quanto para direcionar investimentos futuros.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Segundo Marion (2005) os índices de liquidez tem como objetivo avaliar qual a capacidade da empresa de pagamento, ou seja, busca evidenciar se a empresa possui recursos para saldar seus débitos. Essa capacidade poderá ser avaliada levando em

consideração as obrigações a curto prazo, longo prazo e prazo imediato.

Fonseca (2012) afirma que os índices de liquidez nos demonstram a capacidade de solvência (capacidade de pagamento) de uma empresa, ou de um projeto de investimento. Esse grupo de índices irá retratar as demonstrações do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

Para Ludícibus (1995) esses índices refletem uma situação estática de posição de liquidez. Dessa forma esses quocientes ou grupos de quocientes, não serão de grande relevância a menos que analisados em conjunto com outros grupos.

Já Padoveze (2010) relata que a liquidez é um índice estático, e que os índices relatam a capacidade momentânea de pagamento da empresa, e diz respeito a data do encerramento do balanço. Portanto em um momento seguinte ela pode ser diferente.

2.1.1 Liquidez Corrente

Ribeiro (1996) descreve que esse coeficiente demonstra os recursos existentes no Ativo Circulante, para cada real de dívidas a curto prazo, que existem no passivo circulante.

Segundo Marion (2005, pág. 83) o índice de liquidez corrente “mostra a capacidade de pagamento de uma empresa a curto prazo”.

Fonseca (2012) afirma que o índice tem como objetivo demonstrar quanto a empresa possui no curto prazo para cada real de suas obrigações. Ou seja, a capacidade que a empresa tem de liquidar suas dívidas a curto prazo com o dinheiro disponível no curto prazo.

Para Padoveze (2010) esse é o índice mais conhecido, ele analisa o total do ativo circulante e passivo circulante. Seu parâmetro será aceitável com um índice acima de R\$ 1,00.

2.1.2 Liquidez Geral

Segundo Padoveze (2010) esse índice é o conjunto de análises, de todos os ativos realizáveis, curto ou longo prazo, com os passivos, sejam eles de curto ou longo prazo.

Na opinião de Ludícibus (1995) a liquidez geral, irá verificar a saúde financeira da empresa a longo prazo.

Marion (2005) afirma que o índice de liquidez geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, levando em consideração tudo que se converterá em dinheiro, comparado com todas as dívidas que a empresa contraiu.

Para Ribeiro (1996) o índice de liquidez geral evidencia o ativo circulante no ativo não circulante, para cada real de dívidas constantes no passivo circulante e passivo não circulante.

2.1.3 Liquidez Seca

Segundo Fonseca (2012, pag. 124),

O índice de liquidez imediata revela quantos reais a empresa dispõe no curto prazo para cada real de dívida no curto prazo, considerando que a empresa não consiga vender nada de seu estoque. Em outros termos, esse índice mede a capacidade financeira da empresa em saldar os seus compromissos de curto prazo com recursos de curto prazo, menos os estoques.

Em Padoveze (2010) o autor afirma que este índice é muito empregado. Já que com a exclusão dos estoques se chega a um índice mais “duro”, uma vez que dentro do ativo circulante, são justamente os estoques que levam mais tempo para se realizarem, ou seja, se tornar caixa.

Para Marion (2005) esse índice demonstra o que aconteceria se a empresa sofresse uma paralização de suas vendas, ou se seu estoque se tornasse obsoleto, qual seria a possibilidade da empresa pagar suas obrigações levando em consideração apenas o disponível e duplicatas a receber.

2.1.4. Liquidez Imediata

Ribeiro (1996) explica que o índice de liquidez imediata demonstra quanto a empresa tem disponível para cada real de dívida.

Para Padoveze (2010) esse indicador só irá considerar os valores disponíveis de forma imediata. Esses valores estarão

representados pelo caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Segundo Ludícibus (1995) este índice demonstra o valor que a empresa dispõe para saldar suas dívidas de curto prazo. O numerador terá os valores imediatamente disponíveis, o denominador será a soma das dívidas vencíveis de 30, 60, 90, 180 e 365 dias.

No entendimento de Marion (2005) liquidez imediata, é o valor que dispomos de imediato para saldar nossas obrigações a curto prazo.

2.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com Ludícibus (1998), o quociente de endividamento relaciona fontes de fundos entre si, procurando a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. É se não o principal, um dos mais importantes índices a ser analisados, pois indica a relação de dependência da empresa com a relação de capital de terceiros. Ainda seguindo o pensamento de Ludícibus, no índice relaciona-se o Exigível Total (capitais de terceiros), com os Fundos Totais Providos (por capitais próprios e capitais de terceiros). Expressa também, a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais, ou seja, significa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

De acordo com Begalli e Perez Jr. (2009) esse indicador aritmeticamente deve ficar entre os valores 0 e 1, quanto menor for o quociente, menor é a concentração de dívidas no curto prazo.

De acordo com a publicação para a Revista Contabilidade & Finanças, o professor da UNB César Augusto Tibúrcio aponta que o fato de a empresa ser muito endividada não significa necessariamente algo ruim. Tudo irá depender da composição da dívida. Além disso, quando a empresa consegue captar a um custo reduzido, numa operação com juros subsidiados, volumes elevados de financiamento pode permitir alavancar o resultado da empresa.

2.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Na concepção de Ludícibus (1995) a análise sobre os índices de rentabilidade tem o intuito de analisar o retorno sobre o

investimento, porém quando se deseja expressar a rentabilidade em termos absolutos sua utilidade informativa torna-se um pouco reduzida.

Marion (2005) também defende que utilizar a rentabilidade para expressar a verdade em termos absolutos tem utilidade reduzida, por isso é necessário calcular a taxa de lucro, ou seja, comparar o lucro em valores absolutos com valores que tenham alguma relação com o segmento da empresa.

Para Reis (1985) os índices de rentabilidade são analisados com o objetivo de apresentar a capacidade das empresas em produzir lucro, retratados com absoluta precisão dentro da análise do investimento.

Gitman (2002), destaca que existem inúmeras medidas de rentabilidade para uma empresa, devido a isso devem-se avaliar os lucros que a mesma obteve em relação as suas vendas, ativos ou investimentos dos proprietários. A função da empresa é obter lucro, pois, se não tiver, os investidores externos não serão atraídos para aplicar capital nessa empresa.

Dentre os índices de rentabilidade destacam-se os que serão apresentados a seguir.

2.3.1. Margem Operacional

Iudícibus (1995) aponta que este quociente compara o lucro com as vendas líquidas de uma empresa, ressaltando que se deve levar em consideração o montante das deduções de vendas em relação às vendas brutas em uma análise a parte, porém em sua concepção é preferível a utilização da variante com as vendas líquidas. Este quociente dependendo do tipo de empreendimento pode apresentar-se alto ou baixo.

Este índice, para Reis (1985) resulta da comparação entre o lucro operacional e o montante das vendas do exercício, indicando qual a porcentagem de lucro contida em cada real de mercadoria vendida.

Na concepção de Marion (2005) recomenda-se a utilização do lucro operacional como o mais adequado para obter-se a margem de retorno, porém deve-se ser coerente na escolha do denominador do ativo, por exemplo, utilizar o ativo operacional.

2.3.2. Giro Operacional e Giro Geral

Segundo Matarazzo (2010), o valor da receita descrita na DRE necessita de um elemento que possa ser utilizada como comparação de resultado, para que a análise seja eficaz.

Marion (2005, p. 166) diz que o “giro operacional significa a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientes os ativos serão utilizados”.

“O melhor conceito de ‘dimensão’ poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do ativo operacional, ora valor do patrimônio líquido, ora valor do capital social etc., todos têm suas vantagens e desvantagens. (IUDÍCIBUS, 1998, p. 110).

2.3.3 Retorno Operacional e Retorno Geral

Conforme Reis (1985, p. 207),

O presente índice costuma ser interpretado, também, em termos de retorno dos capitais investidos, permitindo deduzir-se o número de anos que a lucratividade dos negócios levará para produzir um montante igual ao do capital total atualmente investido.

Para Padoveze (1997, p. 174),

O modelo mais utilizado. Relaciona os investimentos efetuados na divisão com o lucro anual por esta mesma divisão. O retorno operacional permite avaliar o investimento na mesma linha de avaliação que é feita pela Análise de Balanço, através dos conceitos de Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Constatando essa afirmativa Iudícibus (1998, p. 111) diz, “é o mais importante quociente individual de toda a análise de balanço”.

Na concepção de Marion (2005) a rentabilidade é medida em função dos investimentos, tais investimentos podem ser de origem própria ou de terceiros, e administrando o ativo de uma empresa de forma adequada obtém-se um retorno maior para a mesma.

3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O desenvolvimento das análises se dá por meio das demonstrações de três períodos da empresa AGW, conforme apresentadas abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	ANO 1	ANO 2	ANO 3
1.1	CIRCULANTE	2.407	2.648	2.775
1.1.1	Disponibilidades	841	780	929
1.1.2	Clientes	870	928	835
1.1.3	Estoques	696	940	1.011
1.2	NÃO CIRCULANTE	1.508	1.659	1.786
1.2.1	Realizável Longo Prz.	812	777	958
1.3.1	Imobilizado	696	882	828
TOTAL		3.915	4.307	4.561

2	PASSIVO	ANO 1	ANO 2	ANO 3
2.1	CIRCULANTE	2.166	2.241	2.689
2.1.1	Fornecedores	757	648	832
2.1.2	Obrig. Sociais e Trab.	783	783	950
2.1.3	Obrigações Fiscais	626	810	907
2.2	NÃO CIRCULANTE	870	900	720
2.2.1	Exigível a Longo Prazo	870	900	720
2.3	Patrimônio Líquido	879	1.166	1.152
2.3.1	Capital Social	100	100	100
2.3.2	Reserva de Lucros	779	1.066	1.052
TOTAL		3.915	4.307	4.561

TABELA 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA AGM (AUTORIA PRÓPRIA)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

3	DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	ANO 1	ANO 2	ANO 3
3.1	(+) Receita Operacional Bruta	4.350	5.430	5.424
3.2	(-) Dedução da Receita Bruta	(290)	288	(240)
3.3	= Receita Operacional Líquida	4.060	5.718	5.184
4	(-) Custos da Venda	(2.175)	(2.730)	(1.752)
5	= Resultado Operacional Bruto	1.885	2.988	3.432
6	(-) Despesas	(725)	(900)	(576)
7	= Lucro Antes do Imp. de Renda	1.160	2.088	2.856
8	(-) Imposto sobre o Lucro	(174)	(313)	(428)
9	= Lucro Operacional Líquido	986	1.775	2.428

TABELA 2 - DRE DA EMPRESA AGM (AUTORIA PRÓPRIA)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme as demonstrações apresentadas no capítulo anterior e utilizando-se dos indicadores financeiros de liquidez, endividamento e rentabilidade foram calculados os resultados que seguem apresentados nas tabelas abaixo por meio das seguintes análises:

Índices de Liquidez		ANO 1	ANO 2	ANO 3
LC	Liquidez Corrente	1,11	1,18	1,03
LS	Liquidez Seca	0,79	0,76	0,66
LG	Liquidez Geral	1,06	1,09	1,09
LI	Liquidez Imediata	0,39	0,35	0,35

Tabela 3 - Quadro de indicadores - Liquidez (autoria própria)

Índices de Endividamento		ANO 1	ANO 2	ANO 3
GE	Grau de Endividamento	77,6%	72,9%	74,7%
SG	Solvência Geral	1,29	1,37	1,34
CE	Composição do Endividamento	71,3%	71,3%	78,9%
GCT	Garantia de Capital de Terceiros	28,9%	37,1%	33,8%
ICP	Imobilização do Capital Próprio	0,79	0,76	0,72
GPA	Grau de Permanência do Ativo	17,8%	20,5%	18,2%

Tabela 4 - Quadro de indicadores - Estrutura de Capital (autoria própria)

Índices de Rentabilidade		ANO 1	ANO 2	ANO 3
MO	Margem Operacional	0,29	0,37	0,55
MB	Margem Bruta	0,46	0,52	0,66
MG	Margem Geral	0,24	0,31	0,47
GO	Giro Operacional	1,22	1,60	1,60
GG	Giro Geral ou do Ativo		0,99	1,29
RO	Retorno Operacional		0,28	0,47
RG	Retorno Geral		0,24	0,40
RCP	Retorno do Capital Próprio		0,96	1,53

Tabela 5 - Quadro de indicadores - Rentabilidade (autoria própria)

Liquidez Corrente: Analisando o índice, nota-se que a empresa possui capacidade para sanar suas dívidas a curto prazo nos 3 anos, porém os resultados encontrassem muito próximos do valor aceitável como ideal. Este índice sofreu algumas variações, no primeiro ano a empresa possuía R\$ 1,11 para cada R\$ 1,00 de dívida, no segundo ano houve uma pequena melhora de 6,3% onde o índice passou para R\$ 1,18, já para o terceiro ano houve queda de 12,7%.

Liquidez Seca: Ao analisar esse índice, desconsideram-se os valores contidos em estoque, já que estes podem demorar a tornar-se caixa. A empresa sofreu uma queda de 16,5% do primeiro para o terceiro ano, passando de R\$ 0,79 por real de dívida para R\$ 0,66. O que evidencia que a empresa não seria capaz de liquidar suas obrigações a curto prazo se tornasse seus estoques obsoletos, no caso, essa empresa se mostra muito dependente do estoque para liquidar suas dívidas, e isso não é algo bom.

Liquidez Geral: A liquidez geral demonstra a capacidade da empresa de saldar suas dívidas a curto e longo prazo e, analisando os três anos a empresa teve uma pequena melhora. No primeiro ano a empresa dispunha de R\$ 1,06 para cada real de dívida, no segundo e terceiro ano o índice se manteve estável em R\$ 1,09 para cada real de dívida.

Liquidez Imediata: O índice demonstra o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas a curto prazo. A empresa teve uma pequena redução nesse indicador ao longo dos anos, passando de R\$ 0,39 no primeiro ano para R\$ 0,35 nos dois anos seguintes para cada real de dívida.

Grau de Endividamento: Este índice nos mostra o quanto a empresa financiou seus ativos com capital de terceiros. No primeiro ano 77,6% dos ativos foram recurso de terceiros, no segundo ano houve uma queda no índice de 4,7% e no terceiro ano, um aumento para 74,7%. O que indica que, do primeiro para o terceiro ano houve uma melhora neste índice, pois a dependência de recursos de terceiros diminuiu.

Solvência Geral: Indica o quanto de ativo a empresa possui como garantia para o pagamento de suas dívidas. No primeiro ano, o seu índice é de 1,29 reais disponível para cada um real de dívida. No segundo ano, houve um aumento de 6,2%, onde o índice passou para 1,37 e para o terceiro ano houve uma pequena redução para 1,34.

Composição de Endividamento: Demonstra quanto do seu endividamento total representam dívidas de curto prazo. A empresa apresentou nos dois primeiros anos um índice de 71,3%, e no terceiro ano 78,9% de suas dívidas eram vencíveis no curto prazo.

Garantia de Capital de Terceiros: O indicador aponta que o capital próprio da empresa, sanaria aproximadamente 30% das dívidas com terceiros.

Imobilização do Capital Próprio: Demonstra quanto de imobilizados a empresa adquiriu com recurso de capital próprio. O primeiro e segundo ano, apontam índices de 0,79 e 0,76, variando apenas 3,8% de um ano para o outro. Já no último ano, apresenta um índice de 0,72 o que indica uma queda de 5,3%.

Grau de Permanência do Ativo: Representa o quanto de seu ativo está imobilizado. Na análise da empresa, aproximadamente 20% de seu ativo é imobilizado.

Margem Operacional: O índice indica quanto de lucro operacional líquido está contido dentro das vendas líquidas da empresa. No primeiro ano em cada R\$ 1,00 de venda a empresa obteve R\$ 0,29 de lucro. Em relação ao segundo ano houve um aumento de 27,6%, onde o índice passou para R\$ 0,37. No terceiro ano houve um aumento significativo, de 48,7% onde de cada R\$ 1,00 de venda R\$ 0,55 é lucro.

Margem Bruta: Indica qual o lucro bruto contido dentro de cada R\$ 1,00 de venda líquida. No primeiro ano o índice apontava R\$ 0,46, passando para R\$ 0,52 no segundo e R\$ 0,66 no terceiro ano, o que demonstra um aumento de 43,5% do primeiro para o terceiro ano.

Margem Geral: Este indicador demonstra quanto representa o lucro líquido em relação as vendas líquidas da empresa. No primeiro ano o índice foi de R\$ 0,24, isto é, em cada real de venda líquida R\$ 0,24 é lucro. Em relação ao terceiro ano o lucro líquido em cada real quase dobrou, aumentando 95,8%.

Giro Operacional: O índice demonstra quantas vezes o ativo operacional se renovou, ou seja, houve a compra, a estocagem e sua saída. Em relação ao analisado do primeiro para o segundo ano a empresa apresentou uma evolução de 31%, uma melhora muito boa, porém para o terceiro ano o índice se manteve estável.

Giro Geral: Indica o ciclo de forma geral. Nos índices apresentados considerando uma média dos dois primeiros anos o giro da empresa foi de 0,99, para o terceiro ano houve um aumento de 30%, onde o índice cresceu para 1,29.

Retorno Operacional: Apresenta o retorno da empresa considerando apenas uma média de sua operação, isto é, quanto a empresa apresentou de retorno sobre o que foi investido em sua operação. Ao analisar os índices apresentados nota-se que do segundo para o terceiro ano houve uma evolução significativa, o índice encontrava-se em 0,29 e passou para 0,47, crescimento de 67,8%.

Retorno Geral: Indica qual o retorno apresentado pela empresa de forma geral. No segundo ano o índice era de 0,24 e evoluiu para 0,40, o crescimento foi de 66,7%.

Retorno do Capital Próprio: O indicador mostra quanto de retorno foi apresentado em relação ao que foi investido pelos sócios da empresa. No segundo ano o retorno foi de 0,96, aumentando 59,4% para o terceiro ano, onde o índice evoluiu para 1,53.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo destacou-se a análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. Utilizando-se da comparação de períodos é possível uma melhor avaliação do que ocorreu, com uma maior segurança nas informações, que venham a contribuir para tomada de decisão dentro da organização. A interpretação dos elementos obtidos nas análises faz com que as demonstrações deixem de ser apenas um conjunto de dados e passem a ter valor como informação, permitindo ao usuário a avaliação da situação da organização, e assim utilizá-la como suporte para decisões futuras, visando sempre o objetivo da entidade e a minimização de riscos.

Em uma análise geral das demonstrações analisadas, a saúde financeira da empresa encontra-se de forma estável, porém pouco favorável. Os índices de liquidez apresentados encontram-se muito próximos ou abaixo do que é considerado ideal. Percebe-se uma grande dependência dos valores contidos em estoque para que a empresa possa honrar com suas dívidas a curto e longo prazo. E essa dependência não é vista com bons olhos, pois a qualquer oscilação da empresa de forma negativa, como por exemplo, uma perda nos estoques, haverá uma queda nestes indicadores, que demonstrarão a não capacidade de solvência da empresa.

Na análise da estrutura de capital a empresa apresenta um grau de endividamento muito alto e uma dependência de recursos de terceiros muito elevada, o que é considerado outro ponto negativo. Ao relacionar a baixa capacidade de liquidação das dívidas com um alto coeficiente de endividamento percebe-se uma tendência a piora desta empresa, pois existem muitas dívidas e seu poder de liquidá-las é baixíssimo.

Os indicadores de rentabilidade apresentam-se baixos se comparados ao ideal, porém em constante crescimento, apenas o giro operacional se manteve estável nos últimos dois anos, mais houve uma evolução quando comparado ao primeiro ano. A evolução apresentada nesse quadro de indicadores apresenta-se positivamente, pois indica um crescimento nos lucros da empresa, e um retorno diante dos investimentos que foram realizados.

Para melhorar os resultados apresentados, a empresa deve manter a evolução apresentada em sua rentabilidade, de forma a obter resultados mais favoráveis e elaborar um novo planejamento com novas estratégias, para que possa melhorar seus indicadores de liquidez e endividamento. Dentre algumas sugestões, deve-se diminuir os estoques, equilibrar os prazos de recebimento com os de pagamentos, vender com menos prazo e comprar com mais prazos, conseqüentemente pagar menos juros, reduzir custos e despesas, e através de pesquisa e desenvolvimento agregar valor em seus produtos, buscar novos mercados, e aperfeiçoar seus resultados.

REFERÊNCIAS

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

FONSECA, J.w.F. **Elaboração e Análise de projetos**: A Viabilidade econômico financeira. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**: Análise de Liquidez e do Endividamento, Análise de Giro, Rentabilidade e Alavancagem Financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**: Análise de Liquidez e do Endividamento, Análise de Giro, Rentabilidade e Alavancagem Financeira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos Marion. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem Básica e Gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Gerencial**. 1. ed. São Paulo: IESDE, 2010.

REIS, Arnaldo Carlos Rezende. **Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

TIBÚRCIO, César Augusto. **Revista Contabilidade & Finanças**. Vol. 16 n° 38. São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Análise e Interpretação de Balanços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PLANEJAMENTO E ANÁLISE FINANCEIRA – FERRAMENTAS INDISPENSÁVEIS PARA SUA GESTÃO E RENTABILIDADE

Luiz Fernando Batista da Silva¹

Marlene de Fátima Campos Souza²

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos percebeu-se um grande aumento de pequenas e médias empresas no país. As pessoas estão optando pelo empreendedorismo, gerando um aumento expressivo na comercialização de produtos e na concorrência.

Conforme apontado na Revista Exame, (2015) todos os anos no Brasil, milhares de pequenas e médias empresas fecham suas portas por diversos motivos. Alguns têm a ver com a dinâmica do mundo dos negócios, outros com o aumento da concorrência e as mudanças de hábitos dos consumidores. Além disso, a burocracia, os impostos elevados e, em alguns casos, a falta de segurança acabam tornando algumas empresas inviáveis. De Janeiro a Outubro de 2015, aproximadamente 420.000 empresas de menor pote pararam de funcionar.

Um ponto a ser destacado é a falta de conhecimento do produto oferecido, como os custos e despesas incorridos para a fabricação, da sua capacidade de produção e a quantidade real a serem produzidos, assim como a realização da receita gerada no período para honrar seus compromissos com terceiros, esses fatores estão diretamente ligados na apresentação dos resultados e são pontos importantíssimos que devem ser analisados para evitar “surpresas desagradáveis” no futuro.

Cabe a cada uma dessas empresas buscarem o seu diferencial, analisando o seu potencial, aplicando estudos na sua gestão financeira. Sempre que uma empresa planeja e controla suas atividades operacionais e desenvolve uma boa administração gerencial ela está um passo a frente de seus concorrentes.

As análises econômicas bem aplicadas interpretam as variações do patrimônio e a rentabilidade gerada por sua movimentação, assim como a análise financeira interpreta a situação financeira da empresa, seu grau de liquidez e sua capacidade de solvência.

Alguns conceitos e princípios estratégicos básicos devem ser compreendidos para a elaboração e implementação do seguinte estudo, pois existem diversos fatores que influenciam positiva ou negativamente no processo de tomada de decisões. As informações devem ser precisas e coerentes aos resultados apresentados, ela é uma das variáveis mais importantes para um processo decisório coerente e eficaz.

2 DO OBJETIVO DE PLANEJAR AO DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE

Vivemos uma atualidade de muitos lançamentos de produtos com excelentes qualidades, que poderiam garantir bons resultados e ótimos rendimentos. Mas em muitos casos esses projetos e ideias não estão sendo bem administrados e planejados. A dificuldade de buscar um planejamento ideal para o seu negócio e colocar tais projetos em prática são enormes. Diversas vezes por falta de conhecimento gerencial os resultados apurados não saem como desejados. O objetivo deste trabalho é demonstrar algumas técnicas de análises gerenciais que os empreendedores possam utilizar para analisar as informações econômico-financeiras das pequenas e médias empresas.

Para a formação e obtenção do sucesso é necessário encontrar as respostas certas para aplicar no desenvolvimento de cada atividade que irá operacionalizar. É necessário também traçar um público alvo e buscar todas as informações tributárias que a empresa estará envolvida e, além disso, o desenvolvimento de um planejamento estratégico para a empresa.

Os profissionais envolvidos neste processo devem sempre ter conhecimentos específicos, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer amplamente o produto que irá oferecer, buscando um diferencial próprio, visando sempre minimizar o custo e maximizar a qualidade dos produtos. Buscar ter sempre a seu favor um excelente quadro de profissionais e uma rede de clientes diversificada, além de manter uma boa relação com os seus fornecedores.

Após análise de todas essas informações surgem algumas perguntas. Onde buscar essas informações? Quais métodos podem ser aplicados no estudo de tais informações? Qual a melhor forma de analisá-las para que os gestores desenvolvam algo eficaz na organização a empresa?

As respostas para todas essas perguntas vêm de um bom planejamento e controle estratégico realizado pelos próprios administradores da empresa, que devem inicialmente elaborar um trabalho detalhado, buscando na contabilidade todas as informações necessárias, analisando minuciosamente todos os indicativos com grau de discrepância elevado, as informações devem ser precisas e seguras, possibilitando uma visão do futuro, onde será possível planejar, organizar, controlar e se necessário reestruturar a empresa.

A metodologia adotada para tais pesquisas vem das informações obtidas em revistas eletrônicas, sites de pesquisas e referências teóricas de livros e artigos disponibilizados eletronicamente.

A justificativa pela elaboração do presente trabalho está ligada diretamente com gestão e administração financeira das pequenas e médias empresas. Com o intuito de colaborar com o desenvolvimento empresarial nas sociedades onde à falta de conhecimento é bem restrita, e os gestores não conseguem fazer os estudos das informações para executar as operações de forma mais assertiva e controlar melhor seus gastos, visando o aumento e a administração das suas receitas.

3 DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA

3.1 PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Todo planejamento deve ser elaborado no início do processo administrativo empresarial, e existem certos princípios que devem ser seguidos para alcançar os resultados desejados.

Maximiano, (2009, p.114) define o processo de planejamento como uma ferramenta para administrar as relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo de tomar decisões. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciam o futuro, ou que serão colocadas em práticas no futuro.

Além de ser um processo de tomar decisões, o planejamento é uma dimensão das competências intelectuais. Para a moderna psicologia, planejar é uma função cognitiva superior, um tipo refinado de habilidade. A decisão e a capacidade de lidar com o futuro por meio do planejamento reflete, portanto, uma forma inteligente.

Para Figueiredo, Sandra (1992, p.23) o planejamento é onde inicia todas as funções gerenciais, e a habilidade com que esta função esta sendo desempenhada determina o sucesso de todas demais as operações. Planejamento pode ser definido como o processo de reflexão que precede a ação e é dirigido para a tomada de decisão agora com vistas no futuro.

Teoricamente, a função de planejamento é um aperfeiçoamento na qualidade do processo decisório por uma cuidadosa consideração de todos os fatores relevantes, antes de a decisão ser tomada em conformidade com uma estratégia racional, segundo a qual o futuro da empresa deve ser orientado.

Contudo pode-se dizer que a organização dos objetivos, a análise do cenário, a avaliação dos recursos existentes, a determinação de uma estratégia são estágios fundamentais para um planejamento.

3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O ato de planejar nada mais é do que a definição antecipada de determinadas ações visando alcançar um objetivo futuro. Sabemos que não podemos afirmar o que vai acontecer, mas podemos antecipar algumas situações, tomar como base informações de exercícios anteriores ou até mesmo fatos ocorridos com nossos concorrentes, e através delas elaborar um planejamento estratégico para ter uma direção correta a seguir controlando tudo que está sendo executado. O conceito de planejamento vem sendo utilizado pelo ser humano desde os tempos antigos, conscientemente ou não, sempre buscaram alguma forma de planejamento para sobreviver ou antecipar-se a certos acontecimentos.

Segundo Catelli (2001, p.138) em um ambiente empresarial turbulento e de grande competitividade, a única saída para os gestores alcançarem seus objetivos é planejar cuidadosamente as ações que pretendem empreender, reavaliando, de tempos em tempos, o desempenho efetuado contra o desempenhado planejado.

A fase de planejamento estratégico tem como premissa fundamental assegurar o cumprimento da missão da empresa. Essa fase do processo de gestão gera um conjunto de diretrizes estratégicas de caráter qualitativo que visa orientar a etapa de planejamento operacional. Evidentemente, o processo de planejamento estratégico contempla a análise das variáveis do ambiente externo (identificação das oportunidades e ameaças) e do ambiente interno da empresa (identificação de seus pontos fortes e fracos).

Planejar é definir o que será feito, como, quando e com quais recursos. Com um planejamento bem elaborado é possível distinguir o melhor caminho a ser seguido, identificar e explorar os acontecimentos nos ambientes da empresa.

Para Padoveze, (2010, P.24) planejar é uma estratégia para aumentar as chances de sucesso de uma empresa, em um mundo de negócios que muda constantemente. Planos estratégicos não são garantia de sucesso e um planejamento será tão eficaz quantos as premissas que foram nele incluídas.

Planejamento estratégico é um processo que prepara a empresa para o que está por vir, é um processo contínuo, tem que planejar e saber controlar, buscar conhecer o máximo possível do futuro, tomar cuidado com os riscos, organizar as atividades e tomar as decisões corretamente.

Para o desenvolvimento de um planejamento estratégico deve-se sempre imaginar como será a atuação da empresa no futuro, analisar a sua concorrência, como estarão vistos os seus produtos, quem são e como serão seus clientes, qual será a relação direta com seus fornecedores e as parcerias que irá obter, como estará a legislação, os avanços tecnológicos, a lucratividade da empresa, o retorno do capital investido e as vantagens oferecidas aos sócios. Visando alcançar resultados positivos que possibilite novos investimentos, gerando novas oportunidades e agregando valor à organização. Abaixo temos uma imagem, que demonstra um planejamento estratégico.



Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 ESTRATÉGIA A SER ADOTADA

A estratégia busca traçar um caminho as empresas que pretende se manter no mercado atual e também para aquelas que queiram se levantar ou se reestruturar, e mais do que isso, deseja se estabilizar e obter bons resultados. Trata-se de uma maneira de pensar no futuro e planejar quais são as possíveis mudanças que aconteceram, integrada no processo decisório, para que a empresa saiba quais decisões tomar em determinada situação sem ser pega de surpresa, com base em um procedimento formalizado e articulador

de resultados, ou seja, mantendo um plano mais próximo da realidade dos fatos da empresa, para que haja resultado.

Para elaborar uma estratégia e o bom funcionamento de uma empresa é necessário avaliar inúmeros fatores, prever qual será o tempo de produção, o tempo de vendas entre outras. Em suma a estratégia é a pré-elaboração de todos os planos e orçamentos que a empresa precisa realizar, com uma estratégia bem elaborada e fixa nas reais condições da empresa, a mesma pode começar a desenvolver todo seu projeto de organização e assim desenvolver todas suas atividades baseada em seus orçamentos, evitando surpresas. É interessante que, a empresa desenvolva um plano de estratégia geral, sobre toda a empresa, mas também que cada um dos setores da mesma desenvolva suas estratégias e assim haverá uma garantia maior, que todos os orçamentos da empresa serão cumpridos e haja bons resultados no fim do período.

Padoveze, (2010, p. 37) conclui que a contabilidade gerencial esta centralizada nas atividades e sistemas de informações de monitoramento da estratégia. Tendo como função as atividades de disponibilização e controle de sistemas de informações para monitoramento da estratégia, com a implementação de sistemas de informações para análise de ambiente empresarial, interno e externo, para o processo de planejamento estratégico, identificando oportunidades e ameaças e confrontando-as com os pontos fortes e fracos da entidade, o desenvolvimento de cenários, o controle de metas estratégicas, o desenvolvimento e implementação de um sistema global de gestão de risco.

4 ANÁLISE DO SEU PONTO DE EQUILIBRIO

O ponto de equilíbrio pode ser considerado como um indicador de segurança do negocio. Ele demonstra ao empresário qual será o valor necessário de venda dos produtos para que sua receita se iguale aos custos e despesas gerados durante o processo de produção dos mesmos, dessa forma o empreendedor poderá orçar com mais eficiência seu plano de vendas e irá acompanhar de perto se os resultados desejados estão sendo alcançado, a partir desse ponto o empreendedor poderá analisar sempre se esta obtendo lucro ou prejuízos durante o período.

O ponto de equilíbrio é igual ao custo fixo dividido pelo IMC, Índice de Margem de Contribuição, essa margem representa quanto sobra para a empresa pagar as suas despesas fixas e gerar lucro.

Para um cálculo mais exato é recomendado que utilizar-se a demonstração de resultado do exercício.

Eliseu Matins (2010, p. 257 e 258) descreve:

O ponto de equilíbrio como o nascimento de uma conjunção dos custos e despesas totais com as receitas totais. Uma empresa obterá seu ponto de equilíbrio quando suas receitas totais equalizarem seus custos e despesas totais, ou seja, o ponto de equilíbrio é igual aos custos, mais as despesas fixas divididas pela margem de contribuição unitária.

Para Padoveze (2013, p. 294) diz que:

O Ponto de Equilíbrio evidencia, em termos quantitativos, o volume que a empresa precisa produzir ou vender para que consiga pagar todos os custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis em que necessariamente tem de incorrer para fabricar/vender o produto. No ponto de equilíbrio, não há lucro nem prejuízo. A partir de volumes adicionais de produção ou de vendas, a empresa passa a ter lucro.

A informação do ponto de equilíbrio da empresa, tanto do total global como por produto individual, é importante, porque identifica o nível mínimo de atividade em que a empresa ou cada divisão deve operar.

As empresas podem adotar o seguinte critério para o cálculo do ponto de equilíbrio. Somar todos os custos e despesas, que são eles: custos dos produtos, custos com impostos, custos com vendas, custos operacionais, mão-de-obra e despesa financeira e subtrai-los do preço de vendas, e de que forma é formado esse preço de venda?

Para formar nosso preço de venda utilizaremos um índice denominado como fator, esse fator é a porcentagem que devemos aplicar sobre o custo do produto até que esse valor (preço de venda) se torne o mesmo que o nosso custo total.

Quando feito dessa forma já obtemos o nosso preço de vendas e o nosso ponto de equilíbrio de uma só vez.

5 PLANO ORÇAMENTÁRIO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

O plano orçamentário se inicia com a aplicação dos estudos desenvolvidos, sendo eles existentes ou fruto de pesquisas baseadas na sua concorrência. O planejamento previsto em metas estratégicas com o intuito de organizar, controlar e acompanhar periodicamente o desempenho das atividades operacionais de uma organização, pode fazer parte das rotinas administrativas, para que os gestores possam verificar se os resultados alcançaram as perspectivas da entidade.

Uma vez que o plano tenha sido posto em ação, o orçamento pode ser considerado uma ferramenta que os gestores podem usar periodicamente para monitorar o progresso. O controle dos resultados permite que os gestores comparem os resultados reais com os resultados orçados.

PADOVEZE (2005, p.273) cita que os objetivos principais do controle orçamentário são: identificar e analisar as variações ocorridas; corrigir os erros detectados; ajustar o plano orçamentário, se for o caso, para garantir o processo de otimização do resultado e a eficácia empresarial.

As variações, instabilidades e as constantes mudanças que geralmente ocorrem no mercado podem afetar direta ou indiretamente os resultados operacionais em uma organização, mesmo ela exercendo suas atividades de acordo com o seu planejamento.

Eliseu Martins, (2010, p.305) Define que o controle pode ser respondido com através da seguinte indagação: “Quando é que posso dizer que tenho controle da minha situação financeira particular (domestica) ?”

Para podermos concluir pela resposta correta, talvez tenhamos que formular e responder outras indagações intermediárias:

- 1 - Conheço bem a origem e o valor de cada receita e o destino de cada despesa minha?
- 2 - Estão elas dentro dos valores e limites que deveriam estar?
- 3 - Quando algumas delas se desviam do comportamento que deveria ter, tenho eu conhecimento rápido disso?
- 4 - Sou capaz de identificar também rapidamente a razão do desvio?
- 5 - Tomo alguma atitude para corrigir esses desvios quando tenho condições de fazê-lo?

Se as respostas a estar cinco indagações são afirmativas, podemos então tranquilamente agora responder a pergunta inicial. Afinal, Controlar Significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção.

O controle orçamentário permite a comparação das diferenças dos dados previstos com os resultados obtidos. Geralmente esses resultados podem ser mais do que satisfatórios, ou então podem ser resultados desastrosos. Essa diferença é comumente conhecida como variação.

Na visão de Schmiedicke e Chales Nagy (1979, p.07) uma das funções mais importantes da contabilidade de custos é desenvolver a informação que pode ser usada pela administração para controlar as operações e planejar para o futuro.

A contabilidade de custo auxilia o desenvolvimento de planos de longo prazo por proporcionar custos históricos que atuam com base para projetar dados de planejamento; a administração pode analisar e projetar as alterações e modificações que ocorre, dessa forma provendo dados que poderiam refletir mudanças nas operações ou custos futuros. Por sua vez, estas mudanças projetadas auxiliam nas decisões quanto à aquisição de mais instalações, alterações nas políticas de marketing e necessidade de mais capital.

A maior ênfase sobre o valor da contabilidade de custo está no uso dos dados produzidos para controlar as operações.

Todavia, deve-se levar em consideração que para uma organização desenvolver um controle orçamentário eficaz, é necessário primeiramente que os gestores considerem a vital importância do controle orçamentário em contribuir para a administração dos negócios. É importante que o controle orçamentário seja integral, isto é, tenha a abrangência de todas as atividades da empresa.

6 PLANO FINANCEIRO

O Planejamento financeiro é ideal para o sucesso da empresa, com ferramentas extraídas das Demonstrações Contábeis. Tem como seu objetivo gerar informações técnicas e gerenciais.

Planejar as finanças de uma empresa nada mais é que traçar metas e elaborar planos de trabalho para empresa obter resultados de curto ou longo prazo, com organização e precisão.

Planejamento Financeiro é dividido em dois tipos: O de curto prazo e em longo prazo, em curto prazo se denomina operacional e o de longo estratégico. Planejamento em longo prazo, como o nome já diz são metas traçadas em longo prazo, por o resultado esperado demorar certo tempo pode haver algumas mudanças no planejamento da empresa conforme o necessário deve-se sempre ser acompanhado e reestruturado quando necessário, variando sempre de empresa para empresa. Planejamento em curto prazo, como o nome já diz são planos para um período mais curto, nesses casos entram o planejamento de vendas, o planejamento operacional e financeiro.

6.1 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

O demonstrativo financeiro é um relatório contábil que ajuda nas tomadas de decisões das empresas e também certifica as suas aplicações financeiras perante os órgãos governamentais. O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa, quando bem analisados fornecem dados importantíssimos que levam a realização dos objetivos empresariais, ao mesmo tempo em que aumenta os lucros da organização, exige planejamento financeiro seguro e eficaz, ou seja, é necessário que se saiba como e quando captar recursos, manter atualizado o seu fluxo de recebimento e pagamento, reduzir custos de compras, despesas e, ainda, lidar com mudanças no mercado e trabalhar a sua concorrência.

Silva, (2004, p. 26) considera que resumidamente, pode-se dizer que a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa.

Como dados financeiros disponíveis, podemos incluir demonstrações contábeis, programas de investimento, projeções de vendas e projeções de fluxo de caixa, por exemplo. Como condições endógenas, podemos citar estrutura organizacional, capacidade gerencial e nível tecnológico da empresa. Como condições exógenas, temos os fatores de ordem política e econômica, concorrência e fenômenos naturais, entre outros.

6.2 ANÁLISE FINANCEIRA POR INDICADORES

As finanças de uma empresa podem afetar a estrutura da organização. Neste sentido a administração financeira deve ajudar a planejar e a encontrar uma direção para o futuro da empresa. E para acompanhar as evoluções e identificar possíveis erros na gestão dos negócios, é muito importante a análise de seus indicadores.

Para Padoveze (2004 p.131), o conjunto de indicadores econômico-financeiros é o instrumental que classicamente representa o conceito de análise de balanço. Basicamente, consiste em números e percentuais resultantes das diversas inter-relações possíveis entre os elementos patrimoniais constantes do balanço e da demonstração de resultados. O objetivo é buscar elementos que dêem maior clareza a análise ou mesmo indiquem constatações do desempenho econômico-financeiro da entidade.

Não há limites para a criação de indicadores, porém o recomendado é de 10 a 20, sendo eles os mais utilizados. Podemos segmentar os indicadores nos Seguintes blocos:

- Indicadores de liquidez ou solvência.
- Indicadores de estrutura e endividamento.
- Indicadores de atividades.
- Indicadores de margem e rentabilidade.
- Indicadores de preço e retorno da ação.

Marion (2010, p.9) traz no seu livro *Análise das Demonstrações Contábeis*, que o primeiro passo para a análise é averiguar se estamos de posse de todas as Demonstrações Contábeis (inclusive das Notas Explicativas).

Também seria desejável ter em mãos as Demonstrações Contábeis de três períodos. Com as publicações em colunas comparativas, teremos de posse uma única publicação, dos dois períodos: exercício atual e exercício anterior.

Em seguida, deveremos averiguar a credibilidade das informações, o parecer da auditoria dá uma satisfatória margem de confiabilidade para o analista.

Ludícus, (2009, P.92) afirma que a na análise de balanços encontra seu ponto mais importante no cálculo e avaliação do significado de quocientes, relacionando principalmente itens e grupos do Balanço e da Demonstração do Resultado, considerando essa

técnica como uma das mais importantes no desenvolvimento da contabilidade, sempre comparado o ativo corrente com o passivo corrente ao invés de realizar análises individuais.

O uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.

Abaixo são apresentadas as fórmulas dos indicadores mais utilizados para a geração de informações, no entanto esses indicadores podem ser desenvolvidos mediante a necessidade de informação que o analista venha precisar.

6.3 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

O Índice de liquidez demonstra a capacidade da empresa em honrar seus compromissos com terceiros. Quanto maior o índice encontrado melhor será a situação da empresa, podendo ser analisado da seguinte maneira, para cada um real da sua dívida o quanto a empresa possui para efetuar a liquidação da sua dívida.

Segundo Padoveze (2004, p.131) a ideia central de criar indicadores de liquidez está na necessidade de avaliar a capacidade de pagamento da empresa.

A palavra liquidez em finanças significa a disponibilidade em moeda corrente para fazer seus pagamentos. Decorre de líquido e liquidação. Liquidar significa extinguir obrigações. Um ativo líquido é um ativo sem possibilidade de redução. Portanto, os índices de querem medir se os bens e direitos da empresa (ativos) são suficientes para a liquidação das dívidas.

Liquidez Corrente:	Ativo Circulante
	Passivo Circulante
Liquidez Seca:	Ativo Circulante – Estoque
	Passivo Circulante
Liquidez Geral:	Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo
Liquidez Imediata:	Disponibilidades
	Passivo Circulante

6.4 INDICES DE ENDIVIDAMENTO

Como o próprio nome já diz, esses índices revelam o grau de endividamento da empresa. Esse indicador tem como objetivo demonstrar se a empresa vem financiando o seu ativo com recursos próprios ou de terceiros e a sua proporção.

Uma empresa pode utilizar-se de alguns recursos financiáveis como um auxílio do seu capital próprio, dessa forma ela pode estar ampliando o seu ativo e isso se torna uma operação positiva. É importante observar o grau de risco da operação, estando sempre atendo nas condições que irá adotar para a captação desse recurso, lembrando que o compromisso assumido devera ser cumprido.

Ludícus, (2009, p.97) explica que estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com a relação ao capital de terceiros. Esses Indicadores determinam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros.

Segundo Marion (2010, p. 92 e 93) é por meio desses indicadores que apreciaremos o nível de endividamento da empresa.

Sabemos que o Ativo (aplicação de recursos) é financiado por Capitais de Terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e por Capitais Próprios (Patrimônio Líquido). Portanto, Capitais de Terceiros e Capitais Próprios são fontes (origens) de recursos.

Também são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos se os recursos de terceiros têm sem vencimento em maior parte a Curto Prazo (Circulante) ou a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo).

Os indicadores do grau de endividamentos, ao contrário do índice de liquidez, apresentam situações diferentes na sua análise, a seguir apresentaremos alguns indicadores e as sua interpretações.

Grau de Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo}} \times 100$	"Quanto Menor Melhor"
Solvência Geral	$\frac{\text{Ativo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	"Quanto Maior Melhor"
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	"Quanto Menor Melhor"
Garantia de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	"Quanto Maior Melhor"
Imobilização do Capital Próprio	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	"Quanto Menor Melhor"
Grau de Permanência do Ativo	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo}} \times 100$	"Quanto Menor Melhor"

6.5 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

O Índice de Rentabilidade tem por finalidade medir o capital investido e identificar os fatores da rentabilidade obtida pelo investimento. Está ligada diretamente ao processo operacional, econômico e financeiro da empresa.

Padoveze (2004, p.101),:

Destaca a Rentabilidade como a parte mais importante da análise financeira. Objetiva mensurar o retorno do capital investido e identificar os fatores que conduziram a essa rentabilidade. Caracterizamos esse segmento da análise financeira de balanço como fundamental, pois trata-se do critério universal de avaliação do desempenho global da empresa. Define ainda que a análise da rentabilidade é o critério natural de avaliação do retorno do investimento, qualificando-se, portanto, como o indicador mais importante da análise financeira.

Os indicadores abaixo são alguns exemplos da análise de rentabilidade de uma empresa.

Margem Bruta	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Brutas}}$	"Quanto Maior Melhor"
Giro Operacional	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total Médio}}$	"Quanto Maior Melhor"
Retorno Operacional	$\frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Ativo Operacional Médio}}$	"Quanto Maior Melhor"
Retorno do Capital Próprio	$\frac{\text{Lucro Líquido do Exercício}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	"Quanto Maior Melhor"

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do presente trabalho, procuramos, mesmo que breve, apresentar algumas técnicas de investigação sobre as informações contábeis. Destacando alguns elementos simples mais que afetam diretamente os resultados das pequenas e médias empresas. Na execução dos seus processos operacionais e as suas dificuldades em gerar informações sobre seu negócio.

A partir desse estudo foi possível verificar que a análise econômico-financeira é de extrema importância para as empresas, são elas que direcionam a empresa para a melhor opção de investimento, visando o maior lucro.

Outro fator importante é o ponto de equilíbrio que nos indica a partir de que ponto de vendas a empresa vai cobrir todos seus custos fixos. A informação gerada pela análise do ponto de equilíbrio é fundamental para o sucesso e a lucratividade das empresas.

Ressaltando sempre que essas informações precisam ser concretas e de confiança. Este estudo possibilitará que as diretrizes traçadas para o início, ou acompanhamento efetivo das atividades, sejam satisfatórias. Somente o nascimento de uma ideia não é o suficiente, devemos amadurecê-la e traçar os caminhos. Todas as ações devem ser pensadas, e quando colocadas em prática deverem seguir o caminho de acordo com o que a empresa deseja atingir.

E por fim pode-se concluir que a elaboração de um planejamento estratégico é fundamental para uma empresa bem organizada e administrada. Uma análise financeira comparativa entre os períodos da mesma, através das demonstrações contábeis, pode apontar fatos detalhados aos gestores, permitindo compreender o ocorrido e reestruturá-lo para o futuro.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Fabricio. **A cada minuto uma empresa pequena ou média fecha as portas**. Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1100/noticias/precisa-se-de-credito>>. Acessado em 03 de abril de 2016.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 7. Ed. Rev. e ampl. 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Sandra. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1992.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. GECON. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 2º edição. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade de Custos: teoria, prática, Integração com Sistema de informação (ERP)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHMIEDICKE, Robert E.; NAGY, Chales F. **Princípios de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Saraiva, 1978, reimpressão 1979 pag.07

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clovis Luís; BENECTO, Gideo Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIUS, Sérgio de Iudícibus. **Análise de balanços**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA ABORDAGEM DA INCLUSÃO DOS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS E CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR

*Vânia Érica Herrera*⁶

*Silvana Festa Sabes*⁷

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira pode ser considerada a mais mesclada do mundo, com descendência indígena, negra, portuguesa, italiana, espanhola, alemã e judaica, sendo, ainda, oriunda de infinitudes de outras raças e descendências (SENKEVICS, 2015).

A composição étnica da população brasileira é composta e formada, essencialmente, por três principais grupos: o indígena, o branco e o negro que, no passado, foram considerados: os indígenas a população nativa do país, os portugueses foram os colonizadores e os negros africanos trazidos para o trabalho escravo no Brasil.

Nesse contexto ocorreu a miscigenação no Brasil, originando, assim, as composições: (branco + negro); caboclo ou mameluco

6 Coordenadora dos cursos de Administração e Engenharia de Produção do UNIVEM. Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Humanas da PUC São Paulo/SP. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos.

7 Docente dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do UNIVEM. Mestranda do Programa de Estudos de Mestrado em Ciências Contábeis – PUC São Paulo/SP. Graduação em Administração pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM e Pós Graduação em Administração Gestão Empresarial e Controladoria e Finanças pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM - Marília/SP.

(branco + índio); cafuzo (índio + negro). Com a continuidade dessa miscigenação, compõe-se atualmente nossa população brasileira.

Pode-se definir uma comunidade étnica como sendo formada por um grupo de pessoas com características semelhantes.

Os conceitos de raça e nação e o de etnicidade teve seu desenvolvimento no contexto da expansão colonial européia, na época em que o mercantilismo e capitalismo em termos de movimentações globais dos povos e deu-se no mesmo momento que ficavam definidas com maior rigor e clareza as fronteiras dos estados (SENKEVICS, 2015).

Em meados do século XIX, os estados modernos em sua maioria, buscavam legitimidade. Entretanto, os estados-nação considerava sempre as populações indígenas que foram no passado excluídas do projeto da construção da nação, sendo tais pessoas as que constituem os referidos grupos étnicos.

Os membros de grupos recebiam uma identidade como se estivessem fora da história do estado-nação, seja por alternativa histórica, ou não histórica, quer em termos de ligação a outro estado-nação, tal identidade muitas vezes se expressa por meio de "tradições", que por mais que pareça invenções recentes traz certa noção de passado.

Assim, busca-se nesse ensaio um vínculo dos estudos de Mauss (1974) no passado com as questões atuais no mundo contemporâneo, no que tange às questões étnicas raciais e questões da cultura afro-descendente, bem como trabalhar uma abordagem na questão do ensino desde as bases fundamentais ao o ensino superior, tratando as questões pedagógicas e legais com a intenção de trazer à sociedade o mínimo de conhecimento em relação às relações étnicas buscando vínculos sociais e igualdade na criação de políticas que visam uma integração social com tais culturas.

Entende-se atualmente que existe grande necessidade de proporcionar um estudo da composição étnica nos ensinamentos acadêmicos, sendo considerado um conteúdo importante na cultura brasileira, passível de um estudo e uma atenção especial por parte das entidades educacionais, cabendo ao educador a responsabilidade pela aplicação dos conteúdos em sala de aula.

2 QUESTÕES ÉTNICOS RACIAIS

Como abordado anteriormente, o Brasil é constituído por diferentes grupos étnico-raciais, pode-se considerar em termos culturais uma das mais ricas do mundo. Entretanto essa história é marcada por desigualdade, discriminação especialmente para com a comunidade negra, indígena, fiando a sociedade impedida do pleno desenvolvimento econômico, político e social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), trabalha e desenvolve um papel fundamental, contribuindo no Brasil em diversas instâncias governamentais, na sociedade civil organizada e na academia, para o desenvolvimento de ações que visam o respeito e as diferenças e na promoção da luta contra as formas de discriminação étnico-racial.

De acordo com declarações da UNESCO (2015, p. 01):

A atuação, em diferentes frentes áreas e temáticas, possibilitam que a UNESCO, ao longo de sua história, acumule sólida experiência. A abordagem transversal e as ações intersetoriais, têm sido priorizadas como um método rico e eficaz para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural que constitui a sociedade brasileira e também, para a consolidação de um país promotor de igualdade de direitos.

Ainda, em busca de uma discussão sobre questões étnico-raciais, apresentamos, a seguir, as cinco categorias raciais: **branca, preta, parda, amarela e indígena**. Essas são as categorias conhecidas e que são identificadas nos censos, e reconhecidas atualmente no Brasil. Resumem-se essas 5 palavras as identidades étnico-racial de aproximadamente 200 milhões de brasileiros.

O fato é que se convive com a necessidade da sociedade pensar em termos de relações raciais, para isso o estudo das principais categorias são indispensáveis.

A seguir, apresenta-se informações sobre o estudo da classificação racial no Brasil realizado pelo IBGE (SENKEVICS, 2015, p. 01).

Quadro 1 – Quantidade de indivíduos segundo a cor/raça, ao longo dos diferentes censos demográficos – Brasil – 1872-2010.

Ano	Total	Cor/raça					Sem declaração
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
1872	9.930.478	3.787.289	1.954.452	3.801.782	-	386.955	-
1890	14.334.215	6.302.198	2.097.426	4.638.795	-	1.295.796	-
1900	17.438.434	-	-	-	-	-	-
1920	30.635.605	-	-	-	-	-	-
1940	41.236.315	26.171.778	6.035.869	8.744.365	242.320	-	41.983
1950	51.944.397	32.027.661	5.692.657	13.786.742	329.082	-	108.255
1960	70.191.370	42.838.639	6.116.848	20.706.431	482.848	-	46.604
1970	93.139.070	-	-	-	-	-	-
1980	119.011.052	64.540.467	7.046.906	46.233.531	672.251	-	517.897
1991	146.815.791	75.704.924	7.335.139	62.316.060	630.659	294.131	534.878
2000	169.799.170	90.647.461	10.402.450	66.016.783	866.972	701.462	1.164.042
2010	190.755.799	91.051.646	14.517.961	82.277.333	2.084.288	817.963	6.608

Fonte: PETRUCCELLI (2012); IBGE (2010)

Pelos dados do Quadro 1, no ano de 1872, verifica-se a quantidade de indivíduos era 9.930.478 e a composição de pessoas brancas era de 38,1%; já as de classificação preta era de 19,7%; as de classificação parda 38,4%; e finalmente, as de raça indígena apenas 3,9%.

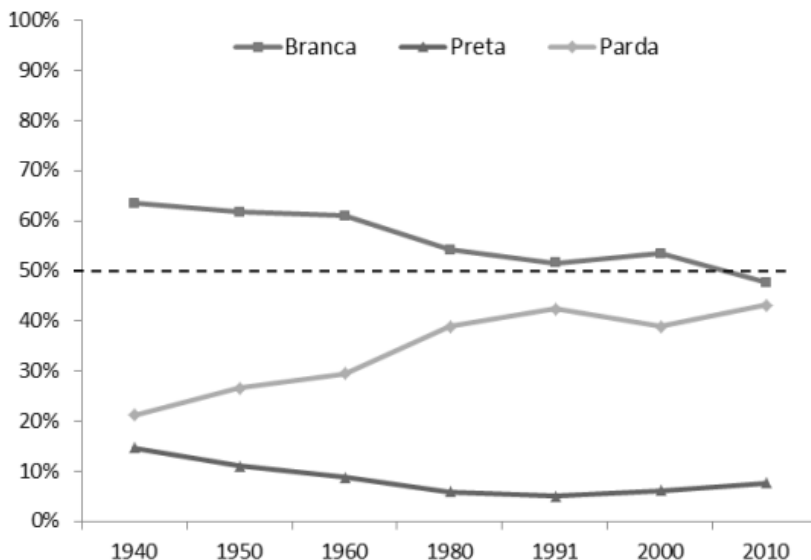
Entre os fins do século XIX e início do século XX, o País passou por um grande processo de imigração europeia, onde tem-se uma intensificação de pessoas da raça branca e amarela.

Já, no ano de 1940, onde se tem o retorno dos dados por categorias, verifica-se um crescimento populacional de praticamente 413% frente à quantidade do ano de 1872. Tendo a população total de indivíduos de 41.236.315 indivíduos, a composição da raça branca neste total passou a ser 63,5%; já os de indivíduos da raça preta 14,6%; os de raça parda 21,2%; os de raça amarela 0,6%; sem declaração de raça 9,1%.

Vale ressaltar que não houve declaração de quantidade de indivíduos indígenas naquele ano, mas houve, de acordo com Senkevics SENKEVICS, (2015, p. 01), a possibilidade destes se declararem como pardos, assim como os mulatos, brancos e cafuzos.

Em 2010, a população passou para 190.755.799 indivíduos. Os de raça branca constituíram em 47,7%; os de raça preta 7,6%; os de parda 43,1%; já os de raça amarela 1,1%; os indígenas com 0,42%.

Quadro 3 - Distribuição percentual da população branca, preta e parda na série histórica dos censos modernos decenais – Brasil – 1940-2010.



Fonte: PETRUCCELLI (2012); IBGE (2010)

De acordo com Senkevics (2015, p.01):

Desse histórico, importantes questões devem ser observadas. Nota-se que, desde sempre, a cor *parda* foi a mais permeável das classificações raciais (PIZA & ROSEMBERG, 2012): ora por agrupar um amplo e complexo gradiente que vai do *branco* ao *preto*, ora por supostamente incluir também os grupos indígenas e todas as misturas possíveis no caldo das “três raças”, **os pardos atuaram como um coringa em uma nação multicolor cujo pertencimento racial, tão atravessado de outras variáveis imbricadas a relações de poder, é inevitavelmente um desafio**

Outro importante movimento são algumas tendências na composição étnico-racial da população que apontam para o caráter fluido e ambíguo da classificação racial. A título de ilustração, **o salto de menos de 300 mil indígenas em 1991 para pouco mais de 700 mil em 2000 não indica meramente um crescimento populacional, e sim uma revalorização de identidades**, processo esse que encontra eco na história recente do Brasil, quando as mobilizações indígenas

passaram a retomar fôlego após sucessivas ameaças e violências perpetradas pelo regime militar

Verificou-se nos sensos as pessoas de cor preta se declararem de outra cor, fundamentalmente a parda ou até branca, como uma forma de ascensão social e até como tendência para o “branqueamento”. Assim, o movimento negro, em 1991 deflagrou uma Campanha denominada “Não deixa sua cor passar em branco”, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Campanha de afirmação racial desenvolvida por segmentos do movimento negro durante o recenseamento de 1991.



Fonte: (SENKEVICS, 2015, p. 01).

Em análise aos números na pesquisa acima apresentada, nota-se que as questões étnico raciais nos últimos tempos tem tornado-se uma questão de relevante na sociedade brasileira.

Para elucidar ainda mais a questão dessas relações ressalta-se nos últimos tempos a questão do amparo pela legislação nas questões de quotas que garante a as populações declaradas como étnico-raciais, e outros direitos sociais como por exemplo a garantia no ingresso ao ensino superior como podemos citar a regulamentação do Prouni (Programa Universidade para todos).

A Lei 11.096/2005, que criou e estabeleceu critérios e definição de quotas para bolsas de estudos no ensino superior, em seu artigo 7º: destaca:

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;
II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2005).

No decorrer do tempo após muitas lutas pelos direitos, os cidadãos considerados excluídos por pertencerem a grupos étnicos raciais possuem garantias com regulamentações específicas em políticas de inclusão social.

Pode-se considerar que os grupos étnicos-raciais, após longos períodos de luta e busca pela inserção nos meios sociais, tiveram um grande avanço e progresso nessa questão o que podem-se identificar um vínculo social entre as diversas etnias na sociedade brasileira.

3 LEGISLAÇÃO E ENSINO

3.1 LEGISLAÇÃO

Atualmente o Brasil contemporâneo participa de um debate das políticas de promoção e igualdade das questões étnico-raciais.

A temática indígena e afro-brasileira, passou a ser motivo de preocupação pedagógica e curricular no ensino brasileiro, nos últimos tempos essa temática tem produzido alterações e mudanças no plano âmbito político e legislativo.

As discussões e debates sobre a igualdade das relações étnico-raciais no ensino brasileiro ganha força a partir de 2003, quando aprovada a lei 10.639/2003, que se estabelece como uma política pública de educação.

Algumas alterações foram realizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a partir de 1996, que passaram a vigorar uma legislação para garantir a mudança dos currículos escolares para uma ampliação de estudos de povos e culturas. A Lei nº. 10.639/2003, que posteriormente referendada pelo Conselho Nacional de Educação, pelo parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2003).

A partir dessas novas regulamentações sobre o ensino das relações Étnicos Raciais e ensino da História e Cultura Afro-Brasileira as instituições de ensino devem repensar o seu papel estratégico na formação cultural do indivíduo enquanto participe da comunidade.

Após a edição da Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ocorreu a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica.

Trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário dizem respeito a todos

os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

3.2 LEI 10.639/2003

A Lei 10.639 de 2003 afirma:

§ 1º. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África, e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).

Conforme pesquisas realizadas em algumas instituições de ensino superior nas matrizes curriculares e seus conteúdos programáticos, identificou-se que as instituições de ensino buscam cumprir a legislação inserindo em suas matrizes disciplinas específicas ou a inclusão desses conteúdos em disciplinas de Estudos Sociológicos a Antropológicos, Ética ou outras disciplinas com conteúdos afins.

3.3 ENSINO

No papel fundamental exercido pelas instituições de ensino estão as entidades públicas, as entidades privadas e as entidades do Terceiro Setor também consideradas agentes de viabilidade de políticas públicas.

O Terceiro Setor no Brasil teve sua origem com as instituições filantrópicas no final do século XIX. Tais entidades atuam em várias áreas prioritárias na sociedade como: Saúde, educação, assistência social e cultura.

Nos últimos tempos vem ocorrendo uma grande transformação com o objetivo de elaboração de diversas políticas públicas em função da diversidade étnico-cultural no campo da educação, considerando uma das mais importante a de obrigatoriedade do ensino da história e cultura negra e indígena no ensino.

Nota-se também em várias instâncias governamentais órgãos de promoção e realização de políticas de equidade racial, como a exemplo da UNESCO, que realiza e viabiliza diversos programas de diversidade étnico-racial e cultural.

Dentre algumas áreas destacam-se algumas entidades do Terceiro Setor como agentes de inclusão da cultura étnico-cultural.

No ensino superior universitário, tanto na rede de ensino pública, particular ou nas identificadas como confessional ligada a uma entidade do Terceiro Setor sem fins lucrativos, são consideradas entidades que sempre tiveram presentes nas políticas afirmativas de expansão do acesso ao ensino universitário, atuando como agentes viabilizadores, proporcionando e garantindo o direito de cotas para os que possuem situações socioeconômica desfavorecida e os excluídos por questões de cor ou etnia.

Como abordado anteriormente nos últimos anos o PROUNI, programa do Governo Federal, é responsável pelo grande número de estudantes inseridos no Ensino Superior considerados nos termos da lei de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Programas dessa natureza respondem atualmente por demandas necessárias que há muito tempo por grupos e entidades da sociedade civil organizada, construindo-se um novo espaço de lutas por demandas que podem ser institucionalizadas pela educação por meio das entidades educacionais sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor.

4 VÍNCULO SOCIAL

No mundo contemporâneo há uma grande necessidade de identificar vínculos sociais, ou seja, são os vínculos sociais que levam uma sociedade composta por indivíduos comuns a aceitar e respeitar os valores, normas, regras do contexto social a que pertence.

No conceito do vínculo, pode-se reconhecer a ligação afetiva que existe entre os indivíduos no convívio social.

Ao pesquisar no dicionário o significado de vínculo é composto por diversas palavras sinônimas:

- Laço Moral;
- Aquilo que liga duas pessoas ou mais;

- Laço entre pessoas, estabelecido em lei, como o casamento civil;
- Vínculo de amizade;
- Vínculo familiar;
- Vínculo hipotecário;
- Vínculo legal.

Dentre todos os significados, falar de vínculo é falar de interação, de uma relação dialética, estabelecer um diálogo e modificação de uma sociedade, por meio de processos de comunicação, aprendizagem e no caso de nosso estudo até mesmo por força de uma legislação específica.

A educação é uma das ferramentas mais importante e apresenta-se como principal ativo do mecanismo de transformação de um povo, é responsável de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano, buscando estimular os valores, hábitos e comportamento de respeito as diferenças sociais.

Considerando as possibilidades por esse novo momento, onde as questões étnico-raciais, a história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros tornam-se importantes buscando uma produção de pesquisas maior e a criação de disciplinas acadêmicas em universidades é estimulada para a formação dos próprios professores que constituem uma forma diferente do pensar e do conhecimento.

Neste contexto, pode-se afirmar que a história da África e da cultura afro-brasileira alia-se às lutas e políticas atuais uma forma de identificação dos vínculos sociais e comunitário.

O que se busca com uma legislação de uma política afirmativa é um vínculo social é uma integração cada vez maior da sociedade na tentativa de combater o racismo e o preconceito em uma sociedade divergente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo abordar um tema ainda considerado crítico na sociedade brasileira que é o Estudo Étnico-Raciais e Culturais, no momento atual em que se vive, buscando por meio de políticas afirmativas do governo e uma legislação onde são introduzidos por meio de regulamentações específicas o ensino e de conteúdos abrangentes sobre o tema.

Observou-se no decorrer desse trabalho que no Brasil ainda possuem movimentos tensos quanto ao convívio dessas culturas e civilizações, ainda existe preferência pelo padrão estético cultural do branco.

Estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) afirmam que a cultura negra no Brasil é composta por 45% da população brasileira, mesmo assim não é suficiente para eliminar as desigualdades e o racismo.

No Brasil ainda existe o privilégio pelas raízes européias, não sendo valorizadas as outras culturas que são a indígena, a africana e a asiática, que como no início desse trabalho conceituamos a composição do povo brasileiro.

Enfim, combater o racismo, a desigualdade social e racial, fazer uma educação sistematizada e introduzir uma política de Educação das relações étnico-raciais e culturais é considerada ainda um desafio para as entidades educacionais mesmo amparadas por regulamentações e leis específicas.

Pelos estudos de Marcel Mauss (1974), a compreensão é que suas obras e seu pensamento em definir a sociedade como um “fato social total”, e compreende que a vida social é um sistema que envolve toda sociedade. Porém tal sistema, não é concreto, visto que os membros da sociedade detêm certa liberdade de cumprir ou não as obrigações, mesmo que isso possa representar a passagem de um estado pacífico para um estado de turbulências.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Carla Bertucci. **Terceiro setor: desafios e perspectivas constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> *CNE/CP* Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidade beneficente de assistência social no ensino superior, altera a lei nº. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 Janeiro. 2005. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11096.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso (Org.). Tradução de Regina Lúcia Moraes Morel, Denise Maldi Meirelles e Ivonne Toscano. São Paulo: Ática, 1979. Grandes cientistas sociais: 11.

Mauss, Marcel. **Sociologia e antropologia**: com uma introdução à obra de Marcel Mauss. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. v. II.

SENKEVICS, Adriano. **A cor e a raça nos censos demográficos nacionais**. Publicado em: 13 fev. 2015. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2015/02/13/a-cor-e-a-raca-nos-censos-demograficos-nacionais/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

UNESCO. **Relações étnico-raciais**: o papel da UNESCO para a superação da discriminação racial no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/ethnic-and-racial-relations/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM PARÂMETRO SOBRE A REAL SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA ORGANIZAÇÃO

Driely Lidiane da Silva Manoel⁸

Letícia Yumie Sasazima⁹

Rosemary Antonia de Oliveira¹⁰

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, para uma organização se manter diante de um mercado cada vez mais competitivo é preciso se antecipar às condições futuras, organizando estratégias eficientes e necessárias afim de anular efeitos negativos ou realizar ações com o intuito de obter maiores retornos.

O ponto de partida é a Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis, onde é possível observar a situação atual da empresa e realizar previsões que influenciam a sua lucratividade. Desse modo, seja uma empresa de grande ou pequeno porte, se torna eficaz manter os controles financeiros para auxiliar na tomada de decisões.

De acordo com REGO (2003 apud HELFERT, 2000), “a análise de demonstrativos contábeis é uma técnica bastante utilizada por acionistas, investidores, credores, agências governamentais e

8 Graduação em Ciências Contábeis – UNIVEM

9 Graduação em Ciências Contábeis – UNIVEM

10 Graduação em Ciências Contábeis – UNIVEM

pela gerência com a finalidade de ajudar os responsáveis a tomar decisões acertadas, de investimento, operacionais ou de financiamento, em um contexto econômico relevante”.

Segundo LUNELLI (2015)“O objetivo da Análise de Balanço é oferecer um diagnóstico sobre a real situação econômico-financeira da organização, utilizando relatórios gerados pela Contabilidade e outras informações necessárias à análise, relacionando-se prioritariamente a utilização por parte de terceiros”.

Ademais, as Demonstrações Contábeis constituem o conjunto básico de dados que devem ser organizados e publicados periodicamente pelas empresas. Utilizaremos como base neste artigo o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Por meio destes, é possível analisar o estado patrimonial e o desempenho econômico da empresa, realizando uma leitura e interpretação por meio de técnicas pré-definidas.

Portanto, “A análise das demonstrações financeiras exige conhecimento do que representa cada conta que nelas figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inúmeras operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades. Mesmo o exame das operações de uma simples empresa comercial revela enorme profusão de contas, e sem uma noção do que estas representam, a interpretação das demonstrações financeiras fica prejudicada. A análise de balanços visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas”. (MATARAZZO, 2008, p. 39).

Em virtude disso, o presente estudo tem o intuito de demonstrar a importância da atuação da contabilidade dentro de uma organização, realizando uma análise minuciosa das demonstrações de uma empresa fictícia denominada “DOCES & GULOSEIMAS COMÉRCIO DE CHOCOLATE LTDA” durante os períodos dos anos de 2012 a 2014.

Para Brito et al. (2012 apud GITMAN, 2004), “a análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros visando analisar e acompanhar o desempenho da empresa”.

Desta forma, apresentar-se os conceitos dos Índices de Liquidez, Endividamento e Rentabilidade identificando quais os procedimentos exequíveis para direcionar de forma precisa e segura

as ações que a empresa, objeto deste estudo, deve tomar; e, dessa forma, mostrar a importância de realizar-se uma análise nos demonstrativos contábeis afim de conhecer a real situação financeira e econômica de uma organização com o objetivo de prever e determinar quais procedimentos estratégicos seguir para continuar mantendo-se atuante no cenário empresarial.

2 ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA: ÍNDICES DE LIQUIDEZ, ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE.

Primeiramente, pode-se definir a análise econômica de uma empresa como a ferramenta fundamental para auxiliar na tomada de decisão, principalmente por parte dos responsáveis pela gestão financeira. Por meio deste, é possível obter maiores informações acerca das causas e dos efeitos das suas movimentações econômicas.

Conforme Assaf Neto (p. 47, 1998 apud PADOVEZE e BENEDICTO, 2005, p. 77) “a análise visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa”.

Inclusive, “a análise de balanço ou análise financeira consiste em um processo meditativo sobre os números de uma entidade, para avaliação de sua situação econômica, financeira, operacional e de rentabilidade. Da avaliação obtida pelos números publicados, o analista financeiro extrairá elementos e fará julgamentos sobre o futuro da entidade objeto da análise. Portanto, é parte conclusiva da análise de balanço o julgamento do avaliador sobre a situação da empresa e suas possibilidades futuras”, afirma Padoveze e Benedicto (2005, p.3).

“Ressaltamos, entretanto, que o analista deverá tomar uma série de precauções quanto à interpretação dos índices. Muitas vezes, podem dar falsa imagem de uma situação” (MARION, 2010, p. 24).

Destarte, para obter sucesso na análise de um balanço é indispensável obter o conhecimento necessário para entender os resultados pois não há fórmula para chegar a um diagnóstico preciso.

Uma análise precoce e sem fundamentos pode tornar-se apenas meros números, que de um parecer possa ser positivo quando a real situação é negativa para a organização.

Nesse sentido, Iudícibus (2009, p. 5) complementa que “cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeira ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente o ramo de atividade da empresa, cheguem a conclusões bastante parecidas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento”.

Por conseguinte, mediante algumas técnicas de análise conseguimos extrair os dados precisos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Assim, apresentar-se como principais técnicas a Análise Horizontal e Vertical e os Indicadores Financeiros e Econômicos.

2.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Para Padoveze e Benedcto (2005, p. 175) “a análise horizontal é uma análise da evolução, crescimento ou diminuição, que permite identificar a variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior. Torna-se como 100% todas as contas de um determinado período e faz-se uma relação percentual em cima dos dados desse período. O novo número relativo indica quanto o período subsequente é maior ou menor que o período anterior. Como é comum utilizar vários períodos, a variação sequencial e consecutiva acaba indicando uma tendência de crescimento (ou diminuição)”.

Dessa forma, a Análise Horizontal tem como finalidade comparar em forma de percentual o crescimento dos itens ao longo dos períodos. Consiste em discernir a variação de um ano para o outro, seja ela positiva ou negativa, caracterizando a tendência.

Já a Análise Vertical pode ser definida como tipo de análise para “avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo” (IUDÍCIBUS, 2009, p. 86).

Logo, visa a relação de cada elemento com o total do grupo à qual pertence de um mesmo exercício, estabelecendo uma razão entre itens homogêneos. Em outras palavras, tem como finalidade

verificar a participação percentual que representa cada elemento patrimonial com a sua totalidade.

2.2 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

Os Indicadores Econômicos e Financeiros são índices que representam a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício números resultantes da técnica de análise por quocientes, que auxiliam no processo de entendimento da situação da empresa em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade.

Na visão de Ludícibus (2009, p.92), “o uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro”.

2.2.1 Índices de Liquidez

O Índice de Liquidez busca analisar a capacidade financeira da empresa. Segundo Marion (2010, p. 73) “são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato”. Neste, é subdividido em Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Liquidez Imediata.

- Liquidez Corrente: capacidade de pagamento a curto prazo, o índice representa a quantidade de recursos que a empresa possui nos ativos circulantes para saldar suas obrigações, a cada R\$ 1,00 de dívida. Portanto, o ideal deve ser sempre maior que um.

- Liquidez Seca: demonstra a capacidade de pagamento sem a necessidade de liquidar o estoque pois este pode comprometer a liquidez. O cenário também deve ser maior que um, dependendo do segmento da empresa.

- Liquidez Geral: capacidade de pagamento a longo prazo, o índice representa a quantidade de recursos que a empresa possui considerando todos os valores que converterá em dinheiro para

saldar toda a dívida já assumida (curto ou longo prazo). Quanto maior o índice, melhor para a empresa.

- Liquidez Imediata: capacidade de pagamento imediato, o índice representa a quantidade de recursos disponíveis para saldar as dívidas a curto prazo, compreendendo apenas os elementos do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente. Representa realmente a liquidez da empresa, devendo apresentar para benefícios da empresa, um índice acima de um.

2.2.2 Índices de Estrutura de Capital

De acordo com Iudícibus (2009, p.97) os Índices de Estrutura de Capital “relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”. Ou seja, demonstra o quanto terceiros estão financiando a empresa. Neste, é subdividido em: Grau de Endividamento, Solvência Geral, Composição do Endividamento, Garantia de Capital de Terceiros, Imobilização do Capital Próprio e Grau de Permanência do Ativo.

- Grau de Endividamento: representa o quanto a entidade necessita de seu ativo total para liquidar as dívidas com terceiros. Um índice ideal não deve ultrapassar 70% de dependência.

- Solvência Geral: representa o quanto a entidade necessita para pagar as dívidas com terceiros, ou seja, quanto maior o valor, melhor.

- Composição do Endividamento: representa o quanto a entidade possui de seu endividamento alocado no curto prazo. Neste caso, o cenário ideal deve ser menor.

- Garantia de Capital de Terceiros: representa quanto o Patrimônio Líquido da entidade suporta para honrar a liquidação do endividamento com terceiros, devendo apresentar índice maior que 100%.

- Imobilização do Capital Próprio: representa o quanto a entidade possui para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido representado como imobilizado, investimentos e/ou intangíveis, demonstrando o quanto a empresa aplica no Ativo Permanente. O

ideal seria menor que um, pois o Patrimônio Líquido não deve corresponder ao total de Ativo Permanente.

- Grau de Permanência do Ativo: representa o quanto a entidade tem alocado dos ativos totais nas contas do Ativo Permanente. Quanto menor o grau, melhor para a empresa.

2.2.3 Índices de Rentabilidade

“Os indicadores de rentabilidade decorrem da produtividade do ativo (o giro) das margens de lucro sobre venda (lucratividade) e da estrutura de capital (mais ou menos participação do capital próprio no passivo total)” (PADOVEZE e BENEDICTO, 2005, p. 158). Neste, é subdividido em: Margem Operacional, Margem Bruta, Margem Geral, Giro Operacional, Giro Geral ou do Ativo, Retorno Operacional, Retorno Geral e Retorno do Capital Próprio.

- Margem Operacional: representa a comparação entre o lucro com as vendas líquidas, indicando quanto a empresa obteve de lucro. Obtém-se um índice ideal comprimindo as despesas e aumentando a eficiência, porém a variação depende do tipo de empreendimento.

- Margem Bruta: representa a comparação entre o lucro bruto com as vendas líquidas, indicando quanto a empresa obteve de lucro. Quanto maior o índice, melhor para a empresa; porém varia de acordo com o segmento da empresa.

- Giro Operacional: representa o quociente de rotatividade, considerando a média do seu ativo operacional nos últimos dois anos. Observa apenas o operacional da empresa demonstrando o retorno sobre os investimentos; portanto, para obter lucratividade é preciso buscar sempre um giro maior.

- Giro Geral ou do Ativo: representa o quociente de rotatividade, considerando a média de todo o ativo nos últimos dois anos. Representa quanto a empresa vendeu e recuperou o valor de seu ativo. Quanto maior o giro melhor para a empresa.

- Retorno Operacional: representa os resultados globais auferidos, considerando a média do seu ativo operacional nos últimos dois anos. Neste caso, observa-se apenas o quanto a empresa obteve de lucro sobre todo o investimento operacional. Deve-se buscar sempre um índice maior.

- Retorno Geral: representa os resultados globais auferidos, considerando a média de todo o seu ativo nos últimos dois anos. Neste caso, observa-se o quanto a empresa obteve de lucro sobre todo o investimento, devendo buscar sempre um índice maior.

- Retorno do Capital Próprio: representa os resultados globais auferidos, considerando o patrimônio líquido da empresa nos últimos dois anos. Neste caso, observa-se o quanto a empresa obteve de lucro sobre o capital próprio investido.

3 ESTUDO DE CASO: EMPRESA FICTÍCIA “DOCES & GULOSEIMAS COMÉRCIO DE CHOCOLATE LTDA.”.

A empresa “Doces & Guloseimas Comércio de Chocolate Ltda.” apresentou nos anos de 2012 a 2014 o seguinte Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício:

BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	2012	2013	2014
1.1	CIRCULANTE	2.112	2.323	2.372
1.1.1	Disponibilidades	484	840	830
1.1.2	Clientes	836	568	569
1.1.3	Estoques	792	915	973
1.2	NÃO CIRCULANTE	1.188	1.307	1.472
1.2.1	Realizável Longo Prz.	704	554	567
1.3.1	Imobilizado	484	752	905
TOTAL		3.300	3.630	3.845

2	PASSIVO	2012	2013	2014
2.1	CIRCULANTE	1.901	3.283	4.666
2.1.1	Fornecedores	436	1.231	1.523
2.1.2	Obrig. Sociais e Trab.	752	752	1.328
2.1.3	Obrigações Fiscais	713	1.300	1.814
2.2	NÃO CIRCULANTE	660	1.140	1.080
2.2.1	Exigível a Longo Prazo	660	1.140	1.080
2.3	Patrimônio Líquido	739	(793)	(1.901)
2.3.1	Capital Social	100	100	100
2.3.2	Reserva de Lucros	639	(893)	(2.001)
TOTAL		3.300	3.630	3.845

3	DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	2012	2013	2014
3.1	(+) Receita Operacional Bruta	3.300	3.496	3.492
3.2	(-) Dedução da Receita Bruta	(220)	(216)	(216)
3.3	= Receita Operacional Líquida	3.080	3.280	3.276
4	(-) Custos da Venda	(1.650)	(1.748)	(1.584)
5	= Resultado Operacional Bruto	1.430	1.532	1.692
6	(-) Despesas	(550)	(570)	(504)
7	= Lucro Antes do Imp. de Renda	880	962	1.188
8	(-) Imposto sobre o Lucro	(132)	(144)	(178)
9	= Lucro Operacional Líquido	748	818	1.010

Primeiramente, diante do atual cenário econômico e financeiro, o ramo de comércio de doces está expandindo devido aos diversos incentivos fiscais. Desta forma, em uma primeira análise pode-se observar um aumento nas vendas que refletem diretamente no lucro operacional da empresa.

Em virtude disso, a organização vem investindo em seu ativo ao longo do período. Um exemplo pode ser constatado devido ao aumento nas aplicações de seus recursos em imobilizados. Houve também uma ampliação dos estoques pois a empresa necessitou adquirir novas obrigações com seus fornecedores para atender a sua demanda.

Mesmo com esses fatores, a empresa conseguiu manter o equilíbrio das suas despesas e reduzir os custos das mercadorias vendidas, um ponto favorável para a operação da entidade.

Nota-se, que é possível observar que a organização conseguiu antecipar o recebimento de clientes, aumentando assim o seu disponível em caixa. Porém, manteve-se os mesmos prazos para pagamentos.

Entretanto, é evidente que mesmo obtendo uma variação crescente nas vendas a empresa não está conseguindo obter lucro, apresentando Patrimônio Líquido negativo ao final de cada exercício. Esse resultado é decorrente de uma má gestão financeira, onde não há conhecimento suficiente para realizar uma gestão coerente e criar as estratégias de melhorias necessárias para manter-se atuante no mercado.

Diante disso, do ponto de vista analítico, as atividades da organização podem ser interpretadas por meio dos índices que expressam as modificações enfrentadas; quais as variações e quais os seus motivos durante os ciclos estudados, sejam eles geradores de lucro ou prejuízo, podendo tomar as devidas decisões para o futuro da empresa.

Os resultados obtidos encontram-se nos quadros de indicadores, ressaltando-se que todas as análises foram baseadas nas técnicas de cálculo apresentadas no referencial teórico.

QUADRO DE INDICADORES - LIQUIDEZ

Índices de Liquidez			2012	2013	2014	Interpretação	Tendência A: aumento Q: queda E: estabilização
$\frac{AC}{PC}$	LC	Liquidez Corrente	1,11	0,71	0,51	quanto maior melhor	Q
$\frac{AC - Estoque}{PC}$	LS	Liquidez Seca	0,69	0,43	0,30	quanto maior melhor	Q
$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	LG	Liquidez Geral	1,1	0,65	0,51	quanto maior melhor	Q
$\frac{Disponibilidades}{PC}$	LI	Liquidez Imediata	0,25	0,26	0,18	quanto maior melhor	Q

QUADRO DE INDICADORES - RENTABILIDADE

Índices de Rentabilidade			2012	2013	2014	Interpretação	Tendência A: aumento Q: queda E: estabilização
$\frac{LOL - Lucro Oper. Líquido}{VL - Vendas Líquidas}$	MO	Margem Operacional	0,29	0,29	0,36	quanto maior melhor	E -> A
$\frac{LB - Lucro Bruto}{VL - Vendas Líquidas}$	MB	Margem Bruta	0,46	0,47	0,52	quanto maior melhor	E -> A
$\frac{LLE - Lucro Líq. do Exercício}{VL - Vendas Líquidas}$	MG	Margem Geral	0,24	0,25	0,31	quanto maior melhor	A
$\frac{VL - Vendas Líquidas}{AOM - Ativo Oper. Médio (AOP1 + AOP2) / 2}$	GO	Giro Operacional		1,16	1,03	quanto maior melhor	Q
$\frac{VL - Vendas Líquidas}{ATM - Ativo Total Médio (ATMO1 + ATMO2) / 2}$	GG	Giro Geral ou do Ativo		0,95	0,88	quanto maior melhor	Q
$\frac{LOL - Lucro Oper. Líquido}{AOM - Ativo Oper. Médio (AOP1 + AOP2) / 2}$	RO	Retorno Operacional		0,28	0,32	quanto maior melhor	A
$\frac{LLE - Lucro Líq. do Exercício}{ATM - Ativo Total Médio (ATMO1 + ATMO2) / 2}$	RG	Retorno Geral		0,24	0,27	quanto maior melhor	A
$\frac{LLE - Lucro Líq. do Exercício}{PLM - Patr. Líq. Médio (PL1 + PL2) / 2}$	RCP	Retorno do Capital Próprio		-30,29	-0,75	quanto maior melhor	A

QUADRO DE INDICADORES - ESTRUTURA DE CAPITAL

Índices de Endividamento			2012	2013	2014	Interpretação	Tendência A: aumento Q: queda E: estabilização
$\frac{PC + ELP}{ATIVO} \times 100$	GE	Grau de Endividamento	77,6%	121,9%	149,4%	quanto menor melhor	A
$\frac{ATIVO}{PC + ELP}$	SG	Solvência Geral	1,29	0,82	0,67	quanto maior melhor	Q
$\frac{PC}{PC + ELP} \times 100$	CE	Composição do Endividamento	74,2%	74,2%	81,2%	quanto menor melhor	E -> A
$\frac{PL}{PC + ELP} \times 100$	GCT	Garantia de Capital de Terceiros	28,9%	-17,9%	-33,1%	quanto maior melhor	Q
$\frac{AP}{PL}$	ICP	Imobilização do Capital Próprio	0,65	-0,95	-0,48	quanto menor melhor	A
$\frac{AP}{ATIVO} \times 100$	GPA	Grau de Permenência do Ativo	14,7%	20,7%	23,5%	quanto menor melhor	A

A partir dos resultados desses índices, apesar dos pontos favoráveis analisados anteriormente, de imediato pode-se dizer que a empresa está enfrentando e possivelmente enfrentará dificuldades financeiras pois a maioria dos indicadores apresentam tendências negativas.

À vista disso, podemos compreender qual a real situação econômico-financeira da organização, sendo possível interpretar e aprofundar-se nas causas de tais índices, buscando-se a melhor estratégia de gestão para tornar o cenário positivo.

3.1 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

De acordo com o Índice de Liquidez, todas as tendências são negativas para a empresa. Isso demonstra que, apesar de ocorrer uma variação crescente de 12,31% de ativo circulante, em relação às obrigações, a entidade não está conseguindo saldar suas dívidas. Todos os seus compromissos com terceiros sofreram um aumento de 145,45%. Em 2014, para cada R\$ 1,00 devido a empresa possuía apenas R\$ 0,51 para sua liquidação. Se desconsiderarmos os estoques, o valor disponível cai para R\$ 0,30.

É notável que o aumento no Passivo Circulante provém das obrigações sociais e trabalhistas e das obrigações fiscais. Pode-se concluir que este valor foi gerado por conta de atrasados nos pagamentos das guias referentes a estes encargos, explicando-se o aumento exorbitante dos anos de 2012 e 2013 para 2014.

Dessa forma, obtém-se um alto grau de endividamento a curto prazo, fazendo com que a empresa não tenha facilidade de pagar suas dívidas em um menor período de tempo. De acordo com a sua Composição de Endividamento, a entidade apresentou em 2014 cerca de 81,2% de seu endividamento alocado no curto prazo. Além disso, mostrou também que necessita de 149,4% de seu Ativo Total para liquidar suas dívidas com terceiros; índice que não deveria comprometer mais do que 70% deste valor.

Com o aumento das vendas e a necessidade de aumentar os estoques criou-se também uma dívida maior com os fornecedores. Ainda, os investimentos realizados pela empresa foram financiados por capital de terceiros deixando a empresa com altos valores a serem quitados ao longo do tempo. Essa quantia, representada pelo Exigível a Longo Prazo, tornou maior a queda da Solvência Geral, demonstrando que a empresa dispõe baixa liquidez para enfrentar todas as dívidas, seja imediata ou não.

Os investimentos em imobilizados também devem ser observados com muita cautela, pois representa um valor por vezes expressivo, porém permanente, ou seja, não influencia diretamente no resultado da empresa. No caso, a organização não tem capacidade para adquirir novos imobilizados e há muito capital próprio aplicado no permanente, obtendo assim um índice negativo, pois não existe Patrimônio Líquido para suportar os recursos alocados como imobilização. E, mesmo sendo considerado o Lucro Operacional Líquido, o seu montante não seria o suficiente para tornar seu Patrimônio Líquido favorável.

Em relação à Rentabilidade da empresa, pode-se concluir que o aumento nas vendas não gerou o retorno esperado do capital investido. Se analisar os índices individual e separadamente pode-se dizer que a empresa está aparentemente bem situada no mercado e gerando lucros, porém na realidade demonstra uma pequena e não muito significativa melhora.

É preciso ressaltar que, deve-se levar em consideração o ramo de comércio de doces, que embora bastante promissor,

apresenta diversas ameaças no exercício desse tipo de atividade. Uma delas é decorrente à sazonalidade pois a mercadoria em questão é o chocolate, produto muito sazonal que é mais consumido em períodos específicos (Páscoa, Dia dos Namorados, etc.). Além disso, é um produto muito acessível com baixo preço de mercado. Por conseguinte, é interessante trabalhar com baixa margem e concentrar os esforços no giro, sendo assim, possível entender a relação margem x giro. Isto significa que a entidade possui uma Taxa de Retorno sobre Investimento de 27,28%. Contudo, podemos dizer que toda a produtividade da empresa e seus empenhos comerciais começaram a demonstrar resultados assertivos apenas de 2013 em diante.

Dessa forma, embora a margem apresentada pela empresa esteja crescente, não ultrapassa índice 1,00, o que significa que em questão de investimentos a empresa não obtém o retorno total, havendo baixa rentabilidade do ativo. O resultado demonstra que, para cada R\$ 1,00 investidos no operacional, a empresa obteve R\$ 0,36 de lucro no último ano.

Já em relação ao giro, com tendência de queda, é possível observar os resultados globais auferidos e quanto expressa o lucro sobre todo o investimento. Todavia, os resultados desfavoráveis no ano de 2014 demonstra que, para cada R\$ 1,00 investido, a empresa vendeu R\$ 0,88. Analisando apenas o operacional, obtém-se um excedente de apenas R\$ 0,03.

Destarte, o resultado da avaliação da Rentabilidade do Capital Próprio é extremamente baixo pois não há Patrimônio Líquido, obtendo retorno negativo. Apesar do índice parecer estar melhorando devido ao aumento no lucro líquido há uma distorção, pois, a tendência próxima a -1 é ruim decorrendo de o valor da média do patrimônio negativo quase equivaler ao lucro obtido. Por outro lado, os demais índices de retorno possuem tendência positiva.

Logo, através da análise dos índices, mesmo com um crescente aumento nas vendas, torna-se necessário identificar quais estratégias devem ser tomadas para obter resultados positivos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da análise dos indicadores econômico-financeiros é possível verificar quais pontos estratégicos devem ser seguidos afim de tornar eficientes a administração financeira da empresa.

Analisando a empresa “Doces & Guloseimas Comércio Ltda.” nos períodos de 2012 a 2013 é possível notar por meio dos quadros de indicadores que a tendência da Liquidez Corrente foi negativa.

É preciso buscar uma renegociação tanto com clientes como fornecedores realizando adiantamentos que influenciam diretamente no circulante da empresa. Juntamente à concessão de descontos para clientes fidelizados, é possível também obtê-los em maior proporção por meio dos fornecedores de cotas superiores.

Ademais, uma empresa que enfrenta dificuldades precisa manter em imobilizado somente o necessário. Nesse caso, é possível vender todo o excedente alocado no permanente.

Inclusive, a organização precisa ajustar o seu Exigível a Longo Prazo, procurando reduzir suas despesas financeiras decorrentes do financiamento.

O Endividamento da empresa, comparado com a média brasileira é elevadíssima, todavia, possivelmente ela possui problemas de pagamento de suas dívidas, visto que possui baixa liquidez.

Por isso, para manter-se no mercado, de imediato a empresa deve utilizar parte do seu disponível para quitar as suas obrigações sociais e trabalhistas e obrigações fiscais pois são de suma importância e difícil abatimento.

É notável que a Rentabilidade da empresa apresentou pequenas melhoras do ano de 2013 para 2014, contudo, ainda continua ruim em relação ao seu segmento.

Dessa maneira, é de conhecimento que a empresa possui boas estratégias comerciais, apresentando produtos de qualidade e preço acessível, obtendo a sua fatia de mercado. Por isso, é primordial destacar que em relação às receitas obtidas a gestão foi eficaz, aumentando-se as vendas, equilibrando as despesas e reduzindo os custos, devendo manter os procedimentos e aprimorar o processo para que o Lucro Líquido do Exercício possa suprir o Patrimônio Líquido o mais breve possível.

De maneira geral, a real situação da organização ainda é desfavorável, mesmo conseguindo melhorar a sua rentabilidade.

Por fim, considerando o mercado cada vez mais competitivo, a empresa em análise deve adotar as determinadas estratégias, concentrando seus esforços no aumento de seus lucros e disponível em ativo circulante e, conseqüentemente, na redução de seus compromissos de curto prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a um cenário cada vez mais competitivo, manter-se atuante no mercado é cada vez mais desafiador. Criar estratégias e implementá-las com sucesso não é mais uma primazia: tornou-se uma necessidade.

De início, para sustentar uma gestão eficaz tem-se a Análise do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras. Através deste é possível obter as informações necessárias que influenciam diretamente na tomada de decisões, pois consegue-se fornecer os dados precisos para observar quais métodos devem ser seguidos para alcançar os objetivos financeiros pré-estabelecidos. É possível também diagnosticar quais causas e motivos estão sendo positivas para a empresa e aperfeiçoá-las; caso contrário, é possível melhorá-las.

Diante disso, por meio do estudo de caso da empresa fictícia denominada “Doces & Guloseimas Comércio de Chocolates Ltda.” foi possível observar que, de imediato a entidade parecia manter-se bem situada no mercado devido ao aumento nas vendas.

Entretanto, os indicadores de rentabilidade demonstraram que, apesar da ligeira melhora a empresa permanece em alerta pois este aumento não foi muito significativo e continua com índices desfavoráveis.

Ademais, constatou-se a sua baixa liquidez, demonstrando que a empresa não tem capacidade para saldar suas dívidas a curto e a longo prazo. Pôde-se observar que o aumento do Passivo Circulante foi muito maior em comparação ao Ativo Circulante, influenciando em futuros problemas com fluxo de caixa.

Em relação aos Índices de Endividamento foi possível verificar o alto grau de endividamento, o quanto terceiros estão financiando a empresa. Os resultados extrapolam o esperado e o ideal para uma organização.

Logo, visto que o ramo da atividade exercida é bastante promissor e as receitas das vendas foi crescente, é possível empenhar-se afim de atingir resultados mais favoráveis. Contudo, deve-se manter e monitorar as análises para sempre tomar conhecimento da real situação da entidade, pois dessa maneira é possível propor sugestões para mudar o quadro clínico da empresa para positivo e auxiliar no seu crescimento.

Finalmente, o presente estudo tem como premissa básica a importância de se manter os controles financeiros para obter as informações precisas através das técnicas corretas. E, assim, estabelecer por meio da Análise das Demonstrações Contábeis um parâmetro sobre a real situação de uma empresa afim de auxiliar na sua gestão e na tomada de decisões, seja para qualquer tipo de empreendimento.

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, Gideon Carvalho de; PADOVEZE, Clóvis Luís. *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo, Thomson, 267p. 2005.

BRITO, Francis Roberto; CARVALHO, Luciane; BRITO, Rosimeire Vieira Lima; CAMILO, Victor. *Análise Financeira de Balanço Financeiro da Empresa COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá*. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v.9, n.2, p.39-40, jul/dez 2012. Disponível em: <http://www.maringamanagement.com.br/novo/index.php/ojs/article/viewFile/130/97>. Acesso em: 01 mai 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10^ª ed. São Paulo, Atlas, 254 p. 2009.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. *Análise das Demonstrações Financeiras*. Portal de Contabilidade. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>. Acesso em: 01 mai 2015.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis Contabilidade empresarial*. 6^a ed. São Paulo, Atlas, 289 p. 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6^a Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REGO, Ricardo Trovão. *Análise de Demonstrações Financeiras Estudo de Caso da Perdição S/A*. Revista da Faculdade de Ciências Administrativas de Curvelo. Disponível em: <http://www.fac.br/home/images/revistafac/ed3/005.pdf>. Acesso em: 01 mai 2015.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Santhiago Ferreira de Lima

Luís Fernando Manfrim

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos tempos, a evolução tecnológica e econômica vêm exigindo cada vez mais de seus profissionais a minimização dos custos e despesas, e conseqüentemente a maximização dos lucros. Com isso, o planejamento tributário caracteriza-se como um dos principais agentes para o sucesso ou não de uma empresa, pois a carga tributária no Brasil representa um significativo montante financeiro, o qual interfere diretamente no resultado econômico da empresa.

O planejamento tributário tornou-se indispensável, pois a legislação tributária brasileira é muito complexa, com inúmeras leis e constantes alterações, o que dificulta a interpretação dos empresários, assim como em se manterem atualizados em virtude dos diversos influenciadores na gestão empresarial.

Especificamente, este estudo tem o objetivo de avaliar os atuais regimes de tributação, buscando a melhor opção para o enquadramento, minimizando a incidência dos impostos e alcançando assim melhores resultados econômicos. Para o embasamento teórico, buscou-se analisar a importância de um bom planejamento tributário, enfatizando a seu impacto econômico dentro do resultado da empresa. Em seguida, aborda-se a importância da tributação baseada no Lucro Real. Busca-se também verificar os demais regimes tributários e sua importância dentro das sociedades em que se enquadram.

A partir desta assertiva, uma questão é levantada: é possível, por meio de um bom planejamento tributário, minimizar o pagamento de impostos federais se uma empresa optar pela tributação com base no Lucro Real?

Para viabilizar a delimitação do tema e sua aplicabilidade prática, esta pesquisa irá se limitar, de acordo com o enquadramento no regime de Lucro Real, aos tributos federais incidentes a este enquadramento e as possibilidades de promoção de um planejamento tributário significativo e mais viável para essas empresas. Com isso, o objetivo central desse trabalho é promover uma pesquisa frente ao Planejamento Tributário, identificando os benefícios oferecidos pela tributação baseada no Lucro Real e a possível minimização da carga tributária dentro das determinações legais.

Para atingir essa meta, outros objetivos são propostos secundariamente:

1. Promover uma pesquisa sobre Planejamento Tributário e analisar os tipos de Regimes Tributários incidentes nas empresas brasileiras;
2. Identificar, de acordo com o Planejamento Tributário, como uma empresa pode obter melhores resultados econômicos e minimizar o recolhimento de seus Tributos Federais;
3. Demonstrar a importância do Lucro Real e seus benefícios em uma empresa optante por esse regime.

Para a estruturação desse trabalho, iniciou-se o estudo por meio de pesquisa bibliográfica, analisando o assunto em livros, instituições governamentais, coletas de dados em empresas, revistas e textos que tratam do planejamento e minimização de cargas tributárias nas empresas. A pesquisa se complementa com um estudo de caso, identificando através de documentos comprobatórios a ocorrência dos fatos, possibilitando assim elaborar sugestões acerca da situação atual e da projeção frente às possibilidades de enquadramento tributário. Com base na problemática abordada, utilizou-se uma pesquisa qualitativa explicativa visando apurar os dados de forma a compará-los frente à real situação da empresa e aquela que foi planejada. A pesquisa qualitativa tem o ambiente de trabalho como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento chave. Ao final são apresentadas as considerações a respeito da pesquisa, as quais nos mostram a importância da abordagem do tema proposto, e que é possível reduzir notavelmente a carga tributária de uma

empresa se ela realizar um bom planejamento tributário e optar pelo regime de apuração baseado no Lucro Real.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

Em face da grande carga tributárias à que as empresas brasileiras estão inseridas, nesta pesquisa busca-se responder à seguinte questão: é possível haver redução de impostos por meio de um planejamento tributário sem deixar de atender as normas legislativas?

3 OBJETIVO

Diante de um ambiente capitalista, as empresas estão a todo o momento em constante competitividade a nível nacional e internacional, rompendo-se todas as fronteiras econômicas. Aquela empresa que se enquadrar continuamente em patamares de custo competitivo, sempre gozará da vanguarda no mercado ao qual atua. Portanto, como a carga tributária é um fator determinante para esta competitividade, o objetivo principal deste estudo é demonstrar por meio do Planejamento Tributário, como as empresa poderão se tornar competitiva com a redução de seus impostos.

4 JUSTIFICATIVA

A contínua evolução nos estudos técnicos que trazem maior ganho e aumento na competitividade das empresas tem sido o maior objeto de procura por toda dos empresários. Portanto, o estudo de caso aqui explicitado enfatiza e reafirma a necessidade destes estudos específicos e direcionados a cada situação econômica da empresa.

O documento científico produzido por meio deste estudo de caso, contribui para o aumento do conhecimento acadêmico e profissional, difundindo de forma sistemática as técnicas de Planejamento Tributário.

5 MÉTODO

Este trabalho classifica-se como pesquisa exploratória, e proporciona maiores informações sobre o assunto em foco, facilitada pela delimitação do tema do trabalho. Define-se enfim os objetivos ou formula-se as hipóteses de uma pesquisa e descobre-se novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 63), pesquisa “é atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”.

6 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Ao analisarmos o conceito de tributação, observa-se que uma constante evolução deste ao longo do tempo proporcionou profunda mudança de suas características, transformando-o de contribuição voluntária, em imposição do Estado (NOGUEIRA, 1996, p. 84).

Dessa forma, vê-se hoje que a obrigatoriedade existente acrescida de uma elevada carga tributária impulsiona o contribuinte a buscar alternativas dentro da legalidade como forma de alcançar o menor custo tributário possível.

Essa situação de inquietude do contribuinte levou à estruturação daquilo que se conceitua como planejamento tributário, sendo este uma parte integrante da gestão de tributos. Quanto à gestão de tributos e sua execução pela Controladoria, Padoveze (2003, p.73) afirma que “apesar do forte componente jurídico, o desenvolvimento desta atividade pela Controladoria impõe-se pela natural tendência de a Contabilidade dispor e utilizar as informações relativas aos impostos”. Assim, entende-se que cabe à Controladoria, dentre outras funções, a de mensurar e analisar o impacto dos tributos no resultado econômico da empresa, procurando identificar alternativas que minimizem, de forma legal, os custos tributários, o que é realizado através do planejamento tributário.

Fabretti (2001a, p. 30) define o planejamento tributário da seguinte forma: “O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário.”

Borges (2000, p. 60) traduz o significado do mesmo conceito e a que se destina o planejamento fiscal:

[...] afigura-se-nos correto **conceituar o Planejamento Fiscal como uma técnica gerencial** que visa projetar as operações industriais, os negócios mercantis e as prestações de serviços, visando conhecer as obrigações e os encargos tributários inseridos em cada uma das respectivas alternativas legais pertinentes para, mediante meios e instrumentos legítimos, adotar aquela que possibilita a **anulação, redução ou adiamento do ônus fiscal**. (grifo nosso)

Ao explicitar a importância da prática do planejamento tributário nos dias atuais, Huck (1997, p. 148) também comenta sua finalidade:

No mercado competitivo das modernas relações empresariais, o processo de planejamento como um todo passou a ser necessidade básica. O planejamento tributário insere-se nesse procedimento amplo e geral que deve preceder a qualquer novo negócio ou alteração de rumo existente.

Tão essencial quanto um planejamento econômico, técnico, comercial, de mercado etc., o planejamento tributário é aquele que visa a eficiência em seu campo, ou seja, o menor ônus tributário para o negócio, dentro dos limites da lei.

Assim, o planejamento tributário pode ser entendido como um processo de busca de conhecimentos e instrumentos eficazes e legais, que visa uma economia de tributos por meio da exclusão, redução ou postergação do ônus tributário.

Um dos principais agentes, senão o maior, que levam à adoção do planejamento tributário é, sem dúvida, a elevada carga tributária. Uma pesquisa realizada pela revista *Exame*, publicada em sua edição de 5 de setembro de 2001, aponta que a carga tributária média encontrada nos diversos setores de atividade foi de 42,9%. Revela-se ainda que, na distribuição das riquezas geradas pelas empresas, a maior parcela fica com o governo por meio dos tributos arrecadados (43%), enquanto a remuneração do capital absorve 34% e os gastos com pessoal e encargos atingem 23%.

A elevada carga tributária não justifica, contudo, a adoção de formas indiscriminadas como meio de minimizar o custo tributário. O

planejamento somente será válido se utilizar estrutura e forma jurídica adequada, normal e tipicamente correspondente aos negócios e atividades da empresa.

A respeito disto, Borges (2001, p. 28) sugere:

[...] importantes regras práticas que outorgam juridicidade a qualquer planejamento [...]:

- Verificar se a economia de impostos é oriunda de ação ou omissão anterior à concretização da hipótese normativa de incidência;
- Examinar se a economia de impostos é decorrente de ação ou omissão legítimas;
- Analisar se a economia de impostos é proveniente de ação realizada por meio de formas de direito privado normais, típicas e adequadas;
- Investigar se a economia de impostos resultou de ação ou conduta realizadas igualmente a suas formulações nos correspondentes documentos e registros fiscais.

-

No que tange à juridicidade ou legalidade, deve-se observar que é cabível ao planejamento tributário a prática da elisão fiscal, sendo, contudo, impensável a possibilidade de evasão fiscal.

7 TIPOS DE ELISÃO

Há duas espécies de elisão fiscal, aquela decorrente da própria lei e a que resulta de lacunas e brechas existentes na própria lei.

No caso da elisão decorrente da lei, o próprio dispositivo legal permite ou até mesmo induz a economia de tributos. Existe uma vontade clara e consciente do legislador de dar ao contribuinte determinados benefícios fiscais. Os incentivos fiscais são exemplos típicos de elisão induzida por lei, uma vez que o próprio texto legal dá aos seus destinatários determinado benefícios. É o caso, por exemplo, dos Incentivos à Inovação Tecnológica (Lei 11.196/2005) ao qual dá-se uma redução no pagamento de impostos federais às empresas que exercem internamente pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos com seu corpo de funcionários.

Já a segunda espécie, contempla hipóteses em que o contribuinte opta por configurar seus negócios de tal forma que se harmonizem com um menor ônus tributário, utilizando-se de elementos que a lei não proíbe ou que possibilitem evitar o fato gerador de determinado tributo com elementos da própria lei. É o caso, por exemplo, de uma empresa de serviços que decide mudar sua sede para determinado município, visando pagar o ISS com uma alíquota mais baixa. A lei não proíbe que os estabelecimentos escolham o lugar onde exercerão atividades, pois os contribuintes possuem liberdade de optar por aqueles mais convenientes a si, mesmo se a definição do local for exclusivamente com objetivos de planejamento fiscal.

Cabe aqui distinguirmos uma prática da outra, para nossa melhor compreensão. Na elisão fiscal impede-se a ocorrência da obrigação tributária, ao haver um planejamento tributário que não permite que o agente econômico entre nessa relação fiscal, evitando-se o fato gerador legal. Já na evasão fiscal ocorre uma ação culposa com a intenção de evitar a obrigação tributária apesar da ocorrência do fato gerador, ou seja, o contribuinte busca sair da relação fiscal após estar inserido na mesma, o que confere ao ato caráter de ilegalidade, constituindo-se em crime contra a ordem tributária.

8 DESENVOLVIMENTO

8.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O conceito de tributos pode ser encontrado no Código Tributário Nacional (CTN) que em seu art. 3º define:

“Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Um tributo é caracterizado pelos seguintes elementos: Fato Gerador, Contribuinte ou Responsável e a Base de Cálculo. Para que venha a existir uma obrigação tributária, é preciso que exista um vínculo jurídico entre um credor (Sujeito Ativo) e um devedor (Sujeito Passivo), pelo qual o Estado, com base na legislação

tributária, possa exigir uma prestação tributária positiva ou negativa.

Visto o conceito de tributos, podemos entender melhor, o que é um Planejamento Tributário que, segundo Fabretti (2006, p.32) é: “O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador”.

Planejamento tributário jamais deve ser confundido com sonegação fiscal. Planejar é escolher, entre duas ou mais opções lícitas, aquela que possa dar melhores resultados para a empresa. Enquanto sonegar, é utilizar-se de meios ilegais para deixar de recolher um tributo que é devido, assim como a fraude, a simulação ou a dissimulação, sendo o uso destas considerado como omissão dolosa tendente a impedir ou retardar o conhecimento do fato gerador da obrigação fiscal, da autoridade fazendária.

8.2 REGIMES TRIBUTÁRIOS E SEUS ENQUADRAMENTOS

A escolha do regime tributário e seu enquadramento é que irão definir a incidência e a base de cálculo dos impostos federais.

No Brasil são três os tipos de regimes tributários mais utilizados nas empresas, nos quais estas podem se enquadrar de acordo com as atividades desenvolvidas:

- Simples Nacional
- Lucro Presumido
- Lucro Real

Convém ressaltar que cada regime tributário possui uma legislação própria que define todos os procedimentos a serem seguidos pela empresa a fim de definir um enquadramento mais adequado.

8.2.1 Simples Nacional

De acordo com a Secretaria da Receita Federal (Brasil, 2007), o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº-123, de 14.12.2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007. Consideram-se Microempresas (ME), para efeito de Simples Nacional, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. Já as Empresas de Pequeno Porte (EPP) são empresários, pessoas jurídicas, ou a elas equiparadas, que venham auferir em cada ano-calendário receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS);
- Contribuição para a Seguridade Social (cota patronal);
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Todos os Estados e Municípios participam obrigatoriamente do Simples Nacional.

O imposto devido pelas empresas optantes por esse regime é determinado à aplicação das tabelas dos anexos da LC nº 123/06. Para efeito da determinação da alíquota, o devedor irá utilizar a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores ao do período de apuração. Já o valor devido mensalmente será o

resultante da aplicação da alíquota correspondente sobre a receita bruta mensal auferida.

8.2.2 Lucro Presumido

Neste tipo de regime tributário, o montante a ser tributado é determinado com base na receita bruta, por meio da aplicação de alíquotas variáveis em função da atividade geradora da receita. Podem optar pelo lucro presumido as pessoas jurídicas, cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 ou ao limite proporcional de R\$ 4.000.000,00 multiplicados pelo número de meses de atividade no ano, se esse for inferior a 12 meses. No regime do lucro presumido são quatro os tipos de impostos federais incidentes sobre o faturamento, dentre eles o PIS e a COFINS, que devem ser apurados mensalmente, e o IRPJ e a CSLL cuja apuração deverá ser feita trimestralmente.

Pode-se dizer que o lucro presumido é uma presunção por parte do fisco, do que seria o lucro de uma empresa caso não existisse a contabilidade. Porém, notamos que algumas empresas possuem uma escrituração contábil completa, com os rigores das normas e princípios fundamentais da contabilidade, e mesmo assim acabam por optar pela tributação baseada no lucro presumido. Isso ocorre na maioria das vezes por falta de conhecimento dos empresários ou até mesmo dos próprios contadores, os quais desconhecem ou possuem pouca informação sobre as demais formas de tributação. É aí que deve aparecer a figura do planejamento tributário, o qual deverá exercer conscientemente a redução da carga tributária visando a melhor opção para a empresa, seja através do lucro real ou presumido.

8.2.3 Lucro Real

“Lucro Real é o lucro líquido do período, apurado com observância das normas das legislações comercial e societária, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas pela legislação do Imposto de Renda.” (SILVA, 2006, p.01).

Estão obrigadas a optar pela tributação com base no Lucro Real as pessoas jurídicas que estiverem enquadradas nas seguintes condições:

I – Que tenham receita total, no ano-calendário anterior, superior a R\$ 48.000.000,00, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses;

II – cujas atividades sejam de instituições financeiras ou equiparadas;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundo do exterior;

IV – que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, inclusive mediante balanço ou balancete de suspensão ou redução de imposto;

VI – cuja atividade seja de factoring.

Para as demais pessoas jurídicas, a tributação pelo lucro real é uma opção.

Os impostos Federais incidentes nas empresas optantes pelo Lucro Real são o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL, sendo os dois primeiros apurados mensalmente sobre o faturamento e os dois últimos anualmente ou trimestralmente, tendo como base o Lucro Líquido contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas ou autorizadas pelo Regulamento do Imposto de Renda.

A palavra “real” é utilizada em oposição ao termo presumido, com o principal objetivo de exprimir o que existe de fato, verdadeiramente, no sentido de ser aceito para todos os fins e efeitos de direito. A apuração do lucro real envolve maior complexidade na execução das rotinas contábeis e tributárias, para a completa escrituração das atividades e posterior apuração do lucro real, que é a base para cálculo dos tributos como IRPJ e a CSLL das empresas que não podem ou não querem optar pelo lucro presumido. Para que o resultado seja apurado corretamente, o contador deve adotar uma série de procedimentos corriqueiros

no ambiente profissional, como a rigorosa observância aos princípios contábeis, constituição de provisões necessárias, completa escrituração fiscal e contábil, preparação das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, Balancetes) e livros (Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, Entrada e Saída e Livro Registro de Inventário).

8.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – LUCRO REAL X PRESUMIDO

Com base nas informações observadas no primeiro semestre do ano de 2011, demonstra-se nas tabelas a seguir a apuração da base de cálculo e dos valores a recolher do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, apresentados mês a mês de forma não-cumulativa e cumulativa. Vê-se também, nesse exemplo prático e real extraído de uma empresa do ramo de alimentos, que de acordo com as determinações constantes na legislação do PIS e da COFINS, o contribuinte poderá fazer uso dos créditos apurados mensalmente, e que irão abater de forma significativa o valor do imposto a pagar, o que não ocorre no caso da opção pelo Lucro Presumido, onde o imposto é calculado sobre o valor total das receitas, sem direito a créditos.

Tabela – Cálculo do PIS e da COFINS Não-Cumulativos

CÁLCULO DO PIS E DA COFINS NÃO-CUMULATIVOS						
EXERCÍCIO DE 20011	MESES / VALORES EM REAIS (R\$)					
VALORES DAS RECEITA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
(+)Faturamento Bruto	961.618,54	985.848,46	830.529,49	1.041.219,08	529.287,39	930.019,95
(-) IPI Sobre Faturamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) FATURAMENTO LÍQUIDO	961.618,54	985.848,46	830.529,49	1.041.219,08	529.287,39	930.019,95
(+) Receitas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Ganho de Capital	8.470,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas	12.755,70	0,00	11.886,51	0,00	477,86	0,00
BASE DE CÁLCULO DOS DÉBITOS	982.844,42	985.848,46	842.816,00	1.041.219,08	529.765,25	930.019,95
CRÉDITOS SOBRE AS COMPRAS						
(-) Combustíveis e Lubrificantes	72.681,47	89.549,57	93.827,88	69.209,40	92.237,20	74.687,69
(-) Depreciação	6.689,46	6.533,05	7.233,02	6.999,70	7.233,00	6.999,68
(-) Locação de Máquinas	20.880,23	29.355,33	61.813,77	52.705,65	39.684,94	16.690,20
(-) Leasings	137.666,67	121.822,78	18.555,29	15.476,99	9.473,09	22.176,12
(-) Transportes de Máquinas	14.739,68	13.745,75	8.703,83	7.364,95	8.117,82	5.699,60
(-) Energia Elétrica	933,35	258,07	1.604,59	983,84	943,10	1.004,23
BASE DE CÁLCULO DOS CRÉDITOS	253.590,86	261.264,55	191.738,98	152.740,53	157.689,15	127.257,52
BASE DE CÁLCULO TOTAL	729.253,56	724.583,91	650.677,62	888.478,55	372.076,10	802.762,43
Pis – Alíquota 1,65%	12.032,68	11.955,63	10.736,18	14.659,90	6.139,26	13.245,58
(-) Pis Retido na Fonte	(3.225,39)	(7.223,39)	(4.507,22)	(8.853,81)	(3.067,48)	(4.676,95)
(=) PIS A PAGAR – DARF 6912	8.807,29	4.732,24	6.228,96	5.806,09	3.071,78	8.568,63
Cofins – Alíquota 7,8%	55.423,27	55.068,38	49.451,50	57.524,37	28.277,78	61.009,94
(-) Cofins Retida na Fonte	(18.336,07)	(31.813,32)	(20.802,54)	(39.912,58)	(14.157,60)	(21.585,91)
(=) COFINS A PAGAR – DARF 5856	37.087,20	23.255,06	28.648,96	27.611,79	14.120,18	39.424,03

Na tabela acima, os cálculos do PIS e da COFINS são feitos com base no Lucro Real. A apuração dos créditos sobre as compras foi feita de acordo com a legislação do PIS e da COFINS, que permite que alguns custos diretos – nesse caso os combustíveis e lubrificantes, a depreciação de máquinas e equipamentos, a locação de máquinas, os leasings, os transportes de máquinas e a energia elétrica – sejam deduzidos da base de cálculo em que serão apurados os impostos a recolher, lembrando sempre que estes custos devem estar diretamente relacionados com a atividade da empresa. Com o abatimento desses créditos, percebe-se

claramente que a base de cálculo total para se apurar o PIS e a COFINS é bem menor do que se fosse calculada sobre o faturamento bruto. Com isso há uma visível redução da carga tributária a ser recolhida. Após determinado o montante em que serão calculados os impostos, aplica-se a alíquota de 1,65% para o cálculo do PIS e de 7,6% para a COFINS. Para esclarecer melhor como é feito o abatimento dos impostos retidos na fonte, foram demonstrados na tabela os valores das devidas retenções.

A guia que deverá ser paga pela empresa será o valor dos impostos apurados menos os impostos retidos na fonte.

Tabela – Cálculo do IRPJ e da CSLL – Lucro Real

CÁLCULO DO IRPJ e da CSLL						
EXERCÍCIO DE 2011	MESES / VALORES EM REAIS (R\$)					
RESULTADO DO EXERCÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DRE Acumulada Mensalmente	(73.898,45)	(34.639,40)	(100.889,29)	216.328,31	132.678,73	425.450,64
IRPJ – Alíquota 15%	(11.084,77)	(5.195,91)	(15.133,39)	32.449,25	19.901,81	63.817,60
(+) Adicional de 10%	0,00	0,00	0,00	13.632,83	3.267,87	30.545,06
(-) IRPJ Retido na Fonte	(5.892,51)	(11.096,36)	(6.934,18)	(13.611,74)	(4.719,20)	(7.195,30)
(-) IRPJ pago até mês anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.470,34)	(32.470,34)
(=) IRPJ A PAGAR	(16.977,28)	(16.292,27)	(22.067,57)	32.470,34	(14.019,86)	54.697,02
CSLL – Alíquota 9%	(6.650,86)	(3.117,55)	(9.080,04)	19.469,55	11.941,09	38.290,56
(-) CSLL Retida na Fonte	(5.333,73)	(11.097,16)	(6.934,18)	(13.621,25)	(4.719,20)	(7.195,30)
(-) CSLL paga até mês anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.848,30)	(7.221,89)
(=) CSLL A PAGAR	(11.984,59)	(14.214,71)	(16.014,22)	5.848,30	1.373,59	23.873,37

Já com relação à Tabela 02, foi utilizado como base de cálculo o resultado real da empresa, ou seja, o lucro ou o prejuízo acumulado mensalmente. Com a apuração desse montante, aplica-se a alíquota de 15% mais o adicional de 10% para o cálculo do IRPJ e de 9% para se calcular a CSLL devida. No caso da empresa apresentar prejuízo, como pode-se perceber em alguns meses acima, o IRPJ e a CSLL não serão recolhidos. A empresa objeto desse estudo é optante pelo Lucro Real, após a apuração

dos impostos baseados nesse regime tributário, veremos na tabela a seguir, de forma simulada, como ficariam os valores se ela optasse – erroneamente – pelo Lucro Presumido.

Tabela – Cálculo Impostos – Lucro Presumido

LUCRO PRESUMIDO						
EXERCÍCIO DE 2011	MESES / VALORES EM REAIS (R\$)					
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
VALORES DAS RECEITA						
(+) Faturamento Bruto	961.618,54	985.848,46	830.529,49	1.041.219,08	529.287,39	930.019,95
(=) FATURAMENTO LÍQUIDO	961.618,54	985.848,46	830.529,49	1.041.219,08	529.287,39	930.019,95
(+) Receitas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Ganho de Capital	8.470,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas	12.755,70	0,00	11.886,51	0,00	477,86	0,00
BASE DE CÁLCULO DOS DÉBITOS	982.844,42	985.848,46	842.816,00	1.041.219,08	529.765,25	930.019,95
IMPOSTOS SOBRE OS SERVIÇOS						
PIS – Alíquota 0,65%	6.250,52	6.408,01	5.398,44	6.767,92	3.440,37	6.045,13
(-) Pis Retido na Fonte	(3.225,39)	(7.223,39)	(4.507,22)	(8.853,81)	(3.067,48)	(4.676,95)
(=) PIS A PAGAR – DARF	3.025,13	(815,38)	891,22	(2.085,89)	372,89	1.368,18
Cofins – Alíquota 3%	28.848,56	29.575,45	24.915,88	31.236,57	15.878,62	27.900,60
(-) Cofins Retida na Fonte	(18.336,07)	(31.813,32)	(20.802,54)	(39.912,58)	(14.157,60)	(21.585,91)
(=) COFINS A PAGAR – DARF	10.512,49	(2.237,87)	4.113,34	(8.676,01)	1.721,02	6.314,69
BASE DE CÁLCULO – CSLL e IRPJ	328.943,81	315.471,51	277.655,95	333.190,11	169.849,82	297.606,38
CSLL – Alíquota 9%	29.604,94	28.392,44	24.989,04	29.987,11	15.286,48	26.784,57
(-) CSLL Retida na Fonte	(5.333,73)	(11.097,16)	(6.934,18)	(13.621,25)	(4.719,20)	(7.195,30)
(=) CSLL A PAGAR – DARF 2372	24.271,21	17.295,28	18.054,86	16.365,86	10.567,28	19.589,27
IRPJ – Alíquota 15%	49.341,57	47.320,73	41.648,39	49.978,52	25.477,47	44.640,96
(+) Adicional IRPJ – 10%	29.451,02	29.547,15	24.957,31	31.319,01	14.952,49	27.760,64
(-) IRPJ Retido na Fonte	(5.892,51)	(11.096,36)	(6.934,18)	(13.611,74)	(4.719,20)	(7.195,30)
(=) IRPJ A PAGAR – DARF 2089	72.900,08	65.771,52	59.671,52	67.685,79	35.710,76	65.206,30

Verifica-se na Tabela 03, que para a apuração dos impostos utilizam-se as receitas totais multiplicadas pelo percentual de 32% para se achar a base de cálculo. Após definido esse montante, aplicam-se as alíquotas de 0,65%, 3%, 9% e 15% mais adicional de 10% para o cálculo do PIS, COFINS, CSLL e IRPJ respectivamente.

Nota-se que nesse regime de apuração, os créditos não podem ser utilizados, porém as retenções devem ser descontadas normalmente. Outro fator importante a ser ressaltado, é que mesmo que haja prejuízo, a empresa estará obrigada a recolher o

IRPJ e a CSLL, o que não ocorre nas empresas optantes pelo Lucro Real, que no caso de resultados negativos, estão dispensadas de recolher esses impostos.

Tabela – Comparativo Lucro Real x Lucro Presumido

COMPARATIVO – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2011	MESES / VALORES EM REAIS (R\$)						
LUCRO REAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAIS
PIS	8.807,29	4.732,24	6.228,96	5.806,09	3.071,78	8.568,63	37.214,99
COFINS	37.087,20	23.255,06	28.648,96	27.611,79	14.120,18	39.424,03	170.147,22
IRPJ	0,00	0,00	0,00	32.470,34	0,00	54.697,02	87.167,36
CSLL	0,00	0,00	0,00	5.848,30	1.373,59	23.873,37	31.095,26
TOTAL – LUCRO REAL	45.894,49	27.987,30	34.877,92	71.736,52	18.565,55	126.563,05	325.624,83
LUCRO PRESUMIDO							
PIS	3.025,13	0,00	891,22	0,00	372,89	1.368,18	5.657,42
COFINS	10.512,49	0,00	4.113,34	0,00	1.721,02	6.314,69	22.661,54
IRPJ	72.900,08	65.771,52	59.671,52	67.685,79	35.710,76	65.206,30	366.945,97
CSLL	24.271,21	17.295,28	18.054,86	16.365,86	10.567,28	19.589,27	106.143,76
TOTAL – LUCRO PRESUMIDO	110.708,91	83.066,80	82.730,94	84.051,65	48.371,95	92.478,44	501.408,69
COMPARAÇÃO	(64.814,42)	(55.079,50)	(47.853,02)	(12.315,13)	(29.806,40)	34.090,61	(175.783,86)

A partir dos dados levantados referente ao primeiro semestre do exercício de 2007, efetivando o Planejamento Tributário, verifica-se que a empresa opta corretamente pelo regime tributário baseado no Lucro Real, pois podemos observar um montante significativamente menor na apuração dos impostos, em relação ao lucro presumido.

8.4 A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS DO LUCRO REAL

Lucro Real é uma forma de tributação que toma como base o lucro líquido contábil de uma empresa. Ele é de suma importância para as empresas, principalmente para as indústrias, que para a fabricação de seus produtos utilizam vários custos operacionais diretos e matérias-primas, que dão direito a créditos, minimizando assim a carga tributária da empresa. Com a apuração dos resultados teve-se a constatação de que, quando se opta pelo regime tributário adequado, a influência na apuração dos resultados pode representar montantes bastante significativos, de

forma a garantir assim, em muitos casos, a própria manutenção, ou até mesmo a sua continuidade ou não no mercado de trabalho.

A partir da aplicação da legislação pertinente ao Lucro Real e ao Lucro Presumido. Observa-se que o total de impostos a recolher no primeiro caso é de R\$ 325.624,83 e no segundo R\$ 501.408,69, o que representa aproximadamente 54% a mais do montante recolhido pela empresa.

Tabela 5 – Resumo de Impostos

LUCRO REAL – R\$		LUCRO PRESUMIDO – R\$	
PIS	37.214,99	PIS	5.657,42
COFINS	170.147,22	COFINS	22.661,54
IRPJ	87.167,36	IRPJ	366.945,97
CSLL	31.095,26	CSLL	106.143,76
TOTAIS	325.624,83	TOTAIS	501.408,69
DIFERENÇA	–(175.783,86)		
DIFERENÇA	-53,98%		

Com o Lucro Real, além da minimização dos valores dos impostos, nota-se que ele exige do profissional responsável uma maior dedicação em relação à empresa, uma vez que os balancetes e a DRE devem ser apurados mensalmente, portanto, toda a documentação deve estar em dia, para que o lucro seja apurado, evitando assim, problemas futuros com a falta de documentação ou até mesmo livros, exigidos pela fiscalização. Um exemplo disso é a diferença que existe entre a escrituração do Lucro Presumido e do Lucro Real. Enquanto no primeiro são exigidos apenas os livros contábeis e fiscais, encerrados ao final de cada ano, no Lucro Real exige-se uma escrituração muito mais detalhada e completa. As empresas optantes por esse regime deverão manter de acordo com o Manual do IRPJ e da CSLL:

- Escrituração com observância das leis comerciais e fiscais;
- A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em suas atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capitais auferidos no exterior;
- A pessoa jurídica é obrigada a seguir ordem uniforme da escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados, cujo número e espécie ficam a seu critério;
- A pessoa jurídica estará obrigada a manter a escrituração comercial devendo para isto, escriturar o Livro Diário, Livro Razão, Livro Registro de Inventário e o Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

8.4.1 Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR

Segundo RODRIGUES (2007, p.25) “É um livro de preenchimento obrigatório para as pessoas jurídicas que apurarem o IRPJ e a CSLL com base no lucro real trimestral, anual e sempre que suspender ou reduzir o valor devido do imposto”.

Diferentemente do diário, não precisa ser autenticado, nem registrado, mas terá Termo de Abertura e Encerramento. Cada ciclo de escrituração de cada exercício é finalizado com a assinatura do diretor, gerente ou titular e do contador legalmente habilitado, após a demonstração do lucro real. As normas e procedimentos a serem seguidos estão regulamentados na IN SRF n° 28/1978, tanto para a escrituração manual quanto para a eletrônica. Compete à pessoa jurídica:

- lançar os ajustes do lucro líquido do período de apuração;
- transcrever a demonstração do lucro real;
- manter o registro do controle de prejuízos fiscais a compensar em períodos de apuração subseqüentes, do lucro inflacionário a realizar, da depreciação acelerada incentivada, da exaustão mineral com base na receita bruta, bem como dos demais valores que venham a

influenciar a determinação do lucro real de períodos de apuração futuros e não constem da escrituração comercial.

O LALUR também poderá ser utilizado a critério da pessoa jurídica para demonstrar a base de cálculo da CSLL, sendo escriturado em folha separada e a base de cálculo negativa será escriturada na parte “B” em folha separada do prejuízo fiscal. Devem-se manter também os registros de controle dos valores excedentes a serem utilizados no cálculo das deduções nos períodos de apuração sub-seqüentes, dos dispêndios com Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e outros benefícios previstos no RIR/99.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o mercado de trabalho, além de ser extremamente competitivo e dinâmico, tem um custo muito elevado, principalmente para as empresas brasileiras.

No Brasil, a carga tributária é bastante alta, o que faz com que as empresas paguem um montante significativo de impostos sobre as suas receitas. Em função disso, os empresários e profissionais envolvidos, necessitam de alternativas rápidas e precisas para a redução de seus custos. Para que obtenham sucesso em suas buscas, é necessário que seja feito diversos estudos e análises das informações contábeis disponíveis na empresa, visando assim encontrar alternativas legais que venham maximizar seus lucros.

Com relação aos regimes tributários, observou-se que, entre os regimes existentes: Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional, o único em que a empresa, objeto desse estudo, não se enquadraria seria o Simples Nacional, por consequência de seu faturamento, que é maior do que a legislação desse regime permite.

Dos impostos federais, incidem sobre o faturamento o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL, os quais se pode observar que no regime do Lucro Real apresentam os menores valores de recolhimento em relação aos demais regimes tributários, ofertando assim uma redução na carga tributária desta empresa.

Com a devida apuração dos resultados e a constatação de que, quando se opta pelo regime tributário correto, obedecendo sempre os princípios e as determinações da legislação tributária, a minimização e a influência desses resultados se dão de forma bastante significativa, e em muitos casos resulta na própria manutenção e permanência da empresa no mercado.

Verificou-se que, independentemente do tamanho da empresa, pequeno, médio ou grande porte, um bom Planejamento Tributário é essencial para obter-se sucesso nos negócios, além de proporcionar uma apuração de resultado mais precisa e confiável.

Percebeu-se também que, apesar de pouco conhecido, o Lucro Real vem se mostrando uma das melhores alternativas na hora de se apurar os impostos, pois, além de exigir uma escrituração contábil mais rigorosa e exata, permite ao empresário visualizar a verdadeira situação em que a empresa se encontra.

Comprovou-se, por meio desse estudo de caso, o quanto a carga tributária se minimiza quando se opta pelo regime de Lucro Real no atual modo operante da empresa. Confirmam-se assim as considerações feitas a respeito da pesquisa respondendo a questão central: é possível haver redução de impostos por meio de um planejamento tributário sem deixar de atender as normas legislativas? Comprova-se que é possível, por meio de um bom planejamento tributário, reduzir o pagamento de impostos federais se uma empresa com as características econômicas apresentadas optar pela tributação baseada no Lucro Real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional.*

São Paulo, Manole, 2004.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. *Contabilidade Tributaria*. 10. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. *Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS*. Disponível em:

<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Manual.asp>>

Acesso em: 11 de set. de 2007.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. *Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006*. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 01 de set. de 2007.

SILVA, J. Miguel; RODRIGUES, Agostinho Inácio. *LALUR – Guia Prático de Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real 2006*. 4. ed. São Paulo, Cenofisco, 2006.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. *IRPJ/CSLL 2007 – Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido*. 1 ed. São Paulo, IOB – Thomson, 2007.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. *Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99*. Disponível em:

PAZ Y SEGURIDAD CON RESPETO A LOS DEBERES Y DDHH

*Romina Florencia Cabrera*¹¹

En Argentina, seguimos con expectativa, y esperanza, la organización y resultados del Primer Congreso Latinoamericano de Paz, que se realizará del 19 al 22 de mayo de 2016, en la ciudad de Marília, Sao Pablo Brasil; deseamos que el modelo de estudio y propuestas de paz, del Congreso, se difunda y aplique en todo el continente.

Reflexionado sobre el tema, considero que la violencia extrema, en mayor o menor medida ha afectado y afecta a diversos países; por ejemplo mi país en la década de los 60, sufrió las consecuencias de la guerra interna y el terrorismo, con graves consecuencias en contra de la vida, la salud, libertad, y economía de la nación y un gran número de compatriotas.

Las autoridades de esa época, en respuesta primitiva, utilizaron el terrorismo de estado, lo que agravó el problema; y demostrando una vez más que la violencia, no puede vencerse con mayor violencia.

¹¹ Jurista Argentina. Romina Florencia Cabrera. Abogada egresada de la UNLP (Argentina). Investigadora-Docente en la UBA (Invitada de la Especialización en Derecho Informático), y en la USAL (Maestría en Ciencia de la Legislación). Estudios de Posgrado sobre Recursos Humanos (UNLP), en Diplomacia Digital (Diplo Foundation, Ginebra, Suiza), y sobre Seguridad (ASCASEPP). Miembro del Observatorio Iberoamericano de Protección de Datos; del Instituto de Derecho Constitucional y Político de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la UNLP, y de otras instituciones Científico -Académicas. Reconocimiento Internacional de Dignísima Jurista por la Universidad de Trujillo, Perú. Directora Internacional de Seguridad Informática. Directora de la Dirección Internacional de Seguridad Internacional de procedimientos policiales y ASCASEPP (Asociación de Capacitación de Seguridad Pública y Privada, registrada en el Registro Nacional de Asociaciones del Ministerio del Interior, Madrid, España, bajo el Número 591967).

Así en el mundo el ser humano, es testigo, protagonista y víctima de luchas de todo tipo, para preservar su existencia, arrebatarse el poder o supuestamente conquistar nuevas sociedades, que sin vida, sin salud, sin paz, ni libertad; valen poco.

En todas las épocas, el ser humano es víctima y victimario de acciones violentas que vulneran sus derechos y menoscaban su dignidad. Ese círculo vicioso, tiene que terminar.

La dignidad de las personas y los derechos civiles, - conquistas sociales a lo largo de la historia- siempre se han visto amenazados, por conflictos violentos, guerras y terrorismo.

La ética, los valores y el derecho son dejados de lado, para pasar a un estado de anomia, anarquía o pseudo revolución, con falsas promesas de justicia e igualdad.

La historia demuestra que la paz y la seguridad (con base en la prevención), se debe lograr respetando los tratados internacionales, que consagran los derechos y deberes humanos.

La seguridad, no debe vulnerar la dignidad de las personas, ni los derechos fundamentales.

En el entorno digital, la información se transmite de manera más rápida, y se multiplica de una manera tan amplia, que se pierde el control de la misma; si no se protegen los derechos civiles, la población ve limitada y menoscabada su participación en la web.

Conseguiremos esa utopía del bien común, ese mundo en el que todos podamos vivir en paz, respetando los derechos del otro, para nosotros y las futuras generaciones?.

Una forma de vulneración de la intimidad y libertad de las personas, supuestamente a favor de la seguridad, en época del dominio de la tecnología cibernética, es la implantación indiscriminada de chips a los ciudadanos para vigilar su vida; lo que resulta inaceptable moral y jurídicamente.

Ulpiano, un gran jurista nacido en Tiro (hoy Líbano), buscó en la Roma imperial puntos de partida que fueran universales para cualquier ordenamiento jurídico. Y llegó a formular tres principios: “honeste vivere” (vivir honestamente), “alterum non laedere” (no dañar a los demás) y “suum quique tribuere” (dar a cada uno lo suyo).

Los derechos no pueden existir sin deberes: hay derechos y pretensiones exigibles, precisamente porque existen deberes. En general, hay un gran silencio sobre los deberes humanos. Ese silencio merecería un profundo análisis, en el que no se excluya el desarrollo, al mismo tiempo que los derechos humanos, de una idea de la autonomía personal que en su paroxismo intenta identificar cualquier pretensión subjetiva con un derecho. Respetando esa autonomía que es signo de la época, la Bioética Jurídica¹² trata hoy de discernir cómo se preservan valores en las fronteras de la vida.

El núcleo irreductible de los derechos humanos debe ser defendido y promovido en todo tiempo y lugar; con mayor razón ahora en el Siglo XXI logrando la equidad, la paz, la libertad y el bien común de las generaciones presentes y futuras.

EL OBJETIVO SIEMPRE SERÁ COMO ORIENTAN LOS VERSOS DE LA NOVENA SINFONÍA DE LUDWIG VAN BEETHOVEN, LOGRAR UN MUNDO DONDE LOS HOMBRES VUELVAN A SER HERMANOS”.

¹² Tau, José María. “El eclipse de los deberes humanos”. Diario “El Día”, Argentina. Edición impresa 21/4/2016, o en sitio web <http://www.eldia.com/opinion/el-eclipse-de-los-deberes-humanos-130573>. Fecha de consulta del sitio web: 23/4/2016. Al situar la dignidad humana (dignidad proviene del vocablo latino “dignitas”, que traduciría la palabra griega “axioma”: lo que no necesita demostración) como centro y finalidad de todo el Derecho, la Bioética Jurídica se nutre de la filosofía de los derechos humanos. Estos derechos constituyen una de las máximas conquistas del humanismo, en tanto no dependen del lugar de nacimiento, posición social, color de piel o religión, sino tan sólo de... ser humano. Mucho padeció la humanidad como para que alguien intente menoscabar su valor.

EDUCAR E DISCUTIR A PAZ: O DESAFIO DESTES TEMPOS A PROPÓSITO DO CONGRESSO DA PAZ DE MARÍLIA

*Romina Florencia Cabrera*¹³

O Congresso da Paz, que será realizado de 19 a 22 de maio, no UNIVEM, será uma grande oportunidade de incentivar a discussão sobre a necessidade de se ter a tão sonhada paz na humanidade. Do sonho é que nasce a realidade, como, por exemplo, a caminhada pela Paz que será feita na Avenida Esmeralda e que se dará no dia 22/5 – domingo – 9h.
(<http://pitagoras2.univem.edu.br/gwsites/default.asp?site=paz>).

O ser humano, desde a sua criação, é testemunha e protagonista de lutas para ganhar e conservar o poder, seja por território, por recursos, por posição social ou por outros interesses. É vítima e perpetrador de atos violentos que vulneram seus direitos e enfraquecem a sua condição humana.

Nestes tempos de promoção e defesa dos direitos humanos, por meio de tratados, organismos internacionais e ONGs, é mister repensar o conceito de "PAZ" e como ele se incorpora na sociedade, uma vez que a violência manifesta-se de diferentes maneiras, majorada pelos meios digitais mal utilizados e por lutas para o controle dos instrumentos de poder e riqueza. Lamentavelmente, há submundos mais ilegais do que legais; e a melhor maneira de garantir um estado de convivência entre os seres humanos é a prevenção, bem como a promoção de valores na sociedade.

¹³ Professora na Universidade de Buenos Aires-UBA (Argentina), e membro ativo e convidados Universidade de Salamanca -USAL (Espanha). Advogada. <http://www.diplointernetgovernance.org/profile/RominaFlorenciaCabrera> E-mail: romicabrera83@gmail.com

Somos todos valiosos, cada um de nós pode contribuir com um grão de areia em favor do bem comum, trabalhando em todos os setores, sem discriminação, a entender que formamos, juntamente com demais membros de diferentes grupos, a *aldeia global*, atualmente denominada *comunidade internacional*, mais especificamente a sociedade do conhecimento.

Creio, pois, que este Congresso Latino-Americano da Paz, que ocorrerá em Marília, São Paulo, de 19 a 22 de maio de 2016, promoverá estes valores importantes e históricos da sociedade, adaptando-os para o tempo presente. Também outorgará às futuras gerações ferramentas para compreender e valorar que a liberdade, a tolerância, a justiça e o trato pacífico entre todos os indivíduos permitem a real convivência social e o desenvolvimento da vida com garantia dos direitos civis.

Felicito a todos os organizadores, expositores e ao distinto grupo da *E-Justicia Latinoamérica* que me concede a cortesia para participar, promovendo este evento em prol do futuro comum de todos aqueles que ainda acreditam na paz, na esperança e conservam a fé em um mundo onde "todos os homens se irmanam" como dizem os versos da Nona Sinfonia de Ludwig van Beethoven.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE VALOR AOS FUNCIONÁRIOS SOB A PERSPECTIVA DO RELATO INTEGRADO À LUZ DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

*Lucas Coutinho*¹⁴

*Marguit Neumann Gonçalves*¹⁵

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a preocupação com a evidenciação de informações sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem aumentado significativamente (FERNANDES, 2013). Por meio da divulgação destas informações, geralmente em caráter voluntário, as empresas buscam demonstrar à sociedade como um todo e aos seus *stakeholders* a adequação do seu comportamento corporativo em relação aos aspectos sociais e ambientais (ODRIOZOLA; SÁNCHEZ; ETXEBERRIA, 2012).

14 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha de Marília UNIVEM (2013), Bolsista pelo Programa de Mobilidade Internacional Fórmula Santander com formação em Advanced Business English (2013), especialização em Contabilidade Financeira e Tributária pela Universidade Estadual de Londrina (2014), Mestrando em Contabilidade pela Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa para Usuários Externos (2015). Participante do Grupo de Pesquisa com área predominante em Ciências Sociais Aplicadas e Administração, cadastrado no CNPq. Tem interesse nas seguintes áreas: Direito Tributário, Contabilidade Fiscal, Contabilidade Societária e Relato Integrado.

15 Graduada em Ciências Contábeis (2003), Pós-graduada em Contabilidade Gerencial (2006), Mestre em Desenvolvimento (2007). Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Sciences Economiques pela Universidade de Grenoble/França (2011). Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Departamento de Ciências Contábeis. Email: marguitt26@gmail.com.

Neste sentido, a valorização do capital humano, enquanto instrumento de prática de RSC, assume uma posição de destaque por ser detentor do conhecimento e passa a representar não apenas um custo da atividade, mas também ativo que possui a capacidade de trazer benefícios econômicos à organização (DRUCKER, 1970; CROOK et al., 2013).

Estudos anteriores têm evidenciado que a divulgação de informações sobre este capital tem ocorrido por meio da publicação de relatórios voluntários ou de sustentabilidade (LUMBIERI, 2012; MURRO et al., 2014; GÓIS, DE LUCA, MONTE JÚNIOR, 2015; SAID, OMAR, ABDULLAH, 2013). Além disso, em razão dos novos conceitos de comunicação entre as empresas, destaca-se a abordagem do capital humano presente na proposta de integração das informações financeiras e não financeiras conhecida como Relato Integrado (RI).

O Relato Integrado surgiu como resultado de discussões sobre a possibilidade de integração dos diversos relatórios corporativos (NASCIMENTO et al., 2015). A partir desta perspectiva, chegou-se a um consenso sobre a criação de um relatório que fosse capaz de alinhar as dimensões financeiras, não financeiras e de governança para criação de valor de uma organização (IIRC, 2013).

Dentro dos conceitos fundamentais de integração entre as DFPs e os aspectos da criação de valor do RI, verifica-se a publicação pelas organizações da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no conjunto dos relatórios anuais. A DVA tem como finalidade demonstrar o quanto a entidade agrega de valor sobre o que ela destina a terceiros sob uma outra dimensão de informação para os *stakeholders* (VIEIRA, 2004; VASCONCELOS et al., 2013), visando identificar o valor da riqueza gerada e como esta foi distribuída entre os agentes que colaboraram para sua geração (DE LUCA et al., 2009), dentre eles os capital humano representado por funcionários e demais colaboradores.

Logo, a pesquisa parte da premissa de que o desempenho e satisfação da equipe de pessoal (capital humano) podem estar relacionados com maior valor gerado pela organização da qual eles pertencem para sua equipe de colaboradores. Com isso, estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: as empresas do setor elétrico pertencentes à classificação como Melhores Empresas Para Você Trabalhar distribuem maior valor para seus colaboradores

em relação às empresas que não pertencem a este *ranking*?. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo verificar se as empresas classificadas como Melhores Empresas Para Você Trabalhar do setor elétrico distribuem maior valor aos funcionários em relação ao total de riqueza distribuída do que as empresas do mesmo segmento que não fazem parte desta classificação.

Dada a constante discussão acerca do RI e sua adoção, o estudo do capital humano se torna relevante, pois, de acordo com Tinoco (2003, p. 76), a continuidade e o novo paradigma da competitividade das empresas que “buscam a liderança a nível mundial passa pelo reconhecimento que este está ancorado em pessoas”. Dessa forma, compreender os conceitos associados à criação de valor, a partir da proposta de integração financeira e não financeira, representa um aspecto fundamental no avanço da comunicação corporativa de modo a atender à demanda de informação por parte dos *stakeholders*.

Para responder ao questionamento proposto, estabeleceu-se um índice de participação no valor adicionado obtido pela razão entre a soma da categoria Pessoal e seus subitens e o total de riquezas distribuídas demonstradas pela DVA de modo a verificar a variância entre as empresas que mais distribuem valor para seus funcionários. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel 2010 e submetido à análise de acordo com a categorização dos segmentos de listagem das empresas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA DOS *STAKEHOLDERS* E A CRIAÇÃO DE VALOR DO RELATO INTEGRADO

De acordo com Donaldson e Preston (1995, p. 65), a ideia de que as organizações possuem *stakeholders* tornou-se conhecida na literatura administrativa, tanto acadêmica quanto profissional, a partir da publicação do livro *Strategic Management: A Stakeholder Approach* (1984), de R. Edward Freeman. Com a obra Freeman, o conceito de *stakeholders* serviu para trazer grupos de interesse tradicionais e novos grupos emergentes sob a atenção da gerência no desenvolvimento estratégico.

Eccles e Krzus (2011), explicam que a definição apresentada por Freeman sobre o termo *stakeholder* corresponde a “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da companhia”. Mitchell, Agle e Wood (1997) estabelecem uma classificação de *stakeholders* com base nos atributos poder, legitimidade e urgência. Para os autores, não existem somente *stakeholders* visíveis, há também os latentes, que podem se manifestar a qualquer momento e, portanto, um dos papéis do gestor é identificar e trabalhar com as diversas categorias.

Os preceitos da Teoria dos *Stakeholders* explicam que a sobrevivência da empresa depende do sucesso na administração das relações com suas partes interessadas, sendo que estas precisam ser informadas sobre os efeitos econômicos, sociais e ambientais do desempenho corporativo (HESS, 2008). Wood e Jones (1995) propõem que a Teoria dos *Stakeholders* é a chave do entendimento das estruturas e dimensões dos relacionamentos entre empresa e sociedade, uma vez que é essencialmente o fundamento para discernir os relacionamentos entre vários indicadores de desempenho corporativo.

Partindo da abordagem dos *stakeholders*, esta teoria possui dois pressupostos fundamentais: o primeiro indica que a organização possui relações com diversos grupos sociais que afetam e são afetados pela sua atividade; o segundo estabelece que os interesses dos *stakeholders* possuem valor intrínseco, não sendo sensato admitir que um interesse se sobreponha aos demais (COLARES et al., 2014, p. 307). Neste sentido, na linha de pensamento estratégico surge o entendimento de que estratégias de sucesso são aquelas que passam a integrar os interesses de todos os *stakeholder* em vez de maximizarem a posição de um único grupo em detrimento dos demais (SILVEIRA; YOSHINAGA; BORBA, 2004).

Donaldson e Preston (1995) sugerem que a Teoria dos *Stakeholders* tem se desenvolvido sob três dimensões que, apesar de estarem relacionadas, diferem uma da outra. O Quadro 1 traz as definições de cada dimensão:

Quadro 1 - Diferentes abordagens da Teoria dos *Stakeholders*

Dimensão	Uso da Teoria
Descritiva/Empírica	Descrever, e às vezes explicar, as características e comportamento da empresa, de modo a estabelecer como a organização e os gestores estão desempenhando seu <i>stakeholder management</i>
Instrumental	Identificar conexões, ou a falta delas, entre a prática do gerenciamento dos <i>stakeholders</i> e a realização dos objetivos da empresa. Nessa dimensão, a proposição é de que as empresas que gerenciam seus <i>stakeholders</i> serão relativamente bem-sucedidas em termos de desempenho convencionais, como rentabilidade, estabilidade e crescimento
Normativa	Interpretar a função da organização, incluindo a identificação das diretrizes morais ou filosóficas para a sua operação e o seu gerenciamento. O aspecto normativo explica o que deve ser feito para coordenar os interesses dos <i>stakeholders</i>

Fonte: elaborado de acordo com Donaldson e Preston (1995), adaptado de Hörisch, Freeman e Schaltegger (2014)

Dessa forma, identificar os *stakeholders* é fundamental para a organização, pois com essa informação os gestores podem compreender seus interesses e comportamento para, então, se adaptar às suas preocupações. Destaca-se, neste sentido, o modelo de identificação proposto por Mitchell, Agle e Wood (1997), denominado *Stakeholder Salience*: trata-se de um modelo dinâmico, baseado numa tipologia de identificação que permite o reconhecimento explícito da singularidade da situação e a percepção gerencial para explicar como os gestores devem priorizar as relações com os *stakeholders* (MITCHELL; AGLE; WOOD, 1997).

De forma complementar, Gray, Kouhy e Lavers (1995, p. 53) explicam que a existência contínua da organização precisa do apoio dos *stakeholders*, considerando que sua aprovação deve ser alcançada de modo a adaptar as atividades empresariais para obter o seu consentimento. Por esta razão, o *disclosure* social é visto como parte do diálogo entre a organização e seus *stakeholders*.

Daub (2007, p. 75) corrobora neste sentido com Gray, Kouhy & Lavers (1995), por considerar que os *stakeholders* demandam que as organizações demonstrem sua capacidade de gerar valor agregado além da perspectiva econômica, incluindo questões de ordem social e ambiental. Assim, os relatórios de sustentabilidade podem ser considerados como responsáveis diretos pelas mudanças na sociedade, tendo levado a um aumento na monitoração das organizações por parte do público crítico em exigir um maior comportamento ético (DAUB, 2007, p. 77).

Com relação ao comportamento das organizações, Hess (2008, p. 445) relata que o reporte de informações sociais se consolidou como um elemento chave no processo de tornar as empresas mais socialmente responsáveis. Hess destaca ainda que aqueles que são a favor da divulgação social levarão a um aumento da transparência corporativa, maior igualdade para seus *stakeholders* e maior consistência com o desenvolvimento sustentável.

Em se tratando das partes interessadas nas atividades empresariais, os funcionários são classificados com um dos principais *stakeholders* identificáveis da organização (HARRISON, BOSSE, 2013; DONALDSON, PRESTON, 1995; CLARKSON, 1995; HÖRISCH, FREEMAN, SCHALTEGGER, 2014; MITCHELL, AGLE, WOOD, 1997). Com as práticas de negócio e sua relação com desempenho econômico-financeiro, a equipe de funcionários detém o capital intelectual e pode produzir maior valor empresa, sendo que em troca de seu trabalho esperam da organização salário, segurança, benefícios e outros retornos (LADEIRA, 2009).

A partir do valor criado pela organização, Harrison, Bosse e Phillips (2010) explicam que a empresa pode distribuí-lo na forma de pagamento de benefícios e salários mais altos para os funcionários. Sob a perspectiva da Teoria dos *Stakeholders*, esta prática evidencia que as organizações, para se manterem no ambiente empresarial, tendem a se preocupar mais com seus colaboradores. Neste aspecto sobre como a criação de valor ocorre e é distribuído por meio das

atividades da organização, o Relato Integrado propõe trazer esta dimensão sob os aspectos das informações financeiras e não financeiras.

O processo de integração das informações proposto pelo RI corresponde não apenas à simples junção de informações financeiras e não financeiras em um único meio de divulgação ao mercado, mas sim ao processo de compreensão baseado no princípio de conectividade dos capitais (ADAMS; SIMNETT, 2011, p. 296), bem como as causas e consequências da tomada de decisão e seu resultado na construção de valor. O Relato Integrado utiliza-se as informações contábeis divulgadas por meio das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), descrevendo o desempenho da organização em um contexto mais amplo. Além disso, o RI beneficia todas as partes que estejam interessadas na capacidade que uma organização tem de gerar valor ao longo do tempo, incluindo os empregados (IR, 2013, p. 7).

No instante em que o RI inclui os funcionários no âmbito das partes interessadas, sua estrutura conceitual traz uma abordagem dos capitais, definidos “repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização” (IR, 2013, p.4), em que se observa a categorização dos funcionários como instrumento de capital humano. A relação entre estas perspectivas fundamenta-se na criação de valor como objetivo geral das organizações por meio de suas estratégias, em que, de acordo com o RI, reconhece que a qualidade de seu capital humano “melhora quando os empregados recebem melhor treinamento” (IR, 2013, p. 11).

Dessa forma, a adoção do Relato Integrado, iniciada a partir do projeto piloto do IIRC, reafirma o arcabouço teórico em que a longevidade de uma organização depende da capacidade de seus gestores em criar riqueza, valor e satisfação suficientes para aqueles que pertencem a cada grupo de *stakeholders*, de modo que cada grupo continue como parte do sistema de *stakeholders* da corporação (CLARKSON, 1995, p. 107).

2.2 INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS POR MEIO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

De acordo com o IIRC (2011), o processo de integração de informações financeiras e não financeiras não se limita às informações presentes nos relatórios de sustentabilidade, mas também abrangem as informações referentes sobre como a atividade da organização demonstra sua capacidade de criar valor a curto, médio e longo prazo.

O direcionamento ao contexto social, ambiental e de governança levam à apresentação das informações de forma conjunta e consistente, ou seja, conforme o objetivo do Relato Integrado. Em relação às ações internas da empresa, Carroll (1991) no início da década de 1990 já evidenciava a necessidade de integração dos valores que são socialmente responsáveis nas atividades das organizações. Segundo o autor, para que suas práticas possam ser vistas pela sociedade como legítimas, este pensamento deve ser compartilhado internamente na organização, fazendo com que seus *stakeholders* a identifiquem como uma entidade que se preocupa com seu desenvolvimento sustentável.

Esteban (2007) afirma que para Harrison e Freeman (2000), os efeitos econômicos são também sociais e seguramente os efeitos sociais são também econômicos. Retomando os princípios da administração voltada para os *stakeholders*, os autores compreendem que seu enfoque consiste em encontrar um caminho para integrar o fator econômico e social.

De acordo com Simnett, Vanstraelen e Chua (2009), com cada vez mais relatórios de sustentabilidade sendo apresentados em um documento distinto das demonstrações anuais, não há integração ou correspondência entre sustentabilidade e informação financeira. Por sua vez, a ênfase em Relato Integrado corresponde às questões mais relevantes no aspecto da criação de valor e, sobretudo, na inter-relação entre eles (ADAMS; SIMNETT, 2011, p. 294).

O Relato Integrado também tem sido identificado como “Relatório Único” (ECCLES; KRZUS, 2010). Esta denominação implica que o RI proporciona informações sobre o desempenho financeiro e não financeiro em um único documento, mostrando a relação entre os mesmos e como estas dimensões inter-relacionadas

estão criando ou diminuindo valor tanto para os proprietários quanto para outros *stakeholders* (OWEN, 2013).

Dessa forma, a DVA representa um instrumento fundamental como parte do processo de compreensão sobre a distribuição de valor gerado pela empresa. Enquanto documento integrante das demonstrações financeiras, sua utilização pode desempenhar um papel fundamental entre a integração das informações financeiras e não financeiras proposta pelo RI.

Em se tratando da DVA, esta demonstração tem sua origem no termo “valor adicionado”, conceito que, de acordo com Santos (2007), representa a adição de valor ao insumo básico, atribuída ao processo produtivo da entidade, anterior à distribuição para os membros que participaram do processo produtivo. Para García (1997), o conceito de valor adicionado pode ser delimitado no âmbito de suas transações econômico-financeira, de modo a evidenciar a circulação real do patrimônio e mostrar o valor econômico que foi gerado por uma entidade durante um determinado período e, ao mesmo tempo, a forma como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação.

Por meio da alteração promovida pela Lei 11.638/07 no artigo 176 da Lei 6.404/76, a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) tornou-se obrigatória para todas as companhias abertas (TEODORO, 2012, p. 28). Dessa forma, o Pronunciamento Técnico CPC 09 enfatiza que as entidades elaborem a DVA e a apresente como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social, devendo proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis “informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas” (CPC, 2011).

Kroetz e Consenza (2003) explicam que a DVA encontra-se no papel de demonstração contábil para “[...] informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de riqueza por uma entidade e sua conseqüente distribuição entre esses agentes de produção”. No entendimento de Cunha (2002, p. 42), a DVA é um relatório contábil que demonstra os benefícios provenientes da empresa para a sociedade, além de apresentar sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico. Além disso, a demonstração do valor adicionado permite a identificação da riqueza gerada exclusivamente pela organização, de modo a

apresentar um mapeamento de sua distribuição entre seus diversos beneficiários, dentre eles os empregados.

Consenza (2003) destaca que a DVA possibilita visualizar a condição organizacional tanto sobre o enfoque econômico, relacionado ao valor agregado, quanto o social, correspondente às rendas distribuídas. A este respeito, os autores destacam que a DVA não tem a finalidade de substituir a Demonstração de Resultado (DR), sendo esta de importância inquestionável, pois, para que se tenha uma efetiva visão da magnitude socioeconômica da entidade, deve haver uma estreita complementaridade entre essas duas demonstrações contábeis.

Dessa forma, de acordo com a proposta de integração das informações financeiras e não financeiras, justifica-se o estudo da criação de valor para do capital humano, mediante a óptica do Relato Integrado, por meio da DVA. Não obstante, destaca-se sua importância segundo a reunião do Comitê Internacional do IIRC (2014) em Istambul: assim como os demais capitais não financeiros, o capital humano, mesmo que não tenha sido tradicionalmente atendido por estruturas de relato amplamente adotadas, situa-se no centro da criação de valor no longo prazo.

3 METODOLOGIA

3.1 PROPRIEDADES EMPÍRICAS DA PESQUISA

O presente estudo desenvolveu-se por meio de estratégia descritiva, a qual, segundo Cervo, Bervian & Silva (2007, p. 61), caracteriza-se por descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, bem como sua relação com outros, sua natureza e propriedades com maior precisão possível. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102), os estudos descritivos “buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise”.

Em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa denomina-se como documental, pois a fonte de coleta de dados está restrita à utilização de documentos como fonte primária dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 176). Dessa forma, Martins e Theóphilo (2009, p. 141) explicam que a pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não foram objeto de análise, ou que

ainda podem ser reelaborados de acordo com o propósito da pesquisa.

Destaca-se a natureza exploratória da pesquisa, uma vez que tem por objetivo verificar a distribuição de valor aos funcionários em relação ao total de riqueza distribuída pela organização. Classifica-se como exploratória, pois de acordo com Cervo, Bervian & Silva (2007, p. 63), as pesquisas exploratórias tem por objetivo realizar descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Trata-se, também, de uma pesquisa qualitativa em razão da análise do capital humano sob a perspectiva de criação de valor do Relato Integrado (RICHARDSON, 2012).

3.2 ANÁLISE E COLETA DOS DADOS

A população do estudo compreende as empresas do setor elétrico listadas na Revista Você S.A, Melhores Empresas Para Você Trabalhar no ano de 2015. O setor de energia elétrica foi escolhido entre os demais, na medida em que as atividades das empresas a ele pertencentes exercem impacto sobre o bem estar da sociedade, bem como sua relevância econômica para os países (LINS; OUCHI, 2007) e seu envolvimento no tema da responsabilidade socioambiental. Além disso, destaca-se o elemento normalizador da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, a qual exige a apresentação do Balanço Social como forma de demonstrar o comprometimento das empresas reguladas não somente com os interesses dos proprietários, mas também com o interesse da sociedade (PARENTE et. al. 2014).

De acordo com sua classificação, as empresas foram organizadas de modo a atender o objetivo desta pesquisa em verificar se as organizações pertencentes a este *ranking* distribuem maior valor do que aquelas que não estão nesta classificação. Com isso, a primeira amostra é composta pelas empresas de acordo com o Guia Você S.A, apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Melhores Empresas Para Você Trabalhar (2015)

Setor Econômico	Empresas
Energia Elétrica	Elektro
	AES Sul
	Cosern
	Grupo São Martinho
	Cemar
	CPFL Energia

Fonte: a pesquisa (2016)

Do total, foram excluídas da amostra as empresas Enel Brasil e Enel Green Power Brasil, devido à não divulgação das informações em suas respectivas *homepages*. Os dados da empresa Nova Fronteira Bioenergia foram apresentados em conjunto com a administradora Grupo São Martinho. Em seguida, foram identificadas as companhias abertas que negociam suas ações na BM&FBovespa nos segmentos de Novo Mercado (NM), Nível 1 (N1) e Nível 2 (N2) de governança para a análise comparativa da demonstração de valor adicionado, conforme o Quadro 3 apresentado:

Quadro 3 - Empresas do setor elétrico listadas na BM&Fbovespa

Empresas listada	Nível de Governança
AES Tietê Energia S.A	N2
ALUPAR Investimento S.A	N2
Centrais Elet. Bras. S.A. - ELETROBRAS	N1
Centrais Elet. de Santa Catarina S.A.	N2
Cesp - Cia Energética de São Paulo	N1
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	N1
Cia Estadual de Distribd Enerd Elet-CEEE-D	N1
Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-CEEE-GT	N1
Cia Paranaense de Energia - COPEL	N1
CPFL Energias Renováveis S.A.	NM
CTEEP - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	N1
EDP - Energias do Brasil S.A.	NM
Eletropaulo Metrop. Elet. Sao Paulo S.A.	N2
ENEVA S.A	NM
Equatorial Energia S.A.	NM
Light S.A.	NM
Renova Energia S.A.	N2
Tractebel Energia S.A.	NM
Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	N2

Fonte: a pesquisa (2016)

A escolha pelas organizações listadas na BM&FBovespa ocorreu devido à disponibilidade no acesso às informações para o procedimento de coleta dos dados, compreendendo ao final uma amostra de 25 empresas, distribuídas entre 6 pertencentes à

classificação da Você S.A e 19 não integrantes do *ranking*. Dessa forma, trata-se, segundo Cooper e Schindler (2008, p. 169), de uma amostragem não probabilística intencional, pois a seleção dos elementos da população depende de determinados critérios e a amostra pode oferecer as contribuições solicitadas segundo os critérios de julgamento da pesquisa.

Para determinar a variância entre as empresas que mais distribuem valor para seus funcionários, estabeleceu-se um índice de participação no valor adicionado obtido pela razão entre a soma da categoria Pessoal e seus subitens e o total de riquezas distribuídas demonstradas pela DVA. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel 2010 e submetido à análise de acordo com a categorização dos segmentos de listagem das empresas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A análise dos dados buscou identificar a distribuição de valor aos funcionários, de acordo com a DVA, para verificar se as empresas classificadas como Melhores Para Você Trabalhar no ano de 2015 distribuem maior valor do que empresas não pertencentes. Entende-se que, por fazerem parte deste *ranking*, as empresas tendem a prestar melhores benefícios à sua equipe de colaboradores de modo a valorizar suas habilidades, competências e, com isso, construir meios de assegurar o desempenho de suas atividades.

Para operacionalizar a pesquisa, foram analisadas as DVAs das seis empresas pertencentes ao guia da Você S.A e identificados os índices de participação no valor adicionado a partir das demonstrações e suas respectivas notas explicativas, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - DVA - Melhores Empresas Para Você Trabalhar (2015)

Empresa	Valor adicionado a distribuir	Funcionários	% de Part.
Elektro	R\$ 4.819.900,00	R\$ 251.391,00	5,22%
AES Sul	R\$ 2.667.940,00	R\$ 178.177,00	6,68%
Cosern	R\$ 1.600.095,00	R\$ 84.651,00	5,29%
Grupo São Martinho	R\$ 1.453.961,00	R\$ 381.781,00	26,26%
Cemar	R\$ 1.903.553,00	R\$ 107.342,00	5,64%
CPFL Energia	R\$ 17.366.310,00	R\$ 905.103,00	5,21%

Fonte: a pesquisa (2016)

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que o valor adicionado aos colaboradores das empresas pertencentes ao *ranking* da Revista Você S.A no ano de 2015 possuem relação semelhante em termos de distribuição. De acordo com as notas explicativas, as categorias com maior distribuição de riqueza são remunerações diretas, encargos sociais, auxílio alimentação, planos de saúde e participação nos resultados.

Cabe ressaltar o percentual de participação do Grupo São Martinho, em que este apresentou um índice de participação de 26,26%, destacando-se entre as demais empresas desta primeira amostra. De acordo com as notas explicativas da companhia, não há diferença relevante entre as categorias de benefícios aos funcionários e as demais empresa.

Depois de verificada a distribuição de valor aos funcionários das empresas do setor elétrico constante como Melhores Empresas para Você Trabalhar, buscou-se identificar a relação com a demonstração de valor das companhias que atuam no mesmo segmento e que não fazem parte desta listagem segundo a Revista Você S.A. Neste sentido, a Tabela 2 demonstra os valores extraídos

da DVA das 19 companhias abertas com atuação no mercado brasileiro organizadas de acordo com os segmentos de governança Novo Mercado (NM), Nível 1 (N1) e Nível 2 (N2).

Tabela 2 - Distribuição de valor adicionado em empresas do setor elétrico listadas na BM&FBovespa

Razão Social	Segmento	Valor adicionado a distribuir	Total Funcionários	% de Part.
Centrais Elet. Bras. S.A. - ELETROBRÁS	N1	R\$ 19.951.059	R\$ 6.004.845	30,10%
CESP - Cia Energética de São Paulo	N1	R\$ 1.663.920	R\$ 168.146	10,11%
Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG	N1	R\$ 18.187.991	R\$ 1.595.391	8,77%
Cia Estadual de Dist. Energia Elétrica-CEEE-D	N1	R\$ 2.683.286	R\$ 413.592	15,41%
Cia Estadual Ger. Trans. Ener. Elet. - CEEE-GT	N1	R\$ 707.947	R\$ 263.190	37,18%
Cia Paranaense de Energia - COPEL	N1	R\$ 14.456.447	R\$ 1.337.474	9,25%
CTEEP - Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	N1	R\$ 1.291.664	R\$ 305.603	23,66%
AES Tietê Energia S.A	N2	R\$ 1.528.934	R\$ 71.335	4,67%
ALUPAR Investimento S.A	N2	R\$ 1.411.093	R\$ 82.786	5,87%
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A	N2	R\$ 6.436.252	R\$ 580.583	9,02%
Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A	N2	R\$ 11.978.826	R\$ 987.742	8,25%

Renova Energia S.A.	N2	R\$ 688.979	R\$ 58.642	8,51%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A	N2	R\$ 1.856.873	R\$ 84.356	4,54%
CPFL Energias Renováveis S.A	NM	R\$ 814.008	R\$ 60.045	7,38%
EDP - Energias do Brasil S.A	NM	R\$ 9.005.639	R\$ 363.659	4,04%
ENEVA S.A	NM	R\$ 2.987.925	R\$ 137.092	4,59%
Equatorial Energia S.A	NM	R\$ 4.374.896	R\$ 277.856	6,35%
Light S.A	NM	R\$ 9.331.741	R\$ 371.449	3,98%
Tractebel Energia S.A	NM	R\$ 4.121.326	R\$ 292.274	7,09%

Fonte: a pesquisa (2016)

De acordo com a BM&FBovespa (2016), os níveis de Governança Corporativa são segmentos de listagem destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação, ampliando os direitos dos acionistas e melhorando a qualidade das informações.

Na segunda amostra estudada, observa-se diferenças significativas entre a médias de distribuição de valor adicionado das companhias classificadas no segmento de governança Nível 1 em relação às pertencentes ao Nível 2 e Novo Mercado, representando 19,21%, 6,81% e 5,57%, respectivamente.

A partir das informações coletadas, observa-se que a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

(CEEE-GT) apresentou maior destaque na distribuição de valor aos seus funcionários, com indicador de 37,18% do total de riqueza gerada. Em seguida, destacam-se a Eletrobrás com distribuição de 30,10%, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com 23,66% e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-D) no total de 15,41%.

Diante disso, as empresas pertencentes na classificação Melhores Empresas Para Você Trabalhar no ano de 2015 foram organizadas de modo a analisar comparativamente o total de distribuição de valor segundo os segmentos de governança corporativa. As informações apresentadas conforme a Tabela 3 indicam que o maior percentual de distribuição de valor adicionado foram realizados nas empresas pertencentes ao Nível 1 de governança corporativa (19,21%), seguido pela amostra das Melhores Empresas (9,05%), Nível 2 de governança (6,81%) e Novo Mercado (5,57%).

Tabela 3 - Comparação entre o valor adicionado das melhores empresas e os níveis de governança

% de Melhores Empresas	% Nível 1	% Nível 2	% Novo Mercado
5,22%	30,10%	4,67%	7,38%
6,68%	10,11%	5,87%	4,04%
5,29%	8,77%	9,02%	4,59%
26,26%	15,41%	8,25%	6,35%
5,64%	37,18%	8,51%	3,98%
5,21%	9,25%	4,54%	7,09%
	23,66%		
9,05%	19,21%	6,81%	5,57%

Fonte: a pesquisa (2016)

Cabe ressaltar que o percentual de 9,05% pertencente ao grupo das Melhores Empresas apresentou este indicador devido à DVA do Grupo São Martinho, pois quando analisados os indicadores das demais empresas, verifica-se que não há diferença considerável entre as amostras. Dessa forma, verifica-se que a empresa que mais distribuiu valor para os seus funcionários foi a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e, em contra posição, a empresa Light S.A com menor valor distribuído.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se constatar, portanto, que classificação no *ranking* de Melhores Empresas Para Você Trabalhar não é o fator significativo para que exista uma maior distribuição de valor aos funcionários do setor de energia elétrica em relação às companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*

O Relato Integrado representa uma oportunidade para as organizações mudarem o foco do relatório do desempenho financeiro para a geração de valor no mais longo prazo. De fato, ao estabelecer um exercício de comunicação integrada entre os aspectos financeiros, sociais, ambientais e de governança demonstra de uma maneira mais transparente como o valor é construído e compartilhado entre a organização e seus agentes interessados.

De acordo com a Teoria dos *Stakeholders*, mesmo a visão de que o único objetivo da organização de gerar valor para seus acionistas tenha sido defendida durante muito tempo, a atividade empresarial impacta direta e indiretamente no ambiente em que ela se encontra, devendo, portanto, incluir os interesses e aspirações de seus *stakeholders* dentro do processo de tomada de decisão (WOOD, 1991).

Logo, a divulgação de informações sobre a responsabilidade social corporativa representa um caminho para as empresas demonstrarem sua capacidade de gerar valor agregado além da perspectiva econômica (GRAY, KOUHY, LAVERS, 1995; DAUB, 2007).

Dessa forma, depreende-se que os resultados da pesquisa, muito embora não confirme a relação inicialmente apresentada, demonstram evidências de que para as empresas do setor elétrico a

distribuição de valor para seus funcionários, e conseqüentemente a valorização do capital humano, pode representar uma possível preocupação por parte da administração das organizações. Do total da amostra estudada, 20% apresentaram distribuição de valor para seus colaboradores um índice superior a 15%, sendo elas a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (37,18%), Eletrobrás (30,10%), Grupo São Martinho (26,26%), Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (23,66%) e a Cia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (15,41%).

Do mesmo modo, os princípios da Teoria do *Stakeholders* podem ser utilizados como indicador explicativo das evidências encontradas na pesquisa, tendo em vista o conceito de que os gestores devem tomar decisões que levem em conta os interesses de todas as partes interessadas em uma empresa. Portanto, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado como uma importante fonte de informações à medida que apresenta um conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela sua distribuição.

Remetendo-se à proposta de integração das informações financeiras e não financeiras, a DVA pode ser utilizada como parte no processo de compreensão sobre como a organização gera e distribui valor entre seus agentes, permitindo que os *stakeholders* possam compreender em um contexto mais amplo o desempenho da organização. Dessa forma, os funcionários, enquanto capital humano e parte integrante dos interessados na organização (DONALDSON, PRESTON, 1995; CLARKSON, 1995; IR, 2013), representam um elemento positivo na criação de valor e devem fazer parte das decisões estratégicas da empresa.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar se as empresas do setor elétrico classificadas como Melhores Empresas Para Você Trabalhar listadas na Revista Você S.A 2015 distribuem maior valor aos funcionários em relação ao total de riqueza distribuída do que as empresas do mesmo segmento que não fazem parte desta classificação. Dessa forma, foram selecionadas as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa de modo a realizar uma análise comparativa entre as empresas.

Para tanto, utilizou-se uma abordagem por meio dos princípios do RI e da Teoria dos *Stakeholders*, pois assim como sob o entendimento do RI o capital humano representa as competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações, os mesmos também são considerados como sendo parte interessada das organizações (IR, 2013, p. 12; CLARKSON, 1995). Dessa forma, foram analisadas a Demonstração do Valor Adicionado de 25 empresas, sendo seis empresas pertencentes à classificação da Revista Você S.A e 19 companhias listadas no site da BM&FBovespa classificadas de acordo com seu nível de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado).

De acordo com os resultados, foi possível identificar que a empresa que mais distribuiu valor para os funcionários foi a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica 37,18%, pertencente ao Nível 1, enquanto que a companhia que apresentou menor distribuição de valor para seus colaboradores foi a Light, com 3,98%, listada no Novo Mercado. Quando comparadas por setor, verificou-se que o maior percentual de distribuição de riquezas foram realizados nas empresas pertencentes ao Nível 1 de governança corporativa (19,21%), seguido pela amostra das Melhores Empresas (9,05%), Nível 2 de governança (6,81%) e Novo Mercado (5,57%).

Sendo assim, a pesquisa constatou que o fato das empresas do setor elétrico pertencerem ao *ranking* das Melhores Empresas Para Você Trabalhar não possui relação significativa com maior distribuição de valor aos funcionários em relação às companhias do mesmo setor não pertencentes a esta classificação. No entanto, cabe ressaltar que a partir de uma análise conjunta da amostra, observou-se que 20% das empresas distribuem, em média, 26,52% de suas riquezas para seus funcionários, o que demonstra a possível existência de relação entre a distribuição de valor e os princípios da Teoria dos *Stakeholders*.

Com isso, este estudo apresenta como limitação o fato de terem sido analisadas apenas as empresas pertencentes ao setor de energia elétrica, ressaltando que os resultados não devem ser generalizados para os demais setores pertencentes à classificação como Melhores Empresas Para Você Trabalhar. Portanto, como recomendações para pesquisas futuras, sugere-se analisar as demais empresas e analisar individualmente a relação entre os demais segmentos de atuação.

Os resultados obtidos responderam ao problema da pesquisa, uma vez que foi verificado que não há relação significativa entre as duas categorias de empresas analisadas. Dessa forma, a presente pesquisa contribui com a proposta do Relato Integrado ao avaliar os aspectos de criação de valor por meio da DVA. Considerando que esta demonstração é um importante instrumento à sustentabilidade por evidenciar como a empresa gerou riqueza e distribuiu, a DVA torna-se imprescindível no caminho da integração entre contábil e sustentável.

REFERÊNCIAS

ADAMS, S.; SIMNETT, R. Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector. **Australian Accounting Review**, v. 21, n. 58, pp. 292-301, 2011.

BERVIAN, P. A; CERVO, A. L.; SILVA, R.. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

BM&FBovespa. Segmento de Listagem, 2016. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em 30 abr. 2016

CARROLL, Archie B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, pp. 39-48, jul-ago 1991.

CLARKSON, M. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, pp. 92-117, 1995.

CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, Edição Comemorativa, v. 14, pp.7-29, out. 2003.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CROOK, T. Russell. Does Human Capital Matter? A Meta-Analysis of the Relationship Between Human Capital and Firm Performance. **Journal of Applied Psychology**, [S.l.], v. 90, n. 3, pp. 443-450, 2011.

CUNHA, J. V. A. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA – um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das**

empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DAUB, C. H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 1, pp. 75–85, 2007.

DE LUCA, M. M. M.; CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; OLIVEIRA, M. C. **Demonstração do valor adicionado**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, pp. 65-91, 1995.

DRUCKER, F. Peter. **Uma era de descontinuidade**. 2. ed. Trad. Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ECCLES, Robert G.; KRZUS, Michael P. **Relatório Único**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ESTEBAN, Elza González. La Teoría de los stakeholders. Un puente para el desarrollo práctico de la ética empresarial y de la responsabilidad social corporativa. **Veritas**, v.2, n. 17, pp. 205–224, 2007.

FERNANDES, Sheila Mendes. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte** - ISSN 2176-9036, [S.I.], v. 5, n. 2, p. 250-267, set. 2013. ISSN 2176-9036. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4159>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

GARCÍA, Carmen Hernández. **El valor añadido como indicador económico de la responsabilidad social de la empresa: una aplicación empírica**. 1997. 327 f. Teses (Doctorado em Ciencias Económicas y Empresariales)- Universidad de La Laguna, Santa Cruz de Tenerife, Espanha, 1997.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, pp. 47-77, 1995.

GÓIS, Alan Diógenes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; MONTE JÚNIOR, José Ailton Alcantara. Fatores determinantes do *disclosure* do Capital Humano. **Race**, Joaçaba, v. 15, n. 1, pp. 201-226, jan-abr 2015.

GONZALES, Roberto. Integração Contábil com GRI. **Revista RI**, [S.I.], jun-jul 2010.

HARRISON, J. S.; BOSSE, D. A. How much is too much? The limits to generous treatment of stakeholders. **Business Horizons**, v. 56, n. 3, p. 313-322, 2013.

HESS, David. The three pillars of corporate social reporting as new governance regulation: disclosure, dialogue, and development. **Business Ethics Quarterly**, v. 8, n. 4. ISSN 1052-150X. pp. 447–482, 2008.

HÖRISCH, Jacob; FREEMAN, R. Edward; Schaltegger, Stefan. Applying Stakeholder Theory in Sustainability Management: Links, Similarities, Dissimilarities, and a Conceptual Framework. **Organization & Environment**, v. 27, n. 4, pp. 328– 346, 2014.

IR – Integrated Reporting. The international <IR> framework. 2013. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

IIRC - International Integrated Reporting Council. International Integrated Reporting Council. 2013. Disponível em: <www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONALIR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

_____. Towards Integrated Reporting – Communication Value in the 21 st Century. Discussion Paper, 2011. Disponível em: <http://theiirc.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf>. Acesso em 29 abr. 2016.

KROETZ, César Eduardo Stevens, COSENZA, José Paulo. **Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social**. Disponível em: <www.ccontabeis.com.br>. Acesso em 20 de abr. 2016.

LADEIRA, Daniela Lopes. **Teoria dos Stakeholders no contexto da governança corporativa: um estudo de caso**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2009.

LINS, Clarissa; OUCHI, Hiroshi C. Sustentabilidade Corporativa – Energia Elétrica. Janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/FBDS-IMD-EnergiaEletrica.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. 2016.

LUMBIERI, Leandro. **Nível de evidenciação de informações sobre o Capital Humano e a percepção de valor das empresas da BM&FBovespa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sócias aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J. Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. **The Academy of Management Review**, vl. 22, n. 4, pp. 853-886, out. 1997.
- MURRO, Eduardo Vinicius Bassi *et al.* Investimentos em Capital humano e Desempenho organizacional: análise em companhias brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 8, n. 3, pp. 38-51, set-dez 2014.
- NASCIMENTO, M. C.; RODRIGUES, R. N.; ARAÚJO, J. G. Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. In: XV CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos152015/343.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.
- ODRIOZOLA, Maider Aldaz; SÁNCHEZ, José Antonio Calvo; ETXEBERRIA, Igor Álvarez. Divulgación de información sobre corrupciónn: Empresas del IBEX 35. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, [S.l.], v. 15, n. 1, pp. 59-90.
- OLIVEIRA, M. C.; et al. Análise comparativa da divulgação social de empresas francesas e brasileiras segundo a Teoria dos Stakeholders . **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 11, n. 4, pp. 304-317, 2014.
- OWEN, Gareth. Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. **Accounting Education**, v. 22, n. 4, pp. 340-356, 2013.
- PARENTE, Paulo Henrique Nobre et al. Teoria Institucional e *disclosure* de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **Race**, Joaçaba, v. 13, n. 3, pp. 889-918, set.-dez. 2014.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2012.
- SAID, Roshima; OMAR, Noorain; ABDULLAH, Wan Nailah. Empirical investigations on boards, business characteristics, human capital and environmental reporting. **Social Responsibility**, [S.l.], v. 9, n. 4, pp. 534-553, 2013.
- SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVEIRA, Alexandre di Maceli da; YOSHINAGA, Caludia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. Crítica à Teoria dos Stakeholders como função-objetivo corporativa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 33-42, jan-mar. 2005.

SIMNETT, R.; VANSTRAELEN, A.; CHUA, W.F. Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, pp. 937-68, 2009.

TEODORO, J. D. **Estrutura de geração e distribuição do valor adicionado e rentabilidade das ações de companhias listadas na BM&FBovespa no período de 2007 a 2010**. 2012. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Contribuição ao estudo da mensuração, avaliação e evidenciação de recursos humanos. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 14, pp. 66-78, out. 2003.

VASCONCELOS, A. C.; BRANDÃO, J. W.; AQUINO, R. R. N.; MIRANDA, R.; O.; DE LUCA, M. M. M. Distribuição do valor adicionado com os empregados nas empresas indicadas como as melhores para se trabalhar. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013.

VIEIRA, S. J. **Modelo de análise da demonstração do valor adicionado para a gestão das empresas**. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WOOD, D. J.; JONES, R. E. Stakeholder mismatching: a theoretical problem in empirical research on corporate social performance. **The International Journal of Organizational Analysis**, v. 3, n. 3, pp. 229-267, jul. 1995.

WOOD, D. J. Corporate Social Performance revisited. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, pp. 691-718, 1991.



Instituto Memória

Centro de Estudos da Contemporaneidade

www.institutomemoria.com.br

CONSELHO CIENTÍFICO-EDITORIAL

PROF. DR. CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS (In Memoriam – Presidente de Honra). Pós-Doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris III, França. Doutor em História pela Universidade de Paris X - Nanterre, França, Mestre em História do Brasil pela UFPR - Universidade Federal do Paraná, Professor da UFPR - Universidade Federal do Paraná. Reitor da UFPR - Universidade Federal do Paraná, (1998/2002). Membro do Conselho Nacional de Educação (2003/2004) e do Conselho Superior da CAPES (2003/2004).

PROFA. DRA. ALICE FÁTIMA MARTINS.

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2004). Mestrado em Educação - área de Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, pela Universidade de Brasília (1997). Licenciatura em Educação Artística, habilitação em Artes Visuais, pela Universidade de Brasília (1983). Atualmente é Professor Adjunto II na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, onde coordena o Curso de Pós-Graduação em Cultura Visual.

PROF. DR. DOMINGO CÉSAR MANUEL IGHINA.

Doutorado em Letras Modernas pela Universidade Nacional de Córdoba (UNC-Argentina). Diretor da Escola de Letras da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade Nacional de Córdoba. Professor da cátedra de Pensamento latino-americano da Escola de Letras da Universidade Nacional de Córdoba. Membro do Conselho Editorial da Revista Silabário.

PROF. DR. DEMETRIUS NICHELE MACEI.

Pós-doutor pelo Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP (2015), Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), Mestre em Direito Econômico e Social (2004) e Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2000), Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1994). Professor de Direito Tributário da graduação, especialização e mestrado da Faculdade de Direito Curitiba (UNICURITIBA). Professor convidado no *Curso de Posgrado en Derecho Tributario* na *Universidad Austral de Buenos Aires/Argentina* e ex-professor da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2006-2007) e da PUC/PR (2000-2006/2011-2013). Ocupou os cargos de Diretor e Gerente Jurídico em empresas de grande porte na área de Auditoria e Indústria alimentícia no Brasil e no Exterior. Realizou Curso de Extensão em Direito Norte-Americano pela *Fordham University*, em Nova Iorque/EUA (2010). Publicou os livros "Tributação do Ato Cooperativo" e "A Verdade Material no Direito Tributário". Participa do Conselho Temático de Assuntos Tributários da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), é associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), é membro efetivo do Conselho Fiscal de Três Companhias listadas na BOVESPA e ainda é membro titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda.

PROF. DR. EDUARDO BIACCHI GOMES.

Pós-Doutor em estudos culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estudos realizados na Universidade Barcelona, Faculdade de Dret. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor-pesquisador em Direito da Integração e Direito Internacional da UniBrasil, Graduação e Pós-Graduação (Especialização e Mestrado). Membro do Grupo Pátrias, UniBrasil, vinculado ao Cnpq. Professor de Direito Internacional da PUCPR, Consultor do MERCOSUL para a livre Circulação de Trabalhadores (2005/2006). Foi Editor Chefe da Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, vinculado ao Programa de Mestrado em Direito das Faculdades Integradas do Brasil, Qualis B1, desde a sua fundação e atualmente exerce as funções de Editor Adjunto.

PROFA. DRA. ELAINE RODRIGUES.

Doutorado em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (2002). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1994). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1987). Atualmente é professora Adjunta do departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

PROF. DR. FERNANDO ARAUJO.

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutor (em 1998) em Ciências Jurídico-Econômicas, Mestre (em 1990) em Ciências Histórico-Jurídicas, Licenciado em Direito (em 1982). É atualmente docente no Curso de Licenciatura e no Curso de Mestrado e Doutoramento.

PROF. DR. FERNANDO KNOERR.

Doutor, Mestre em Direito do Estado e Bacharel pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA, Professor de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná. Foi Professor da Universidade Federal do Paraná, Coordenador do Escritório de Prática Jurídica do Curso de Direito e Vice-Procurador-Geral da mesma Universidade. É Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, do Instituto Catarinense de Estudos Jurídicos, do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral e do Instituto dos Advogados do Paraná. É Professor Benemérito da Faculdade de Direito UNIFOZ e Patrono Acadêmico do Instituto Brasileiro de Direito Político.

PROFA. DRA. GISELA MARIA BESTER.

Possui graduação em Direito pela Universidade de Ijuí (1991), Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), na Linha de Pesquisa Instituições Jurídico-Políticas, e Doutorado em Direito (2002) pela Universidade Federal de Santa Catarina - Área de Concentração Direito, Estado e Sociedade, na Linha de Pesquisa Constituição, Cidadania e Direitos Humanos -, com um ano de pesquisas desenvolvidas na Universidad Complutense de Madrid e na Università degli Studi di Roma La Sapienza (modalidade Doutorado Sanduíche, 1999). É pós-doutoranda em Direito Público na Universidade de Lisboa. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional. É associada ao CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito e avaliadora de artigos científicos para seus eventos. Ex-pesquisadora do CNPq e Conselheira Titular do Ministério da Justiça (2008-2012), no CNPCP - Conselho Nacional de Política

Criminal e Penitenciária. Associada ao NELB - Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

PROF. DR. GUIDO RODRÍGUEZ ALCALÁ.

Doutorado em Filosofia, na Diusburg Universität (1983), com bolsa da Konrad Adenauer Stiftung. Mestre em Literatura, na Ohio University e The University of New México, com bolsa de estudos da Fulbright-Hays Scholarship. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Assunção (Paraguai). Autor de numerosos livros de poesia e ensaio, tendo já sido publicado no Brasil a novela Caballero (tchê!, 1994) e o ensaio Ideologia Autoritária (Funag, 2005).

PROF. DR. ILTON GARCIA DA COSTA.

Possui doutorado em Direito pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010), Pós Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal (em andamento) mestrado em Direito pela PUC-SP (2002), mestrado em Administração pelo Centro Universitário Ibero Americano UNIBERO (2001) graduação em Direito pela Universidade Paulista UNIP (1996), graduação em Matemática pela Universidade Guarulhos UNG (1981), Especialização em Administração Financeira pela Alvares Pentead, Especialização em Mercados Futuros pela BMF - USP, Especialização em Formação Profissional na Alemanha. Avaliador de curso e institucional pelo INEP MEC. Atualmente é advogado responsável - Segpraxis Advocacia, professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP no mestrado e graduação. Foi Diretor Superintendente de Planejamento e Controles do Banco Antonio de Queiroz e Banco Crefisul, Membro do Conselho Fiscal e Diretor do Curso de Direito da Universidade Ibirapuera UNIB, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Anchieta de SBC. Atualmente é Vice Presidente da Comissão de Ensino Jurídico, Vice Presidente da Comissão de Estágio (triênio 2013 a 2015) e membro efetivo da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB-SP todas estaduais. Tem experiência na área de Direito atuando principalmente nos seguintes temas: direito, educação, ensino, direito Constitucional, direito Administrativo, direito do Trabalho, direito Empresarial, administração, finanças, seguros, gestão e avaliação.

PROFA. DRA. JALUSA PRESTES ABAIDE.

Pós-Doutorado na Université de Saint Esprit de Kaslik, Líbano (2006). Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona, Espanha (2000). Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (1985). É professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Integra o Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Ambiental.

PROF. DR. LAFAYETTE POZZOLI.

Professor. Advogado. Professor no UNIVEM e Professor na PUC/SP. Chefe de Gabinete na PUC/SP. Coordenador do Mestrado em Direito no UNIVEM. Possui graduação (1986), Mestrado (1994) e Doutorado (1999) em Filosofia do Direito pela PUC/SP. Pós-Doutorado pela Universidade "La Sapienza", Roma (2002). Membro do Conselho Editorial da Revista EM TEMPO (UNIVEM) e da Revista de Direito Brasileira - RDBras, do CONPEDI. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/SP. Sócio fundador da AJUCASP. Avaliador para cursos de direito ? INEP/MEC. Foi membro do Tribunal de Ética - TED-1 e da Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB/SP. Sócio efetivo do IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo.

PROF. DR. LUC CAPDEVILA.

Pós-Doutorado, Professor Titular da Universidade de Rennes 2 (França), em História Contemporânea e História da América Latina e Diretor do Mestrado de História das Relações Internacionais. Membro do Conselho Científico da Universidade de Rennes 2 e do Conselho Editorial de várias revistas científicas (CLIO Histoire, Femmes, Sociétés; Nuevo Mundo Mundos Nuevos; Diálogos; Takwa). Especialista em História Cultural sobre conflitos sociais contemporâneos, dirige atualmente um programa de investigação multidisciplinar sobre a Guerra do Chaco.

PROF. DR. LUIZ EDUARDO GUNTHER.

Professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná. Leciona em cursos da Graduação do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Desembargador Federal do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, TRT-PR, Brasil.

PROF. DR. LUIZ FELIPE VIEL MOREIRA.

Pós-Doutorado pela Universidade Nacional de Córdoba, U.N.C., Argentina. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil, com pesquisas em História da América Latina.

PROF. DR. MATEUS BERTONCINI.

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Leciona Direito Administrativo e Processo Administrativo em cursos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Direito de Curitiba e na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. É autor de obras e artigos jurídicos. É líder do grupo de pesquisa Ética, Direitos Fundamentais e Responsabilidade Social. Atualmente, vem desenvolvendo pesquisa nas áreas de Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais da Ordem Econômica e Responsabilidade Social Empresarial. Procurador de Justiça no Paraná.

PROF. DR. MARCO ANTÔNIO CÉSAR VILLATORE.

Possui mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e doutorado em Diritto del Lavoro, Sindacale e della Previdenza Sociale - Università degli Studi di Roma, La Sapienza (2001), revalidado pela UFSC e é Pós-Doutor na Università degli Studi di Roma II, Tor Vergata. É coordenador - Curso de Espec. em Dir. do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Presidente do INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (IBCJS). Vice-Presidente do INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL CESARINO JÚNIOR. Ex-Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Membro de Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná, Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, Membro do Centro de Letras do Paraná, Professor do UNINTER. Diretor do Departamento de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados do Paraná. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Internacional.

PROF. DR. OCTAVIO CAMPOS FISCHER.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1993). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Desde julho de 2013) Mestre em Direito Tributário pela Universidade Federal do Paraná (1999) Doutor em Direito Tributário pela Universidade Federal do Paraná (2002). É professor de Direito Tributário do Mestrado, da Especialização e da Graduação nas Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil). Foi professor colaborador do programa de mestrado em direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP/DF) em 2012 e 2013. Foi Vice-Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UniBrasil (2010-2011). Foi Conselheiro Titular da 7ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Carf (2003-2005). Foi Conselheiro Estadual da OAB/PR. Foi Presidente do Instituto de Direito Tributário do Paraná/PR até junho de 2013.

PROF. DR. PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ.

Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil.

PROF. DR. PAULO OPUSZKA.

É Bacharel em Direito (2000) pelo Centro Universitário Curitiba. Mestre em Direito (2006) e Doutor em Direito (2010) pela Universidade Federal do Paraná. É Professor de Direito e Processo do Trabalho da Universidade Federal de Santa Maria. É Professor Convidado do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba. Foi Professor de Direito Econômico na Escola da Magistratura Federal do Paraná. Professor convidado da Especialização em Direito do Trabalho, Processo e Mercado do Centro de Estudos Jurídicos do Paraná. É professor licenciado de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Faculdade Campo Real de Guarapuava/PR. Superintendente do Instituto Municipal de Administração Pública do Município de Curitiba de 2013-2015

PROF. DR. RENÉ ARIEL DOTTI.

Doutor em Direito pela UFPR. Professor titular de Direito Penal da UFPR. Professor de Direito Processual Penal no curso de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Vice-Presidente do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal. Presidente Honorário do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP – Brasil). Presidente da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Presidente de Honra para o Brasil do Instituto Panamericano de Política Criminal – IPAN. Membro da Sociedade Mexicana de Criminologia. Co-autor do anteprojeto de reforma da Parte Geral do Código Penal (Lei n.º 7.209, de 11.07.1984). Co-autor do anteprojeto da Lei de Execução Penal do Brasil (Lei n.º 7.210, de 11.07.1984). Relator do anteprojeto de nova lei de imprensa (Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil. Publicado no Diário do Congresso Nacional, n.º 103, seção II, de 14.08.1991). Membro da Comissão de Reforma da Parte Especial do Código Penal (Portaria n.º 581, de 10.12.1992, do Ministro da Justiça). Membro da Comissão instituída pela Escola Nacional da Magistratura para a reforma do Código de Processo Penal. Membro da Comissão instituída pelo Ministro da Justiça para promover estudos e propor soluções com vista à simplificação da Lei de Execução Penal. Ex-membro do Conselho Diretor do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. Ex-

Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ex-Magistrado do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Ex-Secretário de Estado da Cultura.

PROF. DR. SERGIO ODILON NADALIN.

Possui graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (1966), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1975) e doutorado em História e Geografia das Populações - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1978). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, membro da Associação Paranaense de História, da Associação Nacional de História, da Asociación Latinoamericana de Población, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, da Societe de Demographie Historique e da Union Internationale pour Etude Scientifique de la Population. Pesquisador cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1979 e membro fundador do Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses (CEDOPE), do Departamento de História da UFPR; Lidera um grupo de pesquisa junto ao CNPq intitulado "Demografia & História".

PROF. DR. TEÓFILO MARCELO DE ARÊA LEÃO JÚNIOR.

Vice-coordenador do Mestrado (2013), Professor do Mestrado (2012), Professor da Graduação (1999) e Graduado (1996) no UNIVEM (Centro Universitário "Eurípides Soares da Rocha" de Marília-SP), mestre pela PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2001) e doutor pela ITE (Instituição Toledo de Ensino de Bauru em 2012). Advoga desde 1996.

PROFA. DRA. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS KNOERR.

Doutora em Direito do Estado e Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUCCAMP. Coordenadora e Professora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA.

PROF. DR. WAGNER MENEZES.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP - no programa de graduação e pós-graduação em Direito. Mestre (PUCPR), Doutor (USP), Pós-doutor (UNIVERSIDADE DE PÁDOVA -ITALIA) e Livre-Docente (USP). Realizou pesquisa e estágio junto ao Tribunal Internacional Sobre Direito do Mar - Hamburgo, Alemanha - ITLOS (2007). Atualmente é árbitro do Tribunal do Mercosul (Protocolo de Olivos) - Presidente da ABDI - Academia Brasileira de Direito internacional; Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional; Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional - Diretor executivo da Sociedade Latino Americana de Direito Internacional (SLADI). Editor-Chefe do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (Revista jurídica fundada em 1915) e dirige junto a Universidade de São Paulo o Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais - NETI.

ISBN 978-85-5523-093-6



9 788555 230936 >